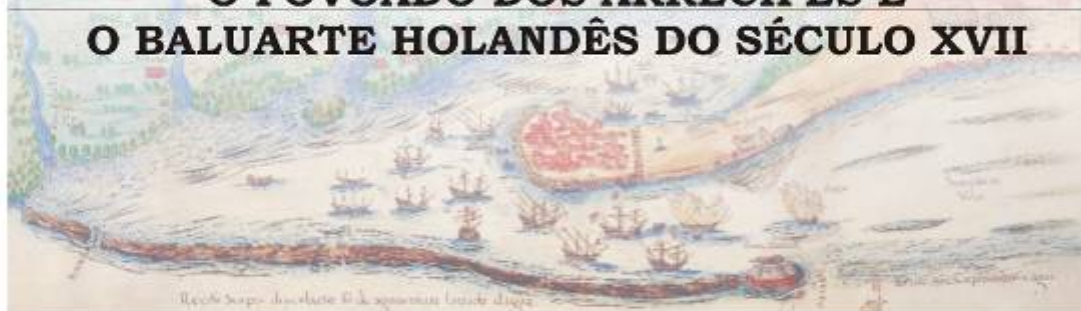


UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO



O POVOADO DOS ARRECIFES E O BALUARTE HOLANDÊS DO SÉCULO XVII



ELISABETH GOMES DE MATOS MEDEIROS

RECIFE
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

O POVOADO DOS ARRECIFES E O BALUARTE HOLANDÊS DO SÉCULO XVII.

ELISABETH GOMES DE MATOS MEDEIROS

RECIFE
2005

ELISABETH GOMES DE MATOS MEDEIROS

O POVOADO DOS ARRECIFES E O BALUARTE HOLANDÊS DO SÉCULO XVII.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção de grau de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dra. Anne-Marie Pessis

RECIFE

2005

Medeiros, Elisabeth Gomes de Matos

O Povoado dos Arrecifes e o baluarte holandês
do século XVII / Elisabeth Gomes de Matos Medeiros.

– Recife : O Autor, 2005.

125 folhas : il., fig.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
de Pernambuco. CFCH. Arqueologia, 2005.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Arqueologia histórica – Domínio holandês. 2.
Baluarte de pedra, Recife, século XVII – Autoria
construtiva – Documentação iconográfica, histórica e
dados arqueológicos. 3. Dique português, século XIX
– Conexão com o baluarte – Reformas urbanas e
aterros. I. Título.

904
930.1

CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)

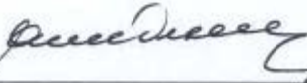
UFPE
BC2005-431

TERMO DE APROVAÇÃO

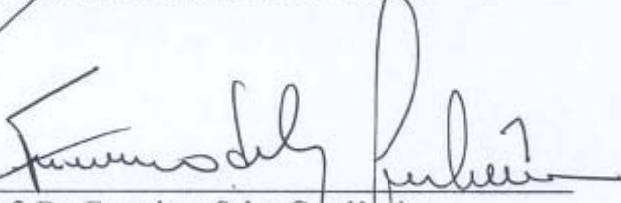
ELISABETH GOMES DE MATOS MEDEIROS

O POVOADO DOS ARRECIFES E O BALUARTE HOLANDÊS DO SÉCULO XVII

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia/
Preservação do Patrimônio da Universidade Federal de Pernambuco como
requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.


Orientador: Prof.^a Dra. Anne-Marie Pessis
Departamento de História
Universidade Federal de Pernambuco


Prof.^a Dra. Gabriela Martin Ávila
Departamento de História
Universidade Federal da Pernambuco


Prof. Dr. Francisco Sales Gaudêncio
Departamento de História
Universidade Federal da Paraíba

Recife, 29 de julho de 2005

AGRADECIMENTOS

Tenho eterna gratidão a Ozael e Marieta, meus pais, pelo carinho e ensinamentos sobre a vida e o respeito que se deve ter por ela. À minha mãe, em particular, agradeço pelos estímulos às minhas “aventuras”; e a Edna e Sônia, minhas irmãs, por bancarem essas “aventuras”.

Para mim, aventura significa o caminho que terei que cumprir para realizar meus sonhos, e as etapas que terei que transpor para conseguir chegar até eles. Fazer arqueologia, não teve unicamente a finalidade de ter um título que me possibilitará atuar profissionalmente, mas a realização de um sonho, ser arqueólogo e poder ter em cada trabalho, o desafio para uma nova aventura.

Poder realizar esse sonho, eu agradeço a três pessoas muito queridas, minha orientadora e amiga Anne-Marie Pessis que sem ela nada seria possível, minha grande conselheira, querida amiga e eterna professora Gabriela Martin e a Niède Guidon que com sua intrepidez me ensinou a pensar, a trabalhar e que descansar é só para quem está morto.

Tenho especial agradecimento ao meu grande Mestre Dr. José Luiz Mota Menezes, pela amizade e discussões que engrandeceram este trabalho. A Dra. Jacionira por ter me ensinado tanta coisa, A Bruno Romero, agradeço com carinho pela ajuda na transcrição do Documento Ultramarino.

A todos os meus colegas de mestrado, eu agradeço pela colaboração na execução dessa dissertação e por terem me agüentado durante a escavação, Fábio Mafra, Teresa Simis, Carlos Costa, Mércia Carrera, Melânia Forest, Gleyce, Vera Menelau, Ricardo, Antônio Moura, Ana Valéria, Fabiola, Carlos Rios, Luiz Severino, Áurea, Marcos Vinícius; ao Celito eu agradeço por deixar o mundo mais alegre, a Dani Luso por me fazer o mundo mais leve, a Verônica Viana pela amizade e apoio; a Adriene, Viviane, e Daniela Cisneiros pela colaboração no laboratório, que sem elas não teria conseguido.

Quero agradecer a Raoni por ter feitos os desenhos dos cachimbos tão lindos, ao grupo do NEA e futuros arqueólogos Lucy, Vivian e Demétrio que são verdadeiros escudeiros,

Carol, Marcellus, Rafael, Marília, Manoel, e Guilherme que foram exemplares nos seus trabalhos. A Glenda e Almir, eu agradeço pelos trabalhos com os azulejos, e a Antony pela paciência com as cópias xerox de última hora.

Meu agradecimento especial a Luciane, pela paciência, presteza, amizade e bom humor, e a Arnaldo, nosso amigo e companheiro de tantas datas, agradeço pelo respeito e amizade.

A Manuela Matos, muito obrigada pelas horas de troca de idéias, pela amizade e ensinamentos de organização.

Para a execução desse trabalho, agradeço aos técnicos das seguintes instituições: COMPESA-Ana Virgínia, EMLURB-Elsa e da Administração do Porto-Divar, foram amigos e grandes colaboradores.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	8
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
Antecedentes teóricos da presença holandesa na capitania de Pernambuco	
Da confiabilidade dos documentos históricos	15
Objetivos específicos	18
Hipóteses e procedimento de contrastação	19
Antecedentes históricos	22
CAPÍTULO II	
Análise da documentação	
Documentos holandeses	30
Documentos portugueses	34
Documentos Históricos	35
Documentos iconográficos	38
CAPÍTULO III	
Dados Arqueológicos	
Escavação arqueológica	52
O Baluarte Porta da Terra	63
Vestígios arqueológicos	73
CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
ANEXOS	
I-Resumo das cartas holandesas	111
II-Carta de Cristóvão Álvares	116
III-Resumo dos projetos do porto do Recife – Fonte:Catia Lubambo	120
IV–Glossário de termos coloniais	122
V – Lista das imagens	125

RESUMO

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas entre 2001 e 2005 na área do porto do Recife evidenciaram uma estrutura em pedra de cantaria que corresponde a um dos baluartes da Porta da Terra, construído no século XVII. Essa descoberta trouxe à tona questões sobre a autoria construtiva holandesa ou portuguesa, baseadas na opinião de que os portugueses construíam em pedra e os holandeses em taipa de pilão.

É preciso considerar que as construções executadas em período de guerra, necessárias às estratégias de defesa, são obras emergenciais, construídas com rapidez, utilizando os materiais disponíveis, porque delas dependiam o sucesso ou a derrota das investidas.

No decorrer da pesquisa, ficou evidente que essa estrutura, apesar da forma de um baluarte, não exercia a função principal dentro do sistema defensivo; portanto, não era uma obra necessária para a defesa contra o “inimigo”, mas para a proteção do povoado contra o avanço do mar.

Os dados arqueológicos e os documentos históricos analisados durante a pesquisa comprovam que essa obra foi construída logo após a invasão holandesa, como se demonstra na iconografia e historiografia, e foi executada originalmente em pedra de cantaria, comprovada pelos trabalhos arqueológicos, contrariando todas as questões anteriores.

Palavras-chave: Baluarte Porta da Terra; O Porto do Recife Holandês

ABSTRACT

Archaeological research developed in recent years in the Recife Port area showed a *cantaria* stone structure that corresponds to one of the defence walls of Porta de Terra built during the XVII century. This discovery brought out questions about who were the authors of the construction, Portuguese or Dutch, based on the opinion that while the Portuguese worked on stone, the Dutch used *taipa de pilão*.

It should be considered that the constructions executed in war period are part of the defence strategy, thus quickly built to attend to an emergency situation using the available construction material. The defence capacity, victory or defeat, rely on this capacity to build fast.

During the course of the investigation it became evident that this wall structure, although having a defence wall form, was not built as part of the defence system. It was not a necessary wall to protect against the enemy, but to protect the village against the sea.

The archaeological data and the historical documents analyzed during the research proved that the this construction was built immediately after the Dutch invaded the area, as it is demonstrated in the iconography and historiography; it is executed originally in *cantaria* stone, as proved by the archaeological work, which goes against all the previous suppositions.

Keywords: Defense Walls of Porta da Terra; The Dutch Recife Port

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata do problema surgido em torno da autoria do Baluarte Porta da Terra e do muro construído na zona portuária da Ilha do Recife. O tema tratado situa-se cronologicamente no século XVII. Neste século, a Capitania de Pernambuco vai experimentar os efeitos de uma alternância de poder que vai deixar marcas no espaço urbano que se manifestarão com uma alternância de destaque¹.

É no contexto dessa alternância de construção e demolição, que vão surgir certas imprecisões que serão a origem do problema da autoria desses monumentos. Problema que vai se originar gradativamente desde o século XVII, para tomar forma teórica no século XX.

Existem duas explicações em torno da autoria. Os que afirmam que o Baluarte e o muro seriam de autoria portuguesa. Outra corrente sustenta que ambos monumentos teria sido realizados pelos holandeses que dominaram a Capitania de Pernambuco de 1630 a 1654.

O problema se baseia na existência de supostos padrões construtivos que teriam caracterizado tanto as obras portuguesas como as holandesas. As técnicas construtivas em pedra teriam sido utilizadas pelos portugueses, e os procedimentos de construções holandeses teriam se limitado ao uso da taipa.

Essa distinção estaria fundamentada na relação dos Fortes da Capitania de Pernambuco² que permite verificar a utilização da taipa nos fortes construídos pelos holandeses. A atribuição da taipa como padrão construtivo holandês se limita a uma generalização sobre esta relação dos fortes. E como corolário poderia ser assimilada à construção holandesa.

Partindo desse postulado, o baluarte porta da terra e o muro teriam sido feitos pelos portugueses antes da chegada dos holandeses. No entanto, os estudos da iconografia da

¹ Nos efeitos desse trabalho, entendemos alternância de destaque às construções e demolições urbanas que acompanham a alternância de poder entre os portugueses e holandeses.

² QUADRO I, fonte: ALBUQUERQUE, Marcos: Fortes de Pernambuco, imagens do passado e do presente.

época, da documentação do arquivo ultramarino³⁴ e dos Documentos Holandeses⁵ forneceram outras informações que levaram a questionar a versão sobre a autoria portuguesa dessa fortificação.

No entanto, existem evidências iconográficas⁶ da época, assim como documentos do arquivo ultramarino que fornecem outras informações e que permitem reconsiderar a versão sobre a autoria portuguesa deste monumento.

O Baluarte Porta da Terra e o muro protegiam a porta de entrada do Povoado, implantada sobre a estrada que ligava Olinda ao porto. A compreensão dos efeitos urbanísticos das intervenções realizadas durante a ocupação holandesa e a incidência que a evolução posterior da cidade teve sobre os vestígios dessas estruturas, requerem informações sobre o contexto histórico do Bairro de Recife.

Quando a Companhia das Índias Ocidentais decide criar uma colônia holandesa na Capitania de Pernambuco, sua sede urbana era a Vila de Olinda. O acesso ao mar dava-se em um ancoradouro natural de arrecifes localizado a uma légua de distância⁷, onde já existia um vilarejo conhecido como o Porto dos Arrecifes. Era o Porto de Olinda. Um caminho ligava Vila e porto, por meio de um istmo estreito e arenoso.

Diversas construções tinham sido realizadas pelos portugueses para viabilizar serviços tais como: arsenal, armazéns de mercadorias⁸. Esse porto permitia a exportação de produtos para a Europa, por oferecer condições de atracagem para navios de grande porte. Os produtos da extração de madeira e de produção dos engenhos se exportavam à Europa, enriquecendo a Capitania de Pernambuco⁹.

³ Arquivo Histórico Ultramarino – Laboratório de Pesquisa e Ensino de História, Departamento de História – UFPE.

⁴ Arquivo depositado no Departamento de História da UFPE.

⁵ Documentos Holandeses VOL I, Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1945.

⁶ Os mapas e desenhos utilizados foram executados no século XVII, entre 1616 e 1637, que acompanhavam relatórios e ilustravam livros da época, era vários os autores dos relatórios e mapas: Drewisch, Lonck, Golijath, Albernaz I, Barleaus, etc.

⁷ COSTA, P. Anais Pernambucanos 1983, Vol 2 - p 116.

⁸ BARLAEUS, G. História dos Feitos Recentes Praticados Durante Oito Anos no Brasil (1584-1648) p54.

⁹ SIMONSEN, R. 1977, História Econômica do Brasil (1500-1850), do capítulo II ao V.

A situação de fragilidade de defesa ficou evidenciada nos documentos que descrevem a estratégia adotada para a defesa da Vila de Olinda e de seu porto dos Arrecifes, quando chegam os holandeses em 1630. A defesa de Olinda exigiu a realização de trabalhos de proteção com caráter urgente. A construção de uma linha dupla de paliçada no entorno do porto, e o afundamento de oito barcos que dificultavam o acesso dos navios. Também foi reforçada a fortificação dos fortes do Picão e de São Jorge.¹⁰

Os holandeses tomaram Olinda pelo norte, por terra¹¹. A maior resistência portuguesa foi no Porto dos Arrecifes, a partir dos fortes Picão e São Jorge. Ao tomar os holandeses o controle do porto, os portugueses retiram-se para o Arraial do Bom Jesus¹². Antes de abandonar o Porto, os portugueses destroem tudo o que ali existia: casas de armazenamento de mercadorias e navios já carregados.¹³

Para dirimir a questão da autoria do baluarte e muro de proteção fazia-se necessário um procedimento metodológico que permitisse integrar diferentes fontes de informação. Foram utilizadas fontes, escrita, iconográfica e arqueológica, com vista a articular, primeiro, os dados dos documentos escritos e iconográficos e, seguidamente, confrontá-los com os dados arqueológicos.

Tais procedimentos foram aplicados a todos os levantamentos e às escavações¹⁴. O resultado das análises apresenta-se nesta dissertação como uma contribuição para esclarecer essa confrontação.

Esse trabalho tem como objetivo analisar a confiabilidade dos fundamentos das interpretações sobre a autoria do Baluarte Porta da Terra e do muro subsequente a ele; além de dispor de dados arqueológicos sobre a estrutura da muralha e a cultura material. O trabalho apresentado sustenta a hipótese de que a autoria corresponde aos holandeses, e para a confrontação desta hipótese, serão contrastados os dados disponíveis nos registros documentais, iconográficos e arqueológicos.

¹⁰ CALMON, 1941, Op. Cit. p 85.

¹¹ MELLO, J. A. G. Fontes para a História do Brasil Holandês, A Economia Açucareira, 1981. p11.

¹² CALMON, P. p88; Arraial do Bom Jesus, localizava-se no continente equidistante de Olinda e Recife. Era um local alto e defensível, que dominava os rios e a várzea.

¹³ CALMON, P. 1941, Op. Cit. p 87.

¹⁴ As escavações realizadas foram viabilizadas pela URB-Recife, através do Departamento de Projetos Especiais – DPE.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



1631 - PORTO DE OLINDA



HOJE - PORTO DO RECIFE

LOCALIZAÇÃO

QUADRO 1 - Relação das fortificações construídas antes e durante o primeiro ano de dominação holandesa em Pernambuco.

NOME	DATA	AUTORIA	TIPOLOGIA CONSTRUTIVA
Forte de São Jorge Castelo da Terra	1590	portuguesa	Inicialmente em terra depois reconstruído pelos portugueses em pedra.
Forte do Picão Forte São Francisco Castelo do Mar	1612	portuguesa	Construído originalmente em pedra.
Forte do Brum Forte Diogo Paes	1630	holandesa	Construído em faxina e areia coberto por lama, depois reconstruído pelos portugueses em pedra.
Forte do Buraco Forte Madame Bruyn	1630	holandesa	Desconhecida a tipologia original, hoje em excelente trabalho de pedra em cantaria.
Forte Cinco Pontas Forte Frederik Hendrik Forte Desafio do Diabo	1630	holandesa	Construído em terra, reconstruído pelos portugueses em pedra.
Forte Real do Bom Jesus Forte do Arraial Velho do Bom Jesus	1630	portuguesa	Construção em terra, construído por Mathias de Albuquerque.
Forte Ernesto Forte príncipe Ernesto	1630	holandesa	Taipa, mas tem relatos de uso de pedras em algumas estruturas junto à água.
Forte weerdenbouch Forte das Três Pontas Forte Séqua	1631	holandesa	Construído em terra com muralha e berma em faxina.
Forte Orange	1631	holandesa	Inicialmente em terra, reformado pelos portugueses em pedra.

Fonte: ALBUQUERQUE, M, 1999, Fortes de Pernambuco, Imagens do Passado e do Presente.

CAPÍTULO I

ANTECEDENTES TEÓRICOS DA PRESENÇA HOLANDESA NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

DA CONFIABILIDADE DOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Os documentos que registram o passado refletem a maneira como os fatos são transmitidos nas sociedades de cultura escrita. Mas os registros da História informam sobre os acontecimentos, segundo a ótica de quem os escreveu ou dos interesses de quem os mandou escrever. Assim, é possível distinguir a descrição acontecimentos, num contexto interpretativo destinado a criar um consenso ideológico nos destinatários. A História tem produzido documentos sobre os fatos acontecidos, mas também, com frequência, tem calado outros. Esse silêncio pode ser voluntário, respondendo a diversos interesses dos Estados, mas a força da omissão pode assim apagar episódios e, sobretudo, introduzir distorção nas lembranças que fazem a memória e a tradição de uma sociedade.

Diversos são os recursos com os quais a pesquisa pode esclarecer os fatos acontecidos. Hoje, cada vez mais se integram registros de outra índole, como o resultado do desenvolvimento dos recursos técnicos que permitem registrar, tais como os recursos visuais e os verbais. Na confrontação dos documentos históricos e dos vestígios dos componentes materiais da história que fizeram parte dos acontecimentos, a disciplina arqueológica contribui com reconstruções do passado ou apenas com uma maior precisão dos conteúdos da memória social. Os procedimentos de pesquisa da arqueologia descobrem novas evidências materiais que podem contradizer ou confirmar as versões diferentes da História.

Essa retificação da História pode acontecer tanto a partir de achados que levantam problemas em face de versões existentes contraditórias, como do questionamento de

fatos interpretados por outros registros da tradição oral. O ponto de partida da pesquisa pode estar constituído por menções de origem mítica, as quais acompanham a explicação de fatos, gerando paradoxos de difícil esclarecimento.¹⁵

É o que parece ter acontecido quanto aos aspectos da historiografia nacional com relação ao período da presença holandesa na Capitania de Pernambuco. Foram somente 24 anos de existência de um pólo de atividades comerciais, concentradas apenas no istmo do porto dos Arrecifes da Vila de Olinda. A instalação da colônia holandesa na Capitania de Pernambuco tem sido apresentada, pela versão portuguesa, como uma aventura do governo holandês que teria tomado de surpresa as autoridades da Capitania de Pernambuco¹⁶, o qual teria ficado enquistado durante quase três décadas na área do porto, defendendo-se permanentemente dos ataques dos portugueses¹⁷.

Na base dessa interface interpretativa lusitana e holandesa, pode-se considerar um enfrentamento dos interesses de ambos os atores dessa contenda. Uma diferença de interesses e de estratégias parece evidente entre ambos, mas em primeiro termo existem importantes diferenças de identidade. O Portugal do século XVII continua avançando de forma decidida sobre o território do Brasil colonial, ignorando os compromissos assumidos pela assinatura do Tratado de Tordesilhas¹⁸, segundo o qual Portugal deve restringir os limites de sua implantação de assentamentos a uma bem delimitada e estreita faixa territorial. Nesse sentido, a presença armada holandesa no território português, a qual corresponde ao legitimado pelo dito Tratado, será questionada não apenas pela força mas também nas diferentes instâncias jurídicas internacionais. O rei de Portugal tem uma base jurídica de sustentação para argüir em face a uma usurpação de posse territorial por parte da Holanda, apesar dessa não ser signatária do Tratado.

Do lado holandês, o objetivo principal não é apenas uma expansão territorial do Estado. O segundo ator desse enfrentamento é uma empresa comercial de projeção internacional, a Companhia das Índias¹⁹, para a qual o verdadeiro objetivo é o lucro que pode ser obtido pelas operações comerciais ainda precariamente desenvolvidas. O lucro

¹⁵ Esse problema também é reconhecido por MELLO, J.A. em *Tempos dos Flamengos* 1987, p74 e 75.

¹⁶ CALMON, P. 1941, Op. Cit. p 85

¹⁷ MELLO, J.A.G. 1987, Op. Cit, p 45

¹⁸ VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil Colônia*, 2001. p559

¹⁹ SILVA, 1994 *WIC, West-Indische Compagnie*, criada em 1621, tinha o conselho administrativo composto de 19 diretores, 18 dos conselhos regionais e um dos Estados Gerais: os XIX.

exige eficiência e exige capital, que deve ser invertido de maneira adequada para atingir sua maior rentabilidade. Interesses de Estado se contrapõem a interesses comerciais. As estratégias serão adequadas às prioridades dos objetivos de ambas as entidades. Os interesses de Estado de Portugal são também econômicos, mas apresentam um aspecto principal privilegiando a honra, o que se harmoniza melhor com os valores católicos dos países ibéricos. Os interesses do Estado de Holanda, econômicos também, apresentam-se por meio dos interesses de uma empresa comercial que prioriza o lucro e se enquadra melhor aos valores protestantes.

A abordagem portuguesa do período holandês conjuga na sua versão do acontecido uma minimização do período, uma omissão sobre o que foi a herança holandesa nos planos técnico e cultural, atribuindo-lhe intervenções destrutivas, componentes todos destinados a apagar a presença holandesa da memória da História do Brasil. Assim, os holandeses teriam incendiado²⁰ Olinda e se concentrado no istmo do Porto dos Arrecifes. As proporções desse incêndio geram certas contradições e dúvidas sobre o acontecimento, pois as pesquisas arqueológicas realizadas até agora não mencionam a presença de camadas de cinza, que deveriam constituir verdadeiros estratos de sedimento de ter sido uma ação premeditada e organizada. Mas o incêndio de Olinda teria acontecido um ano depois da tomada do território, em 1631, e a queima total de uma cidade não teria beneficiado uma companhia comercial²¹. Esse é apenas um exemplo, da série, os quais podem ser levantados como possíveis retificações da história. Nesse caso específico, a procura de evidências estratigráficas de queima em toda a área habitada no século XVII seria o procedimento arqueológico para demonstrar ou negar um comportamento comercialmente surpreendente.

A pesquisa arqueológica aplicada aos vestígios do patrimônio histórico de uma cidade poderá fornecer dados de natureza factual para confrontar as explicações.

Reconsiderando a documentação disponível, existem claras menções de que os portugueses, sim, teriam destruído o pouco que existia no istmo do Porto dos Arrecifes

²⁰ MELLO, J.A.G, 1987. Op Cit, p.52 e 53./ COSTA, P. Revista do Instituto Archeológico e geographico Pernambucano, TOMO XI, 1904, p39

²¹ BARLAEUS, G. Op.Cit. p.154. ***Das Ruínas de Olinda nasce Mauriciópole.*** “Transportou cada um para o Recife os restos e os entulhos vendíveis da cidade demolida, aproveitando os materiais em novas edificações...”

antes desse cair em mãos holandesas. A documentação também indica que ao recuperar o antigo porto dos Arrecifes, o governo português teria optado por destruir o casario para reconstruir segundo os padrões construtivos da colônia portuguesa. Desse modo, teriam sido demolidas as casas de estilo holandês²², principalmente as de madeira, conservando apenas os alicerces que foram reaproveitados na reconstrução.

O período holandês parece ter sido apagado sob o furor das armas lusitanas que expulsaram os invasores e concluíram um capítulo de pesadelo na história da Capitania. Essa é uma versão destinada a criar um mito colonial, pois a documentação indica que a saída da Companhia das Índias de Pernambuco foi o resultado de uma civilizada negociação que se traduz pelo pagamento de uma indenização²³ de tal importância que a coroa endividou a Capitania de Pernambuco por um período prolongado. A reconstituição da Vila segundo o padrão português teria como objetivo eliminar os vestígios urbanos da presença holandesa no Recife²⁴. Acontecimentos que discordam das explicações lusitanas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Nesse contexto situa-se o tema que é o objeto deste trabalho. Uma série de explicações geradoras de ambigüidades é retomada em relação à participação holandesa na construção do Recife, especificamente referente ao muro construído durante o período de ocupação holandesa, do lado marítimo do istmo, assim como o baluarte em conexão com ele. Segundo certos documentos, o muro e o baluarte teriam sido de autoria lusitana, segundo outros registros, a construção seria exclusivamente holandesa.

A estrutura formada por blocos de arenito com cortes em cantaria de grandes dimensões, o encaixe dessa cantaria no maciço corpo da estrutura em pedra e cal e ainda o modo de assentamento de pedra sobre pedra sem adição de argamassas, formam uma tipologia construtiva diferenciada das demais construções do período colonial em Pernambuco.

²² MELLO, J.A.G. 1987, Op Cit, p82 a 88.

²³ SIMONSEN, R. 1977, Op. Cit. P. 120.

²⁴ MELLO, J.A.G. Op Cit. p 80e81, 87. tipologia construtiva e as casas holandesas para os Portugueses eram consideradas como pocilgas.

Essas informações que determinam uma tipologia construtiva de qualidade e a diversidade de informações contidas nos documentos históricos analisados provocaram questionamentos sobre a autoria da sua construção.

A partir do momento em que se observa o cotidiano do período colonial, a classificação anterior de que os portugueses construíam em pedra e os holandeses em terra ou madeira, torna-se infundada. Os materiais são irrelevantes, quando se percebe a urgência das construções de defesa nos períodos de guerra e a utilização dos materiais construtivos disponíveis para essas obras emergenciais. Grande parte das construções feitas no período de guerra foi edificada com terra. Tanto os fortes holandeses quanto os portugueses eram construídos da forma mais rápida e econômica, como se pode constatar pela existência da taipa nas estruturas arqueológicas encontradas no Forte Real do Bom Jesus (1630 a 1635) e no Arraial Novo do Bom Jesus (1635), duas fortificações genuinamente portuguesas.

Não se pode considerar o baluarte como uma simples obra para a guerra, porque o requinte do seu acabamento demonstra o zelo do seu construtor e um certo tempo gasto em calcular, medir, cortar e encaixar os blocos. Aparentemente observam-se blocos com formas laterais retangulares ou quadradas, mas ao se considerar com atenção a secção transversal, vê-se que seu desenho forma um trapézio retângulo, cuja finalidade é encaixar os blocos uns sobre os outros, de maneira a promover uma inclinação de escarpa na parede lisa para o lado do mar. Essa técnica também foi utilizada pelos portugueses, mas com a adição de argamassas entre as pedras, restrito apenas aos acabamentos dos ângulos flanqueados dos baluartes, fixando as cortinas compostas por pedras e argamassas.

HIPÓTESE E PROCEDIMENTO DE CONTRASTAÇÃO

O baluarte construído no ano de 1630, no período de dominação holandesa, foi feito originalmente em pedra de cantaria, com a função principal de proteger contra o avanço do mar, pois a cortina seguia na lateral marítima do povoado. Se sua função principal

fosse a defesa, o baluarte de pedra seria o do lado do rio, já que o inimigo se abrigava no continente.

Mesmo que exista a possibilidade de a mão-de-obra ser portuguesa, foram os holandeses que planejaram, contrataram a construção e determinaram sua função, por isso a autoria da construção é holandesa. É provável que o baluarte tenha sido construído pelo engenheiro Cristóvão Álvares,²⁵ um português, homem de confiança dos holandeses para dirigir as obras mais importantes no Recife, como a Ponte de Maurício de Nassau.²⁶ Mas a requintada técnica construtiva não era de origem portuguesa, porque não foi repetida nem imitada nas reconstruções ou edificações portuguesas após a saída dos holandeses²⁷.

As pedras estruturais que encaixam o conjunto de cantaria no bloco maciço, medem quase a largura do muro, comprovando que só poderiam ser feitos em conjunto. Essas pedras foram encaixadas dentro do bloco argamassado, à medida que este ia sendo construído, pois não existiria outro procedimento de introdução dessas pedras dentro da estrutura. Essa organização demonstra que a construção do baluarte foi feita de uma única vez, portanto, a possibilidade de ter sido revestida posteriormente em cantaria pelos portugueses é nula.

Para confrontar essa hipótese com os fatos disponíveis, foi analisada a documentação historiográfica e cartográfica do período holandês, procurando-se evidenciar os elementos factuais que sustentam tanto a origem portuguesa do Baluarte da Terra quanto a possibilidade de sua autoria holandesa. Os resultados historiográficos e cartográficos foram também confrontados com os dados obtidos na escavação arqueológica.

No procedimento de contrastação serão considerados os seguintes aspectos:

1- Os dados arqueológicos como caracterizadores da tipologia e técnica construtiva da estrutura encontrada.

²⁵ Cristóvão Álvares - Engenheiro e construtor português, realizador de obras como o Forte do Mar e o Arraial do Bom Jesus. Trabalhou para os portugueses e para os holandeses.

²⁶ MELLO, J.A.G. Op.Cit p 115. A Ponte construída por Maurício de Nassau liga a Ilha do Recife à Ilha de Antônio Vaz.

²⁷ Os Fortes do Brum, Buraco, Orange, Cinco Pontas, foram obras reconstruídas pelos Portugueses.

- 2- A classificação da tipologia construtiva usual para as obras de defesa no século XVII, entre os fortes portugueses e holandeses.
- 2- Levantamento dos dados históricos em fontes primárias, como relatórios e cartas, referentes ao período da construção do baluarte.
- 4- A iconografia e a representação da evolução urbana.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O CONTEXTO EUROPEU DO SÉCULO XVII

O período colonial do Brasil foi em parte reflexo dos movimentos mercantilistas e expansionistas dos países europeus. O comércio internacional foi intensificado pela necessidade que Europa tinha de riquezas e territórios.

No continente asiático, defrontaram-se com um sistema mercantil já existente. Na América, foi necessária a colonização para possibilitar o controle da agricultura e estruturar a exportação dos produtos.²⁸ Portugal, na tentativa de controlar o comércio, dividiu o território do Brasil em Capitanias Hereditárias²⁹, mas não estruturou regras de exclusividade e perdeu o controle sobre a comercialização, abrindo espaços para as transações diretas com outros países³⁰. Esse controle só teve início, no Brasil, com a união dos reinos de Portugal e Espanha (1580 a 1640), a exemplo do processo aplicado na América espanhola.

A proibição do livre comércio e a quebra da parceria luso-holandesa levou os holandeses a contrabandear os produtos e a negociarem diretamente. Tiveram inúmeras dificuldades e grandes prejuízos nas lutas com os concorrentes e a pirataria. Esses problemas vieram despertar a idéia de uma cooperação entre os negociantes, o que possibilitaria maior segurança e respaldo econômico³¹.

Em 1602, foi fundada a Companhia Holandesa das Índias Orientais, uma empresa de sucesso que trouxe muitas riquezas aos Estados Gerais e, por isso, serviu de modelo a muitas outras fundadas posteriormente. A Companhia das Índias Ocidentais foi uma delas, fundada em 1621, como uma sociedade de capital social, em que os acionistas eram pequenos investidores. Tinha o privilégio de comercializar com a América e a

²⁸ SIMONSEN, R. 1977, Op. Cit. p. 33.

²⁹ VAINFAS, R. 2001, Op Cit, p 92

³⁰ SIMONSEN, R. 1977, Op Cit, p 351

³¹ SIMONSEN, R. 1977, Op Cit, p 354

costa atlântica da África. Seus direitos consistiam em fundar estabelecimentos e fortificações nos territórios desabitados, com a finalidade de contrabandear bens espanhóis, aprisionar os navios portugueses e espanhóis e fundar colônias³².

O interesse dessa companhia pelo Brasil vinha do conhecimento que os holandeses tinham da região e da potencialidade de extração de matérias-primas e elaboração de produtos de interesse internacional. O produto de maior interesse era o açúcar. Pernambuco abrigava mais de 100 engenhos que produziam açúcar em grande quantidade. Tal produção e a qualidade do açúcar eram do seu interesse, pois necessitavam suprir a demanda das refinarias que foram instaladas na Holanda no período da Trégua dos Doze Anos, de 1609 a 1621³³. Só em Amsterdã havia 25 refinarias que beneficiavam o açúcar transportado por navios luso-holandeses, do Brasil para o norte da Europa.³⁴

A Bahia e Pernambuco eram o centro do poder da Coroa Portuguesa no Brasil, tornando-se os alvos das investidas holandesas como estratégia de ocupação e controle do comércio do Nordeste brasileiro. A Bahia tinha uma estrutura de fortificação eficiente que dificultou a posse dos holandeses, mas Olinda não possuía um bom sistema de defesa, sendo tomada em 1630³⁵.

Durante o processo de invasão, os portugueses tentaram desestimular os holandeses a invadirem a área portuária dos Arrecifes, ao queimarem os navios carregados que estavam no cais e incendiarem os armazéns com mercadorias na área do porto.³⁶ Essa atitude trouxe prejuízos à Companhia das Índias Ocidentais, que contava com a apreensão dos produtos armazenados para cobrir as despesas da invasão. Não entanto, o controle da área e as atividades portuárias eram o objetivo prioritário, pois permitiriam controlar o escoamento da produção do açúcar, dominando assim o comércio e o transporte.

³² SIMONSEN, R. 1977, Op Cit, p 354,355e 356 / SILVA, Nizza, Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil, 1994

³³ SILVA, Nizza. Op. Cit.

³⁴ MELLO, J.A.G, 1981, Op. Cit. p

³⁵ CALMON, P, 1941. Op. Cit. p 84,85.

³⁶ CALMON, P, 1941. Op. Cit. p 87.

O Porto dos Arrecifes era o ponto estratégico que sustentava o poder³⁷. Era por meio dele que se poderia controlar tanto a entrada de invasores como a saída das mercadorias e a entrada de suprimentos. Essa importância é percebida na planta do engenheiro Andréas Drewisch, 1630, ao representar o Primeiro Sistema Holandês de Defesa³⁸, o qual teve início em 1630 e foi finalizado por volta de 1637. Em quanto Matias de Albuquerque fez rodear o Recife com dupla Paliçada, “os holandeses cinziram o Recife com um cinto de fortalezas.”³⁹ As fortificações foram posicionadas em semicírculo, privilegiando a proteção do porto com relação ao continente, defendendo-se dos portugueses que se alojaram no Arraial do Bom Jesus, a oeste do porto. Os ataques que porventura viessem pelo mar não eram temidos pelos holandeses, mas poderiam ser defendidos por três fortificações: o Forte do Brum (*Schans de Bruyne*), de 1630, o Forte do Buraco (a senhora de *Bruyn*), de 1631, e o Forte do Mar (Picão), de 1612.

OS HOLANDESES NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

Olinda era localizada sobre uma colina, uma Vila rica com casarões e igrejas. Dessa colina, em direção ao sul, estendia-se um istmo. Ali se formava um vilarejo, “*surgindo sobre um banco de areia muito baixo, parece sair das ondas*”⁴⁰ com a população que trabalhava no embarque e desembarque das mercadorias nos navios.

No espaço territorial desse vilarejo chamado de Arrecife de São Miguel, Arrecifes dos Navios, Porto de Santelmo, Recife de Pedra, Bairro do Porto e depois Recife, não houve nenhuma interferência urbanística até a chegada dos holandeses em 1630, quando foi redimensionado o espaço urbano e foram criados elementos de segurança.

Os holandeses apontaram em frente ao porto de Olinda em 15 de fevereiro de 1630, com 3.000 homens (soldados, marinheiros e outros), em 56 navios⁴¹, chefiados por Hendrick

³⁷ DOCUMENTOS HOLANDESES, Weerdenbouch, carta de 14 de maio de 1630. p42

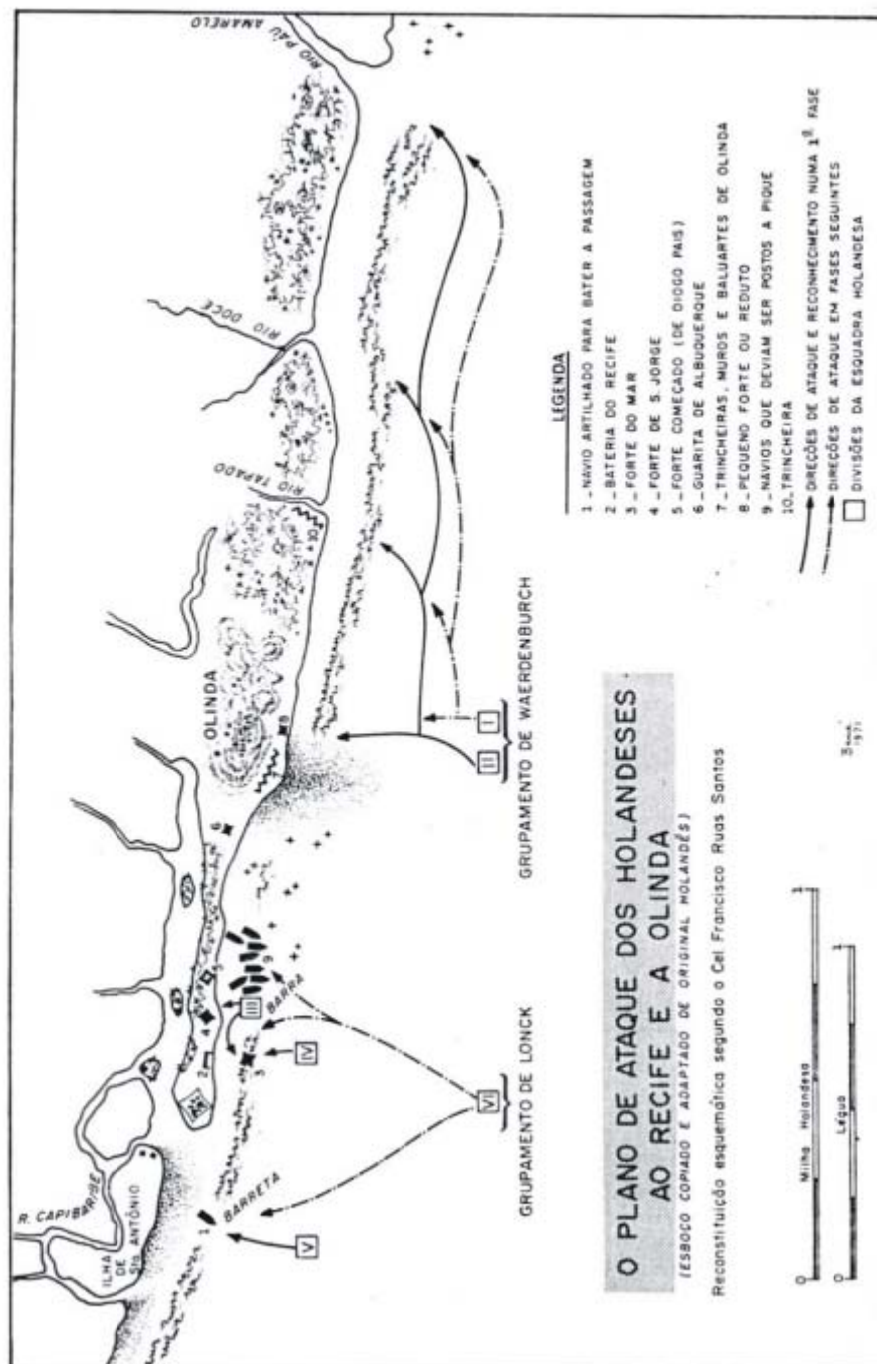
³⁸ MIRANDA, Bruno R. F, CLIO 16, pág. 87. Primeiro Sistema Defensivo Holandês projetado pelo engenheiro Commersteijn e executado por Pieter van Brueren e Andréas Drewisch; engenheiros da WIC.

³⁹ CALMON, P. 1941, Op. Cit. p90.

⁴⁰ KOSTER, H, Viagens ao Nordeste do Brasil, Londres 1816. p.34.

⁴¹ CALMON, P. Op. Cit. p85- relata a saída da Holanda em 1629, de uma frota de 35 naus, 15 yates 13 chalupas e 3.780 marinheiros e ainda 3.500 soldados.

PLANO DE INVASÃO DOS HOLANDESES SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972.p.122.

Comelissoon Lonck⁴². A estratégia de defesa dos portugueses foi afundar alguns navios na entrada da barra, cercar a Vila do Porto com dupla paliçada, e defender-se utilizando o Forte do Mar ou Picão, localizado sobre os arrecifes na entrada da barra, e o Forte São Jorge, com suas torres, localizado sobre o istmo. Os holandeses conseguiram penetrar no continente pela praia de Pau Amarelo e avançaram por terra até Olinda.⁴³

A localização de Olinda sobre o morro impossibilitava a fortificação da vila pelos altos custos de construção de qualquer tipo de fortificação, fazendo-se necessário a procura de uma outra localidade para instalação do Governo Holandês. As opções seriam a Ilha de Itamaracá ou o porto do Recife. Para Itamaracá, ainda deveria ser construída toda a estrutura portuária que já existia no Porto dos Arrecifes⁴⁴.

Em 1631, a sede do Governo Holandês passa para o Porto dos Arrecifes, a partir do qual se cria a Vila de Recife. Os holandeses fizeram as primeiras modificações no espaço urbano, bem como um plano urbanístico integrando a Ilha do Recife com a Ilha de Antonio Vaz, onde vários aterros foram feitos nos mangues e alagados e em muitos terrenos baixos e pantanosos⁴⁵.

Quando os holandeses ocuparam o Recife, tiveram de reconstruir boa parte da infraestrutura portuária que se encontrava desmantelada. Reestruturaram as obras de defesa, adequando-as aos seus interesses. O território cresceu tanto na área do istmo como na Ilha de Antônio Vaz. A ocupação dessa ilha teve também uma razão lógica de defesa: quanto mais o continente era ocupado, mais longe ficava o inimigo do porto. Os holandeses foram forçados a se restringir à área portuária e à Ilha de Antônio Vaz, porque os portugueses, com seus ataques constantes e emboscadas⁴⁶, não permitiram que se expandissem pelo continente, dificultando-lhes a saída para colher frutos ou se abastecer de água boa.⁴⁷ Eram poucos os recursos de sobrevivência na área do porto e na Ilha, por isso eles ficaram por um longo tempo dependentes dos recursos de

⁴² Missiva de Weerdenbouch aos Estados Gerais 9 de março de 1630. Documentos Holandeses p27.

⁴³ CALMON, P. 1941 Op. Cit.

⁴⁴ MELLO, J. A. G. 1987, Op. Cit, p50.

⁴⁵ MELLO, J.A.G, 1987, Op Cit. p 54.

⁴⁶ Documentos Holandeses, Weerdenbouch, carta de 3 de Abril de 1630, p.33

⁴⁷ Documentos Holandeses, Weerdenbouch, carta de 27 de julho de 1630, p.45

alimentação e materiais de construção enviados pela Companhia das Índias Ocidentais.⁴⁸

No ano de 1630, o governador holandês D. van Weerdenburch escreve aos Estados Gerais, comunicando que será necessário fortificar a área do Porto do Recife com um muro de alvenaria em todo o contorno para se garantir contra a ação da água.⁴⁹ Isso havia sido feito provisoriamente no lado de Antônio Vaz, com estacas na água do lado de fora.

Houve uma primeira reforma no espaço urbano para comportar os novos habitantes. Foi construída uma nova paliçada, de modo a ampliar a área interna do povoado.⁵⁰ O istmo era muito estreito, por isso a área interna foi ampliada no sentido de Olinda, onde foram construídos os dois baluartes e uma cortina entre eles defendida por uma paliçada. Nesta cortina se localizava a porta da Vila que dava acesso a Olinda.⁵¹

Os terrenos da área do porto foram muito valorizados. Como o Recife não mais podia crescer de forma horizontal, a única opção era verticalizar⁵² as edificações, como já se fazia na Holanda. Foram construídos sobrados com dois ou três andares, e muitos tinham sótão, muito estreito por causa dos valores dos terrenos. Existiam edifícios com largura de 6,30m, 5,80m; alguns mediam 4,80m de largura e tinham uma profundidade que atravessava o quarteirão, abrindo para duas ruas⁵³. As construções em Antônio Vaz, onde havia mais terrenos livres e mais baratos, eram prejudicadas porque como o comércio funcionava no Recife, a travessia do rio tinha de ser feita em balsa e era muito perigosa⁵⁴.

Os materiais de construção disponíveis eram muito caros, e os holandeses faziam vir da Holanda navios carregados de tijolos de diversos tamanhos.⁵⁵ Vinham também tábuas de madeira para a construção de casas e armazéns. Algumas já vinham prontas, pré-

⁴⁸ MELLO, J. A. G, Op. Cit. P

⁴⁹ Documentos Holandeses, Governador Weerdenburch, carta de 27 de julho de 1630, 1630, pág 47.

⁵⁰ REIS, N.G., Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colônia, 2000 - Mapa de Andreas Drewsch datado de 1631.

⁵¹ REIS, N.G. 2000, Op. Cit, Mapa de Drewsch 1631 / BARLAEUS, Op. Cit, p142.

⁵² “Verticalizar”, edificar com mais de um pavimento.

⁵³ MELLO, J.A.G, 1987, Op. Cit, p 82.

⁵⁴ MELLO, J.A.G, 1987, Op Cit, p 92.

⁵⁵ MELLO, J.A.G, 1987, Op. Cit, p 83.

fabricadas na Holanda. Chegavam aqui em peças numeradas, com o plano de montagem. Muitas vezes vinham até os carpinteiros.⁵⁶

O Conde Maurício de Nassau, segundo governador do Brasil holandês, trouxe consigo muitos cientistas, artistas e intelectuais. Mas a sua obra administrativa o tornou um homem à frente do seu tempo. Cuidou da saúde pública, com o controle do lixo urbano e dos alagamentos do meio da rua, construiu calçadas, jardim botânico, zoológico, pontes, criou leis de convivência, que procuravam integrar os portugueses na vida social, criou os mercados públicos e fez construir uma cidade com melhores condições de habitação que a área do porto. Foi “relações públicas” nos negócios com os senhores de engenho e no tratamento com os indígenas. Detectou o problema alimentar provocado pela monocultura do açúcar e estimulou a plantação da mandioca e a adequação das frutas na alimentação da população⁵⁷.

Maurício de Nassau conseguiu modificar a postura mercantilista dos holandeses em relação aos portugueses e tomou atitudes colonialista, conseguindo, de certa forma, uma harmonia entre os negros, índios, portugueses e holandeses.

Mas, enquanto Nassau achava fundamental uma boa relação entre a Companhia e os portugueses, a Companhia das Índias procurava objetivos mercantis no curto prazo. No entanto, a independência de Portugal com relação à Espanha, em 1640, levou os portugueses a acreditarem que poderiam reconquistar o território e iniciaram a Resistência. Nassau não se achou capaz de contornar a situação e se retirou do Brasil, em 6 de maio de 1640, passando o Governo para o Conselho do Recife, entidade criada por ele, capaz de governar.⁵⁸

A crise açucareira de 1640 foi superada com os empréstimos dos comerciantes aos senhores de engenho e aos lavradores⁵⁹. Mas a saída de Nassau do território brasileiro e o retorno desses comerciantes para a Europa levaram a Companhia das Índias Ocidentais a assumir as dívidas e a pressionar os senhores de engenho e os lavradores a pagarem essas dívidas. Essa pressão foi uma das causas da revolta dos luso-brasileiros

⁵⁶ MELLO, J.A.G, 1987, Op. Cit, p 85.

⁵⁷ VAINFAS, R. 2001, Op. Cit. p 385

⁵⁸ VAINFAS, Op. Cit. p 386.

⁵⁹ SIMONSEN, Op. Cit. p 120 / MELLO, J. A. p 146.

contra a presença holandesa no Brasil⁶⁰. Mas havia discordância de interesses: enquanto um grupo pretendia expulsar os holandeses para reaver suas terras confiscadas e leiloadas em 1635, outros adquiriram essas casas, engenhos e terras e não desejavam pagar suas dívidas. E havia ainda os que permaneceram em Pernambuco e conviveram com os holandeses, alguns colaborando e outros não.

André Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira, que foram os grandes articuladores da revolta, pertenciam a um desses grupos. Eram de origem humilde e se tornaram grandes proprietários de engenhos e terras com o financiamento da Companhia das Índias. Tinham interesse na saída dos holandeses, pois arriscavam-se a perder os bens adquiridos⁶¹.

A estratégia luso-brasileira foi confinar os holandeses no litoral e fazê-los depender unicamente dos recursos que vinham da Holanda, e assim aconteceu, até que se recolheram para o Recife. As derrotas sofridas na África, em 1648⁶², e na Batalha dos Guararapes, em 1648-49, foram o ponto de partida para que os holandeses, em 1654, negociassem a Capitulação da Campina de Taborda. Os portugueses indenizaram os holandeses com a soma de quatro milhões de Cruzados, a serem pagos em 16 anos⁶³.

A dívida foi paga pela Capitania de Pernambuco e pela população, sob a forma de impostos⁶⁴.

⁶⁰ VAINFAS, Op. Cit. p 311.

⁶¹ VAINFAS, Op. Cit. p 41.

⁶² VAINFAS, R. 2001, Op.Cit. p312.

⁶³ SIMONSEN, R. 1977, Op. Cit. p120.

⁶⁴ SIMONSEN, R. 1977, Op. Cit. p120.

CAPÍTULO II

ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

DOCUMENTOS HOLANDESES

As cartas holandesas ao Conselho dos XIX são recheadas de informações sobre o cotidiano do período de dominação batava no Nordeste brasileiro. Esses documentos foram traduzidos do francês para o português por Abdgar Renault, e publicados pelo Ministério da Educação e Cultura em 1945, no livro *Documentos Holandeses Vol I*.

Para este trabalho, foram analisadas oito cartas que compreendem o período de março de 1630 a novembro de 1631, e contêm informações desde a chegada dos holandeses a Pernambuco até a transferência do centro do poder holandês de Olinda para o Porto dos Arrecifes.

Os maiores problemas relatados desde a primeira carta são:

1. A dificuldade para fortificar Olinda.
2. Os ataques constantes dos portugueses e brasileiros aos holandeses.
3. A falta de materiais de construção e mão-de-obra qualificada para os trabalhos em alvenaria de pedra.
4. O avanço das águas do mar na área do istmo, principalmente na Aldeia do Recife.

1- A dificuldade para fortificar Olinda

Olinda era utilizada em período de paz pelos portugueses, que não sentiam a necessidade de fortificá-la, a não ser em relação aos prováveis ataques que procedessem da costa. Esse fato é identificado na iconografia pela existência de uma paliçada construída no limite da praia⁶⁵.

⁶⁵ ALBERNAZ I, mapas de 1616 e 1626.

Como centro do poder lusitano, o território de Olinda era do interesse dos holandeses como ponto de partida para o controle da região⁶⁶. Mas o empenho maior era o domínio das áreas portuárias, arma a ser utilizada como ferramenta para a estratégia de conquista dos habitantes que, impossibilitados de comercializar e transportar o açúcar, passariam a ter um bom relacionamento com os holandeses, na intenção de viabilizar os negócios⁶⁷. Por isso era também importante a conquista da Ilha de Itamaracá.

Essa estratégia foi percebida como engano por Weerdenbouch, ao entender que a resistência dos portugueses tinha como fundamento a esperança de chegada do socorro espanhol para reforço das tropas lusitanas, no intuito de reconquistar o território de Pernambuco.

O temor dos holandeses vinha da certeza da impossibilidade de defesa a esse ataque, pela falta de fortificações como pelo conhecimento que os portugueses tinham do lugar. A dificuldade de fortificar Olinda foi relatada desde as primeiras comunicações com a Companhia das Índias Ocidentais, tanto pelo terreno acidentado quanto pela dureza do solo, mas a realidade eram os altos custos da empreitada. Na carta de posse do território de Pernambuco, datada de março de 1630, Weerdenbouch declara essa impossibilidade e insiste nessa afirmativa até a correspondência de fevereiro de 1631. A autorização do Conselho dos XIX para se abandonar a Vila de Olinda foi escrita em uma carta datada de 30 de maio de 1631, mas só foi recebida por ele em 21 de outubro, seis meses depois.

Essa demora foi lamentável para os holandeses, que tiveram de abandonar às pressas a Vila, uma vez que os reforços tão esperados pelos portugueses haviam chagado, e existia a informação de que atacariam Olinda.

Resolveram então “*abandonar a cidade e arrasá-la inteiramente.*”⁶⁸ Antônio Gonsalves de Mello (1987) e Manuel Correia de Andrade (2003), acrescentam que “*incendiaram*”⁶⁹ Olinda, mas tal informação primária não foi encontrada nos documentos holandeses analisados aqui. O incêndio da cidade teria proporções tão

⁶⁶ Documentos Holandeses, Weerdenbouch, carta de 9 de Março de 1630, p30.

⁶⁷ Pensamento holandês como estratégia de conquista. Documentos Holandeses p74 e 75.

⁶⁸ Missiva do Governador D. Van Weerdenbouch, de Antonio Vaaz aos Estados Gerais, 09 de Novembro de 1631; Documentos Holandeses – p 86.

⁶⁹ MELLO, J. A. 1987, Op. Cit./ ANDRADE, M.C. Formação Territorial e Econômica do Brasil, 2003. p 57.

fenomenais que resultaria em registros históricos de forma detalhada, além das evidências arqueológicas não constatadas.

2- Os ataques constantes dos portugueses

Os portugueses não deram trégua aos holandeses: atacavam de forma contínua, não permitiam o avanço das tropas holandesas no continente, além de dificultarem o acesso à alimentação e à água. Essa tática era chamada de “guerra lenta”.⁷⁰

Na carta de 3 de agosto de 1631⁷¹, é aparente a preocupação do Conselho dos XIX com a situação das tropas diante desses constantes ataques, e a solução encontrada seria desarticular as forças de Mathias de Albuquerque com um grande ataque ao Forte Real, na tentativa de expulsar de vez esses portugueses de Pernambuco. Essa investida era temida por Weerdenburch, porque a estrutura montada pelos portugueses era considerada a de uma cidade fortificada, e para tanto seria necessário o deslocamento de muitos soldados, deixando o Porto do Recife e a Ilha de Antônio Vaz sem defesa.

Esse problema foi solucionado com a construção de um sistema de defesa, onde foram construídas fortificações ao redor do Recife e da Ilha de Antônio Vaz.

3- A falta de materiais de construção e mão-de-obra qualificada

As construções holandesas para esse sistema de defesa, levando em consideração os incessantes ataques portugueses, podem ser consideradas como obras emergenciais de guerra. A urgência dessas obras e a falta dos materiais necessários levaram os holandeses a construírem suas obras com o que havia disponível no meio ambiente: madeira e areia.

Essa dificuldade em conseguir matéria-prima construtiva e a necessidade de importar tais materiais eram uma constante nas cartas de Weerdenburch ao Conselho dos XIX. Em 3 de abril de 1630⁷², é pedido o envio de materiais específicos para se construir em

⁷⁰ COELHO, D. de A., Memórias diárias da Guerra do Brasil, 1630 – 1638.

⁷¹ Documentos Holandeses, Op. Cit. p71.

⁷² Documentos Holandeses, Op. Cit. p 33.



Forte Real 1635, de autor não identificado, a gravura ilustra o livro de Johannes de Laert. Fonte: Nestor Goulart.

alvenaria, e na carta de 27 de julho de 1630⁷³. São pedidos não somente os materiais como também mão-de-obra qualificada de pedreiros e canteiros.

Nas missivas de 16 de dezembro de 1630⁷⁴ e 31 de maio de 1631⁷⁵, é acusada a chegada de navios carregados de provisões. Provavelmente eram transportados também os materiais construtivos, já que existia a necessidade de lastrear os navios para facilitar a navegação.

4- O avanço das águas na área do istmo, principalmente na Aldeia do Recife

O problema do mar sobre o istmo foi visto poeticamente por alguns escritores. Henry Koster⁷⁶ o descreve como uma linha de terra que parece surgir do meio das ondas. Mas o avanço do mar sobre o istmo tornou-se um problema pela destruição que causava nas fortificações em terra e nas casas do povoado próximas ao mar. Não seria difícil para os holandeses construírem sobre a água. O problema relatado era a falta de matéria-prima adequada para executar uma obra de alvenaria em torno da Vila do Recife, como está indicado na carta de 27 de julho de 1630⁷⁷, “*da necessidade de se fortificar em alvenaria ao redor da aldeia do Recife, para garantir a ação da água*”. Por isso foram tantos os pedidos de envio de matéria-prima e de profissionais especializados em alvenaria e cantaria. Nesse mesmo período, construía-se o Forte do Brum que, além da falta de materiais e de mão-de-obra especializada, tinha o problema dos ataques constantes dos portugueses à obra, destruindo e incendiando o que ficava pronto.

DOCUMENTOS PORTUGUESES

Carta do Mestre de Campo geral da Capitania de Pernambuco, Francisco Barreto de Menezes, a D. João IV, Rei de Portugal, datada de 23 de maio de 1655.

Nessa carta, Francisco Barreto apresenta a visita ao Reino de Cristóvão Álvares como engenheiro militar em Pernambuco desde 1620, por um período de 31 anos, dos quais 7

⁷³ Documentos Holandeses, Op. Cit. p 45.

⁷⁴ Documentos Holandeses, Op. Cit. p 53.

⁷⁵ Documentos Holandeses, Op. Cit. p 67.

⁷⁶ KOSTER, H. 1816, Op. Cit. p34.

⁷⁷ Documentos Holandeses, Op. Cit. p 47.

anos serviu aos portugueses e os outros 24 nas guerras “*que tão por fiados foram*”. Fez obras para os portugueses, como o Castelo do Mar (Forte do Picão), e no Arraial do Bom Jesus foi o construtor chefe.⁷⁸

Essa visita teve como objetivo a cobrança dos muitos serviços prestados e passar a informação a Sua Majestade sobre o estado da Bahia e Pernambuco. Cristóvão Álvares reclama pagamento pela execução de um projeto e obra contratada pelo Capitão-Mor André Dias de França, “*que foi governar a Capitania de Pernambuco e intentou cercar aquele lugar com uma forte trincheira de pedra e cal*”. Fez o desenho e deu início à obra, criando “**um meio baluarte na entrada daquele lugar**”⁷⁹, com uma altura de 3,30m para o lado do mar e 1,10m para o lado da terra, com capas de 5 ou 6 peças de artilharia.

O engenheiro português Cristóvão Álvares era considerado pelos holandeses como homem de confiança para as construções. Na realidade, ele trabalhou tanto para os portugueses quanto para os holandeses. Provavelmente, não deve ter sido pago pelos holandeses, ou as dívidas das obras holandesas foram incluídas no valor pago pela Capitulação. Mas como se pode ver pela carta citada, a cobrança foi feita diretamente ao Rei de Portugal. “*...em que exercitei a arquitetura política vinte e sete anos com que grengui muitos mil cruzados que gastei nos vinte e quatro anos que exercitei a militar sem mercês nem premio algum. Se não só por não faltar ao serviço de Vossa Majestade que muito necessitava de minha pessoa digo que ...*”.

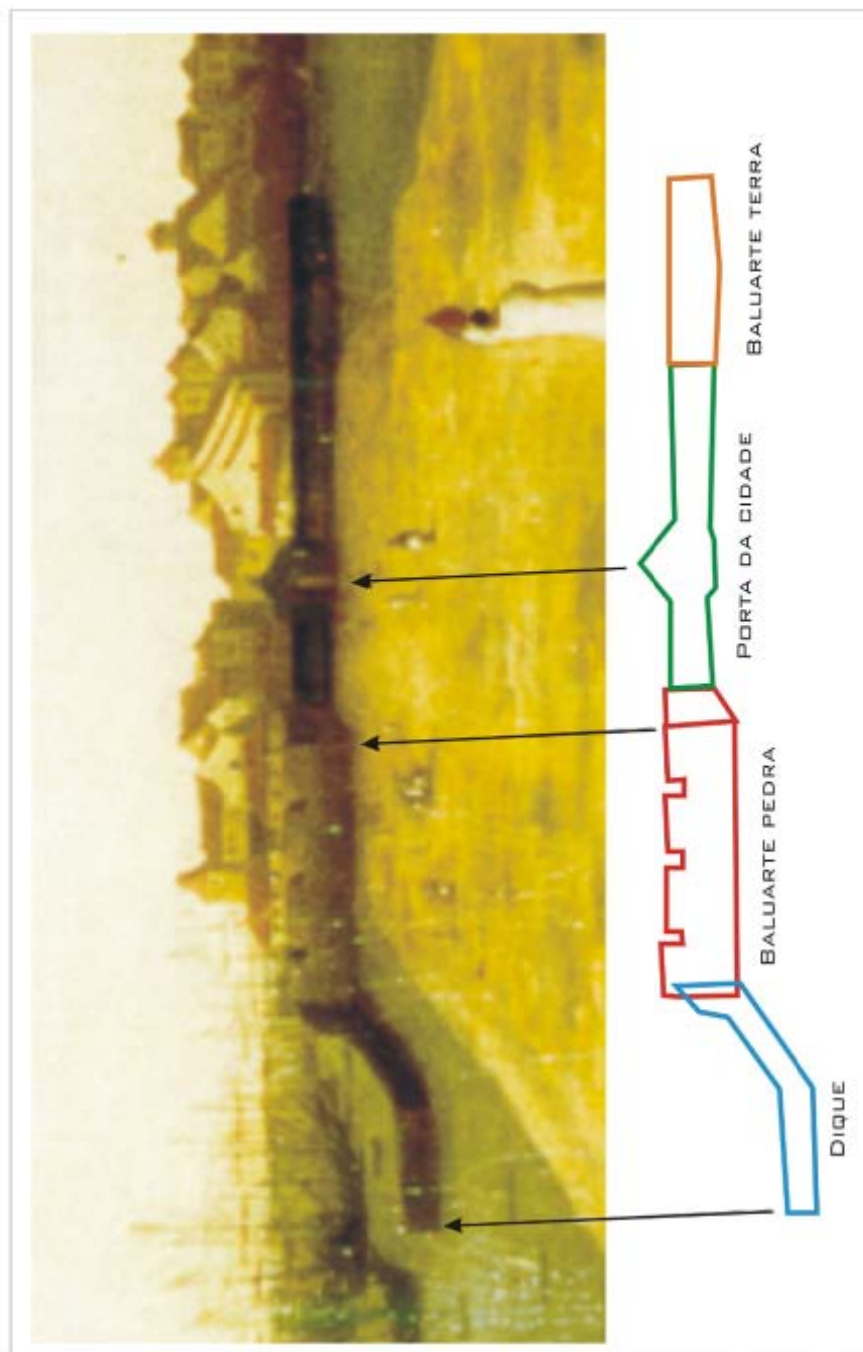
DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Barlaeus descreve a entrada da Vila da mesma forma em que Frans Post a desenhou, os dois registros correspondem a uma mesma visão. “*da banda que entesta com Olinda, tem diante de si dois baluartes em forma de obras cornutas, um de pedra, olhando para o mar e para o porto, o outro de terra, pondo para o rio. Une-os uma cortina que corre entre os dois, defendida por uma paliçada. No meio dela abre-se uma porta para dar passagem aos que saem de Recife ou nele entram. O baluarte de pedra protege-se com*

⁷⁸ MELLO, J.A.G, 1987, Op. Cit. p 87.

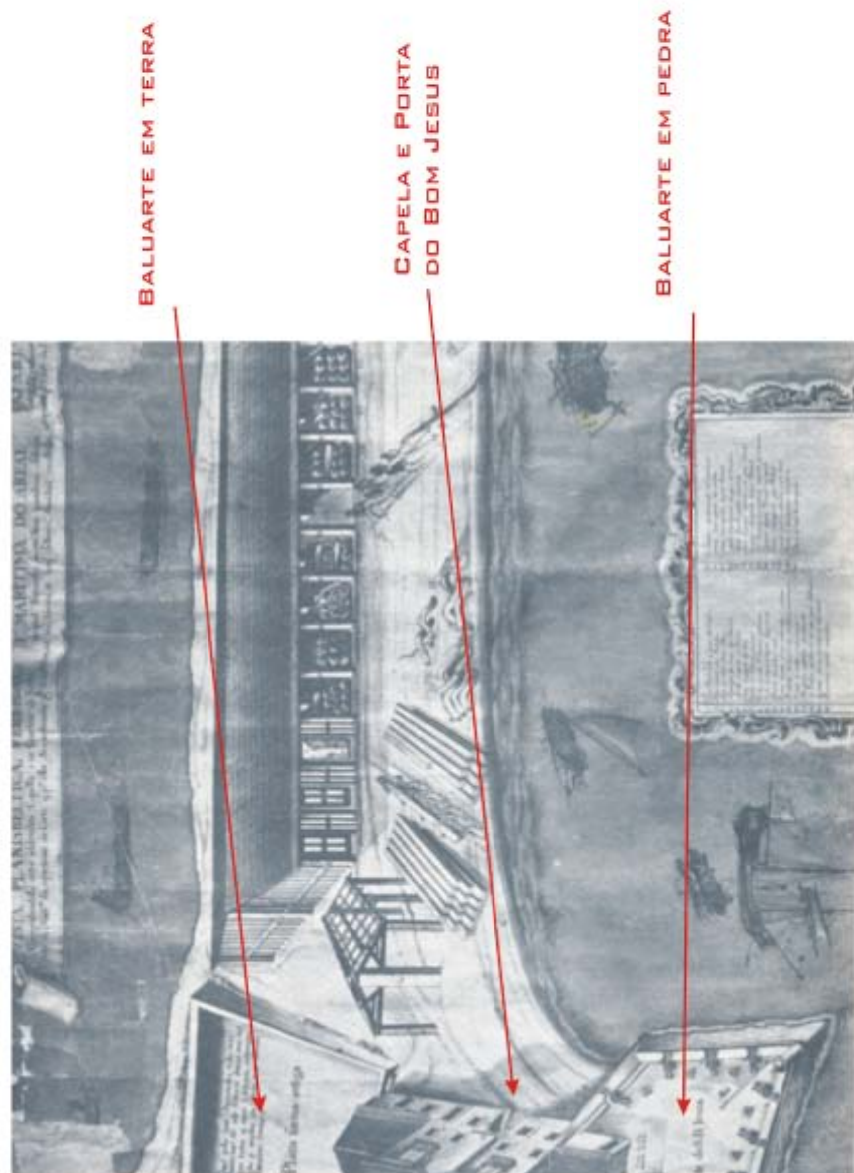
⁷⁹ Carta em anexo II.

ENTRADA DO POVOADO DOS ARRECIFES
IMAGEM ATRIBUÍDA A FRANS POST - RECIFE ENTRE 1637-1644



FORTE DO BOM JESUS 1788

AUTOR: SOLDADO DO REGIMENTO DE OLINDA - JOSÉ DE OLIVEIRA BARBOSA



*sete peças de bronze; o de terra, provido de cinco peças de bronze e duas de ferro, serve de segurança do interior da costa e do exterior do porto*⁸⁰.

Existe ainda outra imagem mais recente, de 1788, feita por um soldado do regimento de Olinda, na qual aparece, mesmo descaracterizado apresenta a mesma disposição, o Forte do Bom Jesus e a capela do Bom Jesus, já construídos pelos portugueses, sobre a Porta da cidade e entre os baluartes, um de pedra e o outro em terra.

Comparando os documentos, percebe-se que a construção reclamada por Cristóvão Álvares é de um meio baluarte em pedra, e a obra descrita por Barlaeus, desenhada por Frans Post e José de Oliveira, são dois baluartes inteiros, um em terra e o outro em pedra. A medida de 3,30m é a altura da ruína encontrada hoje, mutilada pela reforma urbana e, analisando uma fotografia⁸¹ do início do século XX, pode-se projetar sua altura por volta de 6m, 3m a mais do que é descrito por Cristóvão Álvares.

DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS

Recife e Olinda foram bem representados pela cartografia do século XVII. Tanto nos desenhos como nos mapas, é possível identificar a evolução urbana narrada pela documentação e reconhecer cada um dos elementos dessa evolução, representado no seu tempo e na sua forma.

As imagens escolhidas para essa análise tiveram como finalidade identificar o momento em que o baluarte foi construído.

⁸⁰ BARLAEUS, Op. Cit. p142.

⁸¹ Foto contida no catálogo do Museu do Estado de Pernambuco.

Quadro II - Imagens a serem analisadas:

ITEM	ANO	AUTORIA	DETALHE DE OBSERVAÇÃO
01	1616	Portugal	O Povoado em período de paz.
02	1626	Portugal	O povoado já com a paliçada de Mathias de Albuquerque.
03	1630	Holanda	Imagem da invasão dos holandeses a Pernambuco.
04	1630	Holanda	O Recife tomado pelos holandeses, destruído pelo incêndio.
05	1630	Holanda	As conquistas e as obras.
06	1631	Holanda	A primeira representação do Baluarte.
07	1637	Holanda	A expansão da Vila com aterros e a nova paliçada.

Imagem 01

Da autoria de João Teixeira Albernaz I⁸² datada de 1616, “*Perspectiva, do Ressife, e Vila, de Olinda*”.

Observamos nesta imagem uma situação de paz. O Recife ainda sem nenhum elemento de defesa a não ser o Forte do Picão, uma obra circular na entrada da barra construído em 1612 e o Forte São Jorge localizado na areia do istmo, construído em 1590. O istmo é desenhado de forma diferente das demais imagens, é mais largo e com o povoado dos Arrecifes de forma circular e com poucas habitações mas, ocupando a lateral marítima até a água, o que não acontece na margem do rio, onde percebemos um espaço vazio entre as casas e a água. São percebidos também dois elementos estreitos e altos, como uma torre, um se localiza no centro das habitações e outro na ponta final. O arruamento é representado em 5 agrupamentos de casas com espaços vazios entre eles, provavelmente praças ou ruas. A Ilha de Antônio Vaz está mais próxima de Olinda e não apresenta nenhuma ocupação.

Olinda está protegida por uma paliçada em toda a lateral marítima, estendendo-se até a bifurcação do rio, retornando em direção à praia formando uma dupla proteção entre o

⁸² João Teixeira Albernaz I, cartógrafo português, pertencente a uma família de cartógrafos e cosmógrafos. Sua obra, registrada desde o século XVII, abrange 215 cartas publicadas em Atlas e livros.

istmo e a Vila, compondo uma praça como anteparo entre a Vila e o Istmo. A lateral do rio, após esta bifurcação dá livre acesso à Vila. Concluímos que a defesa da Vila de Olinda era em relação ao mar e ao istmo.

Existem espaços livres entre as construções, embora pareçam maiores que as do Recife. Os engenhos são desenhados junto aos rios, um total de 24.

Esse era o Recife Português, antes da ameaça de invasão, em plena harmonia em um cotidiano de paz.

Imagem 2

Esta imagem foi desenhada dez anos depois da anterior, mas pelo mesmo autor. João Teixeira Albernaz I⁸³, em 1626, quatro anos antes da investida dos holandeses contra Pernambuco. Tem como título: *“Todas as fortificações que se mostraõ dolugar do Recife até a Vila de Olinda e ainda adiãte até oRio tapado de trincheiras Redutos e Plataformas que se estendem pormaes de huã legoa de terra se fezeraõ por mandado e Ordem do Governador Geral Mathias de Albuquerque na ocasião em que os olandezes tomarão a Bahia”*.

Nos documentos históricos, é descrito que Matias de Albuquerque foi avisado da chegada dos holandeses, quatro dias antes, e que em caráter de urgência mandou rodear o Recife com dupla palissada, afundou 8 barcos na entrada do porto e estendeu os canhões na praia de Olinda⁸⁴. Analisando esta imagem, em 1626, como o título mesmo diz, na ocasião em que os holandeses tomaram a Bahia, podemos notar que Olinda e Recife, em 1626, estavam prontos para recepcionar os holandeses em 1630. A palissada de Matias de Albuquerque no entorno do Recife está pronta, fechando o acesso pelo lado do mar, e intercalada com duas baterias. A Vila de Olinda está totalmente organizada com os 8 canhões na beira da praia, como descreve (CALMON,P. 1941), e a palissada de Olinda está disposta diferente daquela apresentada no desenhos de 1616,

⁸³ ALBERNAZ, Idem.

⁸⁴ CALMON, P. 1941.p 85 e 86.

onde além de proteger a Vila do acesso pelo mar, ela cerca o local de batalha protegendo as plantações da Vila.

Olinda e Recife são representadas com um denso arruamento, mas o sistema de defesa depende unicamente dos dois Fortes São Jorge e Picão.

Imagem 3

Esta imagem representa o momento da invasão holandesa em 1630: “*DE STADT OLINDA DE PHARNAMBUCO, VEROVERT BY DEN E, GENERAEL HENDRICK C. LONCK*”, da autoria de Claes Jansz Visscher⁸⁵.

Esse trabalho não pode ser considerado simplesmente uma imagem, mas sim um relatório completo. É composto por um trabalho artístico com a paisagem na parte superior representando o caos da invasão; um mapa (planta baixa) da situação do Recife no momento da invasão com requintes de detalhes; um mapa de localização da região em relação ao Brasil; um detalhe da principal fonte de produção, o engenho de açúcar, e o relatório escrito nas duas laterais sobre a invasão holandesa à Pernambuco.

É uma obra que demonstra o profissionalismo do autor e todos os seus dotes em um único trabalho.

No trabalho artístico, a perspectiva na parte superior, podemos ver o Recife sendo incendiado por Matias de Albuquerque antes de abandonar a Vila e partir para o Arraial do Bom Jesus. É muito bem desenhado o Forte do Picão em forma circular e o Forte de São Jorge com aparência de um castelo quadrangular com as quatro torres. O Recife está rodeado por uma paliçada, e apresenta a bateria montada na entrada da Vila, e a cruz plantada diante dela, a mesma estrutura que será estudada na imagem T'Recife que falaremos a seguir. A Igreja de Olinda está representada com uma torre gótica, que não corresponde a realidade, provavelmente é uma interpretação pessoal do artista, salientando a importância daquela construção.

⁸⁵ Claesz Jansz Visscher, Cartógrafo e pintor holandês, nascido em Amsterdã no ano de 1586.

Na Planta Baixa, a riqueza de detalhes mostra os navio em direção a Pau Amarelo, e o desembarque das tropas na praia e deslocamento em direção a Olinda.

É uma imagem de transição de poder. Pode ser considerada como registro de uma realidade vista de algum navio ancorado fora da barra do porto.

Imagem 4

A imagem intitulada “*T’Recife de Pernambuco*” tem autor desconhecido, mas ilustra o livro de Johannes de Laert-1644. Ela representa o Povoado do Recife logo após a vitória holandesa e antes da destruição de Olinda.

Os armazéns destruídos pelo incêndio ordenado por Mathias de Albuquerque aparecem na extremidade direita da imagem, podendo-se ver um frontão sem o telhado. A bateria desenhada na imagem anterior de Claesz Jansz Visscher, é representada da mesma forma nesta imagem, inclusive com a cruz plantada na frente.

O desenho da paliçada e a forma da bateria, não corresponde a nenhum Baluarte, comprovando que ele foi construído no período posterior à invasão holandesa.

Podemos ainda notar que o solo interno da Vila é muito mais alto que a parte externa, e isso também é percebido na próxima imagem, quando já é feita a expansão da paliçada.

Imagem 5

Esta imagem tem autor desconhecido, encontra-se no Algemeen Rijksarchief - Arquivo do Reino Geral em Haia. O desenho foi executado em 1630 e mostra o Recife de posse dos holandeses onde as fortificações conquistadas, os Fortes do Picão e São Jorge, são representadas em perspectiva e acompanhadas de uma bandeira holandesa, e as outras obras, já executadas pelos holandeses no primeiro ano de dominação, estão representadas em planta baixa e não são identificadas com bandeiras.

É perceptível que a paliçada foi ampliada, podemos notar que o casario se concentra do lado esquerdo, e algumas linhas pontilhadas representam a diferença de nível percebida na imagem anterior e confirmada nesta. O Forte do Brum e o Madama Bruyne, já estão construídos ou em obras, assim como o Waerdenburch ou Três Pontas no continente. A Ilha de Antonio Vaz, já está ocupada e defendida pelos Fortes das Cinco Pontas e Ernesto, além dos redutos.

Esta imagem foi executada do continente para o mar, posição diferente das demais. Isso é notado pela direção das legendas. Existe nela uma precisão cartográfica, e é remetida autoria à um profissional do nível do Andréas Drewisch.

Imagem 6

Esta imagem é uma planta cartográfica do Recife, tem a autoria de Andréas Drewisch e é datada de julho de 1630. Tem escala gráfica e direção geográfica. É a primeira planta que apresenta o Baluarte como é descrito na obra de Barlaeus e evidenciado, neste trabalho, pela arqueologia. É visto a diferença entre os dois baluartes e identificável o baluarte em pedra, tanto pela forma como pela espessura do traço.

Nesta imagem não é representado o arruamento do povoado do Recife. Só é vista a delimitação da área com a muralha ou paliçada contornando o povoado, e as fortificações que defendem o porto. É uma carta topográfica exclusivamente dos elementos de defesa do Recife.

Essa imagem foi utilizada por Bruno Romero⁸⁶ no seu artigo sobre o primeiro sistema defensivo holandês montado no Recife, composto pelo Forte das Cinco Pontas, os quatro redutos de Antonio Vaz, o Forte Ernesto ainda em Antonio Vaz; o Forte Três Pontas no continente na confluência dos dois rios, O Forte do Brum no istmo e o Forte do Picão na entrada da barra. Como podemos perceber, o Recife foi rodeado por fortificações, privilegiando a defesa dos ataques oriundos do continente.

⁸⁶ MIRANDA, B. 2003, Op. Cit. p. 87. Esse primeiro sistema defensivo holandês estaria concluído em 1637.

Imagem 7

A imagem é atribuída a Cornelis Bastiaensz Golijath⁸⁷ e foi desenhada no ano de 1637. Mostra de forma muito clara que o espaço urbano interno à nova paliçada ainda não tinha sido ocupado completamente e não apresenta grandes mudanças urbanísticas. Mas a Ilha de Antônio Vaz sofreu mudanças consideráveis. Junto ao Forte Ernesto, uma grande área foi fortificada, e dentro dessa área se inicia um novo arruamento. Todas as fortificações holandesas aparecem nessa imagem, provavelmente esta carta é a conclusão do Primeiro Sistema Defensivo Holandês⁸⁸, visto na carta anterior. No istmo estão o Forte do Brum e o Forte do Buraco, na Ilha de Antonio Vaz os Fortes Frederik Hendrik, Waerdenburch, Ernesto e os quatro redutos do lado oeste. Ainda se encontra, sobre os arrecifes, o Forte do Picão, obra portuguesa que foi conservada e utilizada pelos holandeses e no istmo o Castelo de São Jorge que servia de hospital de campanha para as tropas da Companhia das Índias Ocidentais.

Na entrada da Vila, podemos observar a representação dos dois baluartes e a porta de acesso entre eles. O muro de arrimo que protege a vila do avanço das águas do mar, segue a lateral da Vila até o encontro do banco de areia. Percebe-se que esta parte do istmo onde está o baluarte é bem mais estreita, e a obra em pedra avança sobre as águas do mar, e o muro de arrimo, conseqüente a ele, vai articulando de forma a abrir o espaço interno da Vila até igualar com a maior largura do istmo junto às casas. Esse procedimento não é identificado do lado do rio, e representa o ganho de terras sobre a água, correspondendo aos dados fornecidos pela arqueologia.

⁸⁷ Cartógrafo do Conde Maurício de Nassau, MELLO. J. A. G. A Cartografia Holandesa do Recife, 1976, p28

⁸⁸ O Segundo Sistema Defensivo Holandês ficou concluído em 1639, apresentado em mapa por Johan Vingboons em 1639.



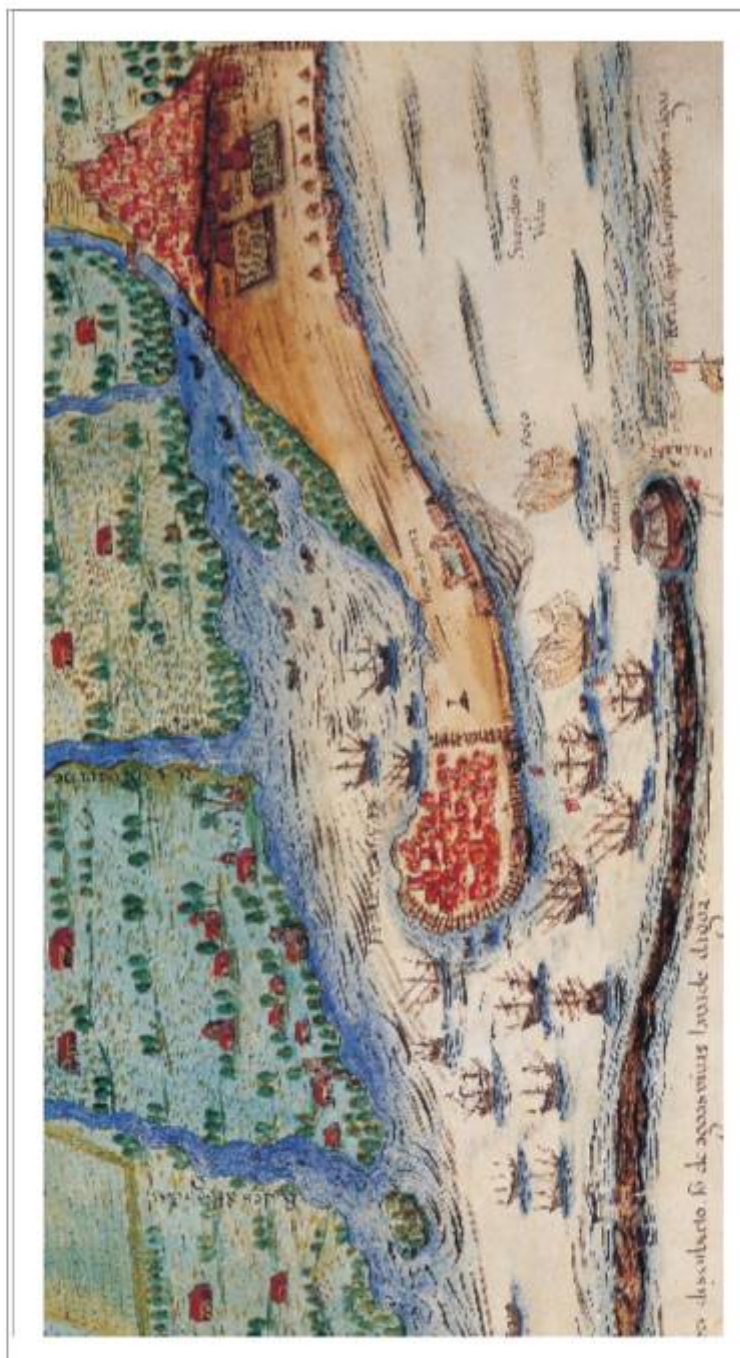


IMAGEM 02

RECIFE E OLINDA. 1630
AUTOR CLAES JANSZ VISSCHER



IMAGEM 03

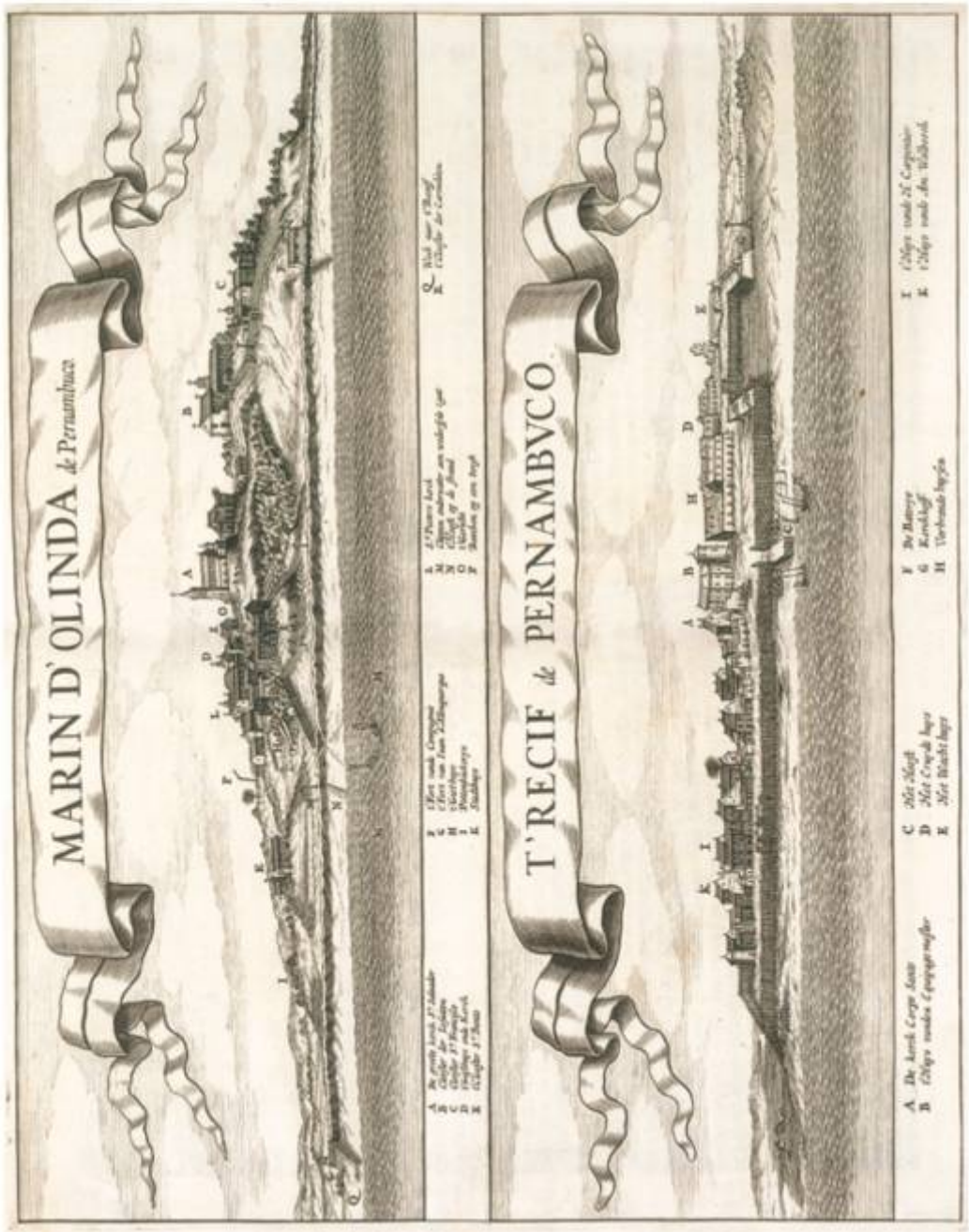


IMAGEM 04



IMAGE 05

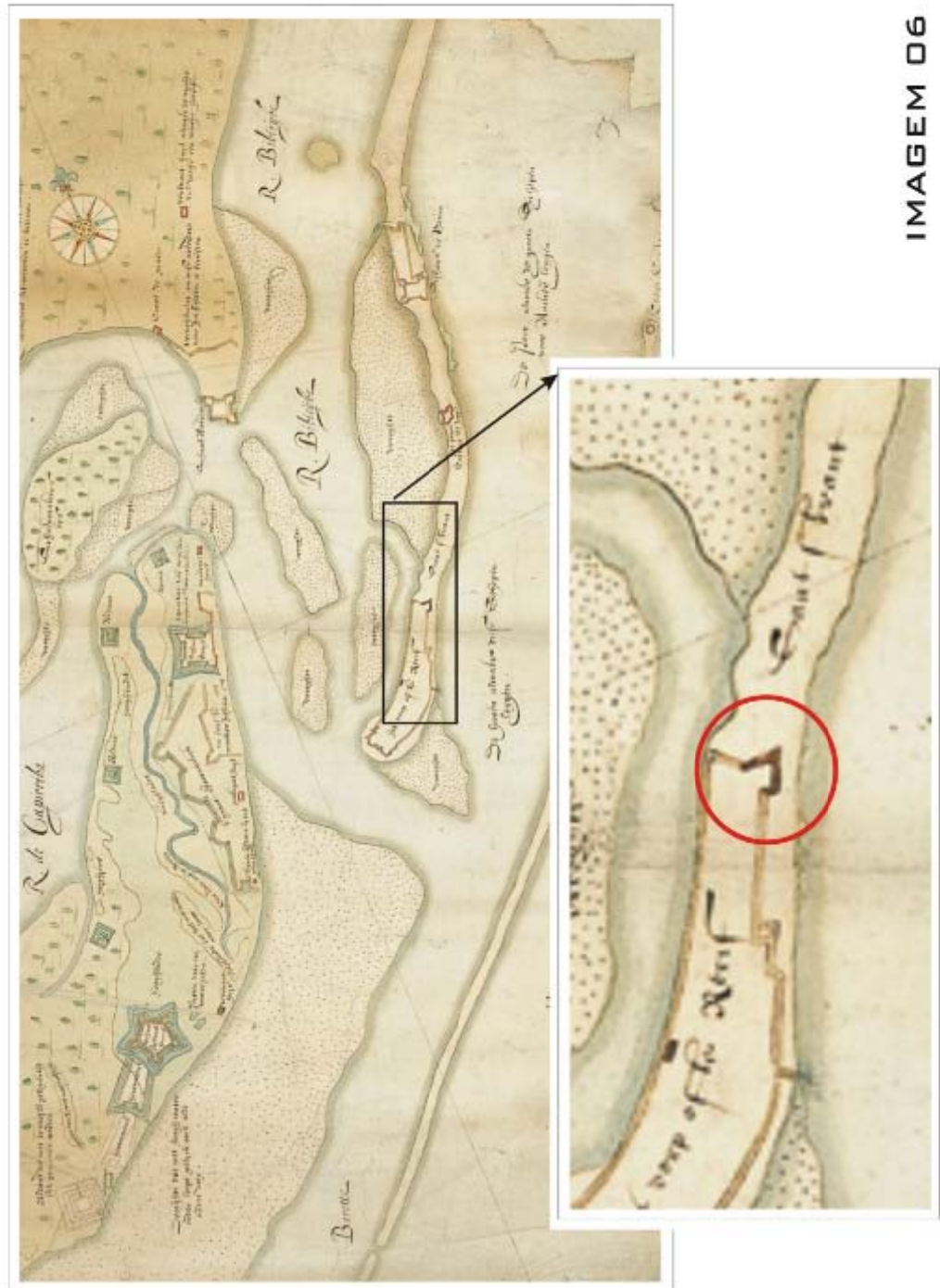


IMAGE 06



IMAGE 07

CAPITULO III

DADOS ARQUEOLÓGICOS

A escavação arqueológica

Na década de 1910, durante a reforma urbana do Bairro do Recife⁸⁹, foram colocados canos que cortaram a estrutura do baluarte para fazer o saneamento básico da cidade. Os dutos de águas pluviais de material cerâmico estavam quebrados e derramavam a água diretamente dentro da área que ficou aberta.



A área da escavação – início dos trabalhos em 2004

O espaço interno do canteiro da escavação ainda estava revestido por calçamento de paralelepípedos. Sobre ele encontravam-se um bloco testemunho e uma pedra com incrustações de material malacológico, que foram deixados como testemunho pela

⁸⁹ LUBAMBO, C. O Bairro do Recife no Início do Século, 1988. Ver resumos no anexo III.

anterior equipe de arqueologia. Não existem indicações de onde esses blocos foram retirados.

Os trabalhos arqueológicos tiveram início no canteiro do baluarte com um levantamento fotográfico do momento inicial. Foram também delimitados os setores e as quadrículas auxiliares à topografia, como aparece evidenciado no quadro abaixo. O ponto zero do sítio -“*datum*”, foi localizado na quina do prédio dos despachantes aduaneiros, tomando como pontos de referência as outras quinas restantes. A primeira estação topográfica foi situada na entrada do alambrado, na parte externa, a segunda ficou sobre o paralelepípedo do canteiro, e a estação 3 sobre a estrutura de pedra, como aparece indicado na planta topográfica. A divisão interna do setor A foi resolvida em quadrículas de 4x4m, alternando números e letras.

- O setor A foi subdividido em quadrículas de 4 em 4 metros, seguindo o alinhamento do meio-fio da calçada do prédio da Administração do Porto. Foi numerado no sentido leste/oeste e recebeu letras no sentido norte/sul, como mostra o desenho.
- O setor B recebeu denominações de acordo com a ordem de abertura das sondagens: 1, 2 e 3.
- O setor C é uma trincheira que se iniciou na esquina da Av. Alfredo Lisboa e terminou na Praça do Arsenal. Essa trincheira foi dividida em segmentos a cada 4 metros, seguindo a marcação do setor A.
- O setor D corresponde à escavação junto dos armazéns.

Como o projeto museológico precisava evidenciar toda a estrutura arqueológica, foi preciso nivelar o solo da escavação anterior, retirar todos os paralelepípedos que ainda se encontravam dentro da área e os blocos testemunhos deixados visíveis.

Considerando que a área do Recife antigo foi o palco de sucessivos aterros, como resultado da evolução da cidade e de sua extensão, foi necessário que o procedimento de escavação se realizasse por níveis artificiais. Todas as decapagens foram registradas topograficamente, marcando a altimetria inicial e final.

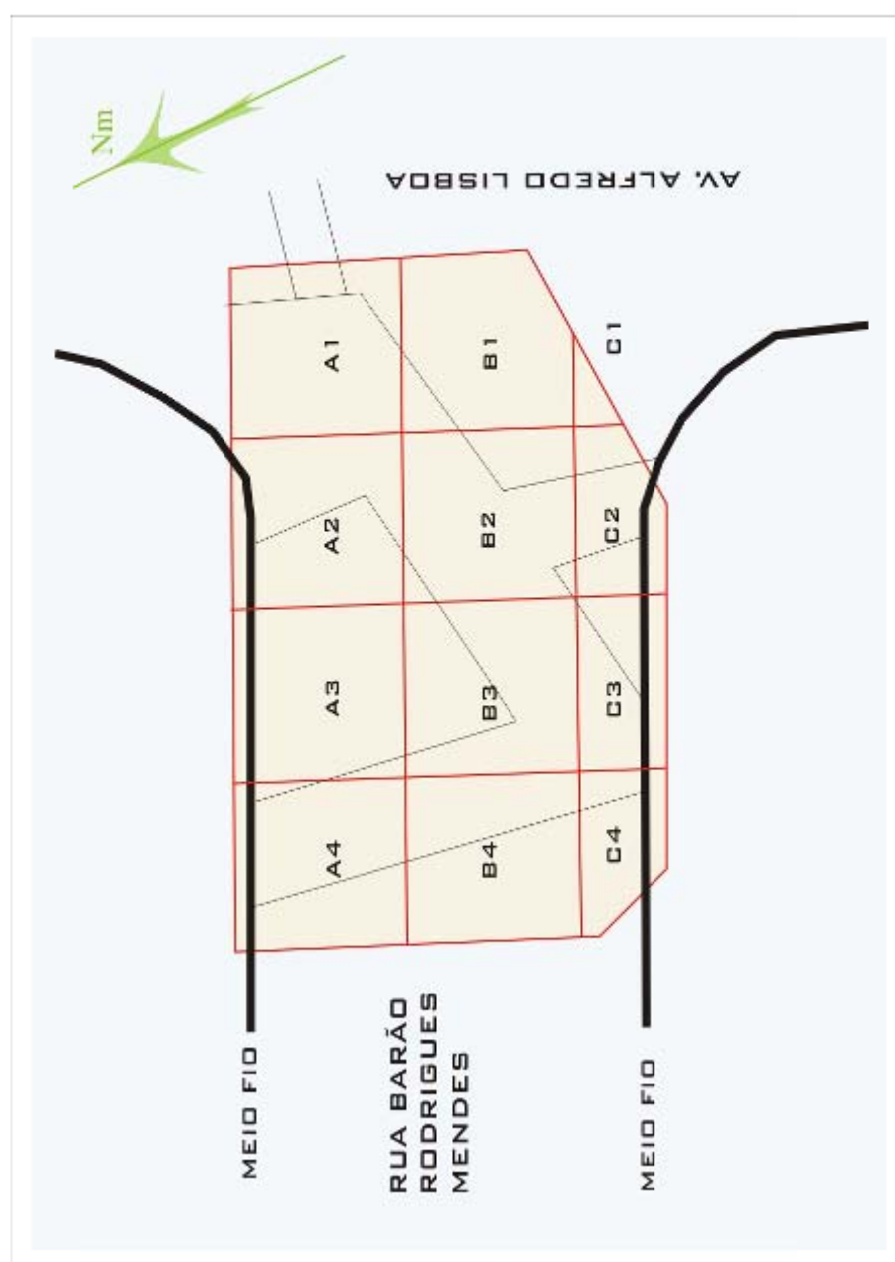
RECONHECIMENTO DAS ESTRUTURAS

SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



MAPA DAS QUADRÍCULAS

SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



O sedimento retirado das decapagens foi peneirado recuperando-se ainda restos arqueológicos. Esses vestígios, juntamente com o material coletado durante a escavação, foram identificados pelo código da quadrícula. Os vestígios de cultura material foram registrados topograficamente. Amostras de sedimento foram extraídas dos aterros, e fragmentos de argamassa, das estruturas encontradas, foram também registradas topograficamente.

A escavação realizou-se até a base das estruturas de pedra, a 2,60m de profundidade, apresentando um sedimento arenoso, uniforme, de cor amarelada e estéril. Na área externa da estrutura da muralha, do lado do mar, nas quadrículas B1 e C1, não foi possível escavar integralmente até a profundidade de 3,90m, o que corresponderia ao batente final da estrutura, por ser uma área inundável. Essa profundidade foi atingida apenas num setor, graças à intervenção de uma bomba de sucção. Possivelmente, os trabalhos que serão realizados para a construção do muro de arrimo em torno da área escavada permitirão finalizar a retirada de sedimentos, nivelando as quadrículas B1 e C1 até a profundidade de 3,90m.

Ficaram claramente evidenciados três momentos de aterros:

- 1) na área interna da muralha, que provavelmente corresponde à construção do Forte do Bom Jesus e da Capela do Bom Jesus;
- 2) na demolição da capela do Bom Jesus e no nivelamento da rua para a construção do Arsenal da Marinha, que utilizou parte da muralha de cantaria que dava para o mar;
- 3) no aterro externo à muralha, que provavelmente corresponde ao fechamento do dique em U, aterrado quando da reforma urbana do início do século XX para a implantação da Av. Alfredo Lisboa.

A escavação permitiu identificar oito estruturas diferentes:

- 1- estrutura principal do baluarte, em cantaria de pedra muito bem aparelhada;
- 2- estrutura do dique do Arsenal da Marinha, também em pedra de cantaria, mas com dimensões menores;
- 3- estrutura em argamassa de pedra e cal no interior do baluarte;

- 4- estrutura em pedra e cal, com pedras amareladas e pastosas, com muita gordura na argamassa, a qual foi evidenciada contornando o prédio da administração do porto e formando um dique, como mostra a gravura de 1788 do soldado Jose de Oliveira Barbosa;
- 5- estrutura em tijoleira dos alicerces do correio antigo;
- 6- estrutura em tijoleira do quartirão ou da Porta do Bom Jesus;
- 7- galerias de águas pluviais com estruturas em arco compostas por tijolos acunhados;
- 8 -alicerce em tijoleira com forma sextavada, que corresponde ao chafariz 16 em frente à Praça Arsenal da Marinha, hoje Torre Malakoff.

A intervenção para embutir os canos da telefonia foi de pouca profundidade. Na parte lateral do prédio da Administração do Porto, os canos foram posicionados sobre uma estrutura histórica em pedra, que percorria toda a calçada em direção à Praça Artur Oscar, com uma profundidade de aproximadamente 60cm. Houve a necessidade de se construir uma caixa de inspeção com dimensões de 2,00 x 2,00 x 2,00m, na altura da Rua do Bom Jesus. Para a sua construção, foram feitas três sondagens. Na primeira foi evidenciada a presença de uma galeria de águas pluviais em forma de túnel, com uma profundidade de 70cm.

Na segunda foi encontrada uma estrutura em pedra e cal, que já havia sido cortada pela própria companhia telefônica, mas que, de qualquer forma, impedia a implantação da caixa de inspeção.

A terceira sondagem foi feita no meio da Rua Domingos José Martins. Nessa abertura foi possível a instalação da caixa. Foi evidenciada a estrutura de pedra que percorria a calçada por toda a lateral da escavação, acompanhando o prédio da Administração do Porto.

Com a construção dessa caixa e a ligação dos fios com os já existentes na Rua do Bom Jesus, foi providenciada a retirada da tubulação da telefonia que cortava a estrutura do baluarte.

ATERROS DA CIDADE

SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA

MATERIAL ORGÂNICO
VASTA PRESENÇA DE MATERIAL
MALACOLÓGICO E ARQUEOLÓGICO



ATERROS DA ÁREA INTERNA DO BALUARTE, QUADRÍCULAS A2 E A3

AREIA GROSSA COM MUITO
MATERIAL MALACOLÓGICO



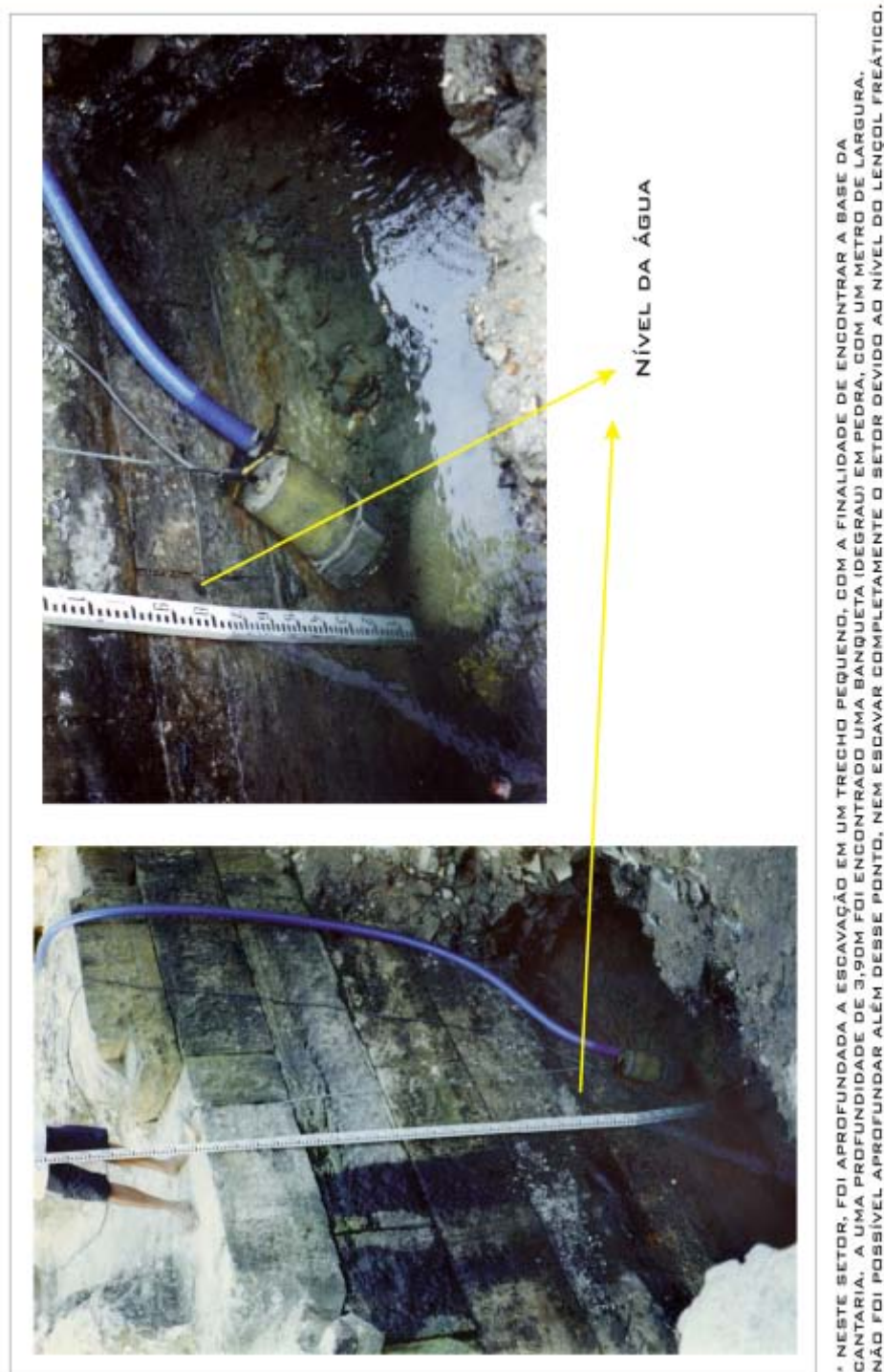
ATERRO DO SETOR DENTRO DA CIDADE,
ESTREMAMENTE PERTURBADO.
QUADRÍCULA A4.



ATERRO DA ÁREA DO DIQUE, MATERIAL DE CONSTRUÇÃO
DA REFORMA URBANA DO SÉCULO XX, SOBRE O
MATERIAL ARQUEOLÓGICO DO SÉCULO XVII AO XX.
QUADRÍCULA B1 - C1.

REBAIXAMENTO D'ÁGUA - setor fora de portas C1 e C2

SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA

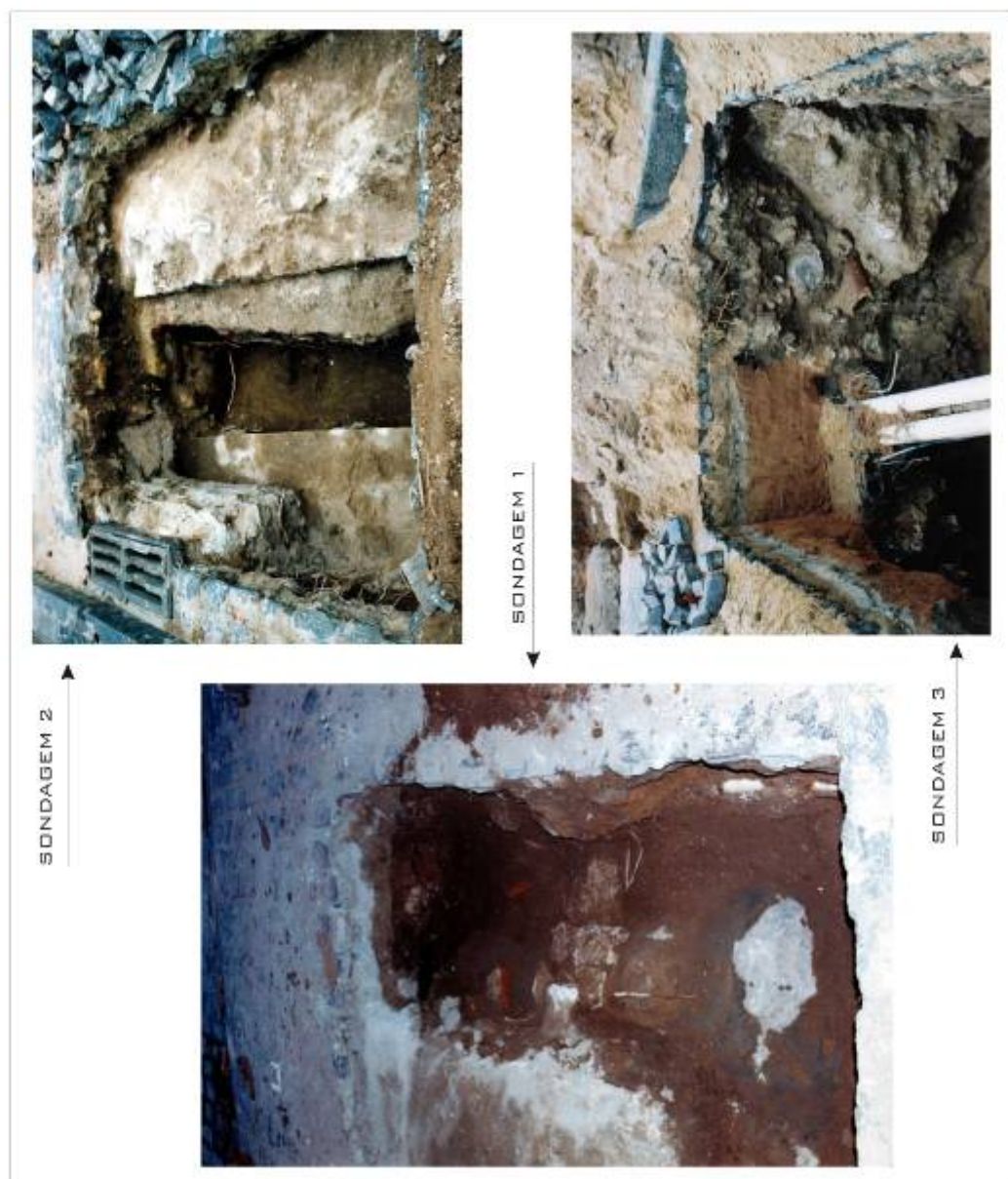




Estruturas encontradas na escavação

SONDAGENS

SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



Os trabalhos para desvio dos canos de abastecimento d'água foram mais complexos, devido à necessidade de profundidade e inclinação dos canos para o escoamento das águas de esgotos. Duas linhas eram evidentes: uma que passava paralela à Av. Alfredo Lisboa, cortando a estrutura de cantaria, e a outra que cortava a estrutura em diagonal da Av Alfredo Lisboa para a Praça Artur Oscar.

Para retirar ambas as redes de esgotos, tinha-se planejado inicialmente desviar os canos que cortavam a estrutura de cantaria e fazê-los passar pela calçada do prédio dos despachantes aduaneiros. Esses canos seriam ligados a uma caixa que existia na própria Rua Barão Rodrigues Mendes e voltariam para a Av. Alfredo Lisboa pelo outro lado do canteiro de obras. Essa opção foi inviável devido ao fato de os alicerces do prédio dos despachantes aduaneiros estarem na área da calçada e a uma altura que não permitia a cota necessária para os canos de esgotos.

A solução encontrada para o problema foi o desvio da rede da Av. Alfredo Lisboa para o outro lado da avenida. Foi preciso inverter o sentido dos canos já existentes e ligar essa rede à que passa junto à portaria do Porto do Recife, no Armazém 10. Dessa forma, o resultado foi satisfatório. Algumas estruturas já haviam sido seccionadas pelas obras do Porto Digital, mas outras estruturas, encobertas pela reforma urbana de 1910, ficaram evidenciadas pelos trabalhos arqueológicos.

Do conjunto das estruturas foi possível identificarem uma galeria pluvial, partes do dique em cantaria, estruturas do galpão do Arsenal da Marinha, onde se consertavam os barcos, e o alicerce de tijolo do chafariz 16 em frente à Torre Malakoff, além de outras estruturas em tijolo. Nessa área foram encontradas algumas ferragens que eram utilizadas para amarrar os barcos e muito material malacológico.

O Baluarte Porta da Terra

A escavação arqueológica evidenciou várias estruturas e os aterros que correspondem às várias etapas da evolução urbana do Recife. Uma delas é o Baluarte em pedra de cantaria, construído pelos holandeses no istmo sobre o mar, e o dique em pedra construído no século XIX pelos portugueses.

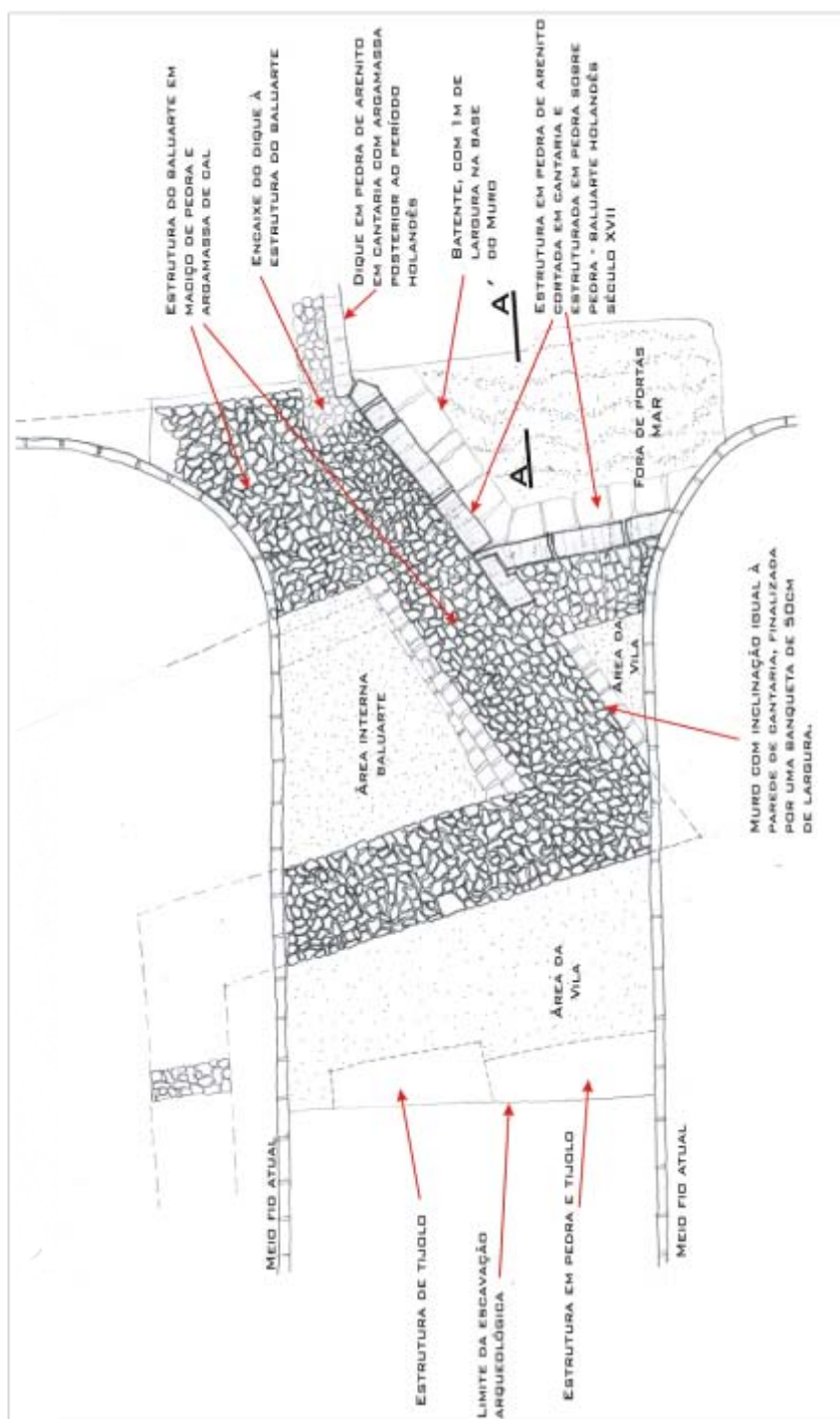
O baluarte é composto por duas formas construtivas: um bloco maciço e a pedra em cantaria como acabamento. O bloco maciço é composto de forte argamassa de cal e pedras, com uma largura média de 2,00m. Esse bloco de argamassa foi executado da mesma forma como se constrói com a taipa de pilão, com formas, provavelmente de madeira, que modulavam uma grande caixa onde eram depositadas as pedras e a argamassa ainda mole. Em seguida, mais pedras e mais argamassa. Esse processo permitiu que as pedras de cantaria fossem estruturadas dentro do grande bloco maciço, à medida que a construção ia sendo executada. A marca dos moldes é possível de ser observada nas laterais das estruturas, onde se encontra uma fina argamassa que ainda passa no contorno das pedras alinhando a parede.

O muro de cantaria é formado por pedras cortadas com medidas não-regulares, mas de composição harmônica, entre pedras retangulares e pedras quadradas. As pedras retangulares são depositadas umas sobre as outras sem rejunte de argamassa entre elas (pedras secas), e as pedras quadradas são elementos estruturais, chamadas de juntadouros, que têm um desenho próprio para o engate no corpo da estrutura. Medem em média 1,70m de profundidade e seguram todas as outras pedras no alinhamento do tipo talude, não as deixando pender para frente.

Existe ainda uma composição de encaixe entre as pedras nos ângulos da estrutura. No ângulo entre a cortina e o flanco, elas se encaixam entrando uma pela outra, em alternância como numa alvenaria. No encontro do flanco com a face, elas são alternadas, uma linha é finalizada com uma pedra retangular que tem o acabamento do ângulo. A outra linha é finalizada com duas pedras quadradas juntas. A pedra interna funciona como detalhe final do flanco, e a pedra final como acabamento do ângulo do flanco e promove o engate das pedras retangulares da face.

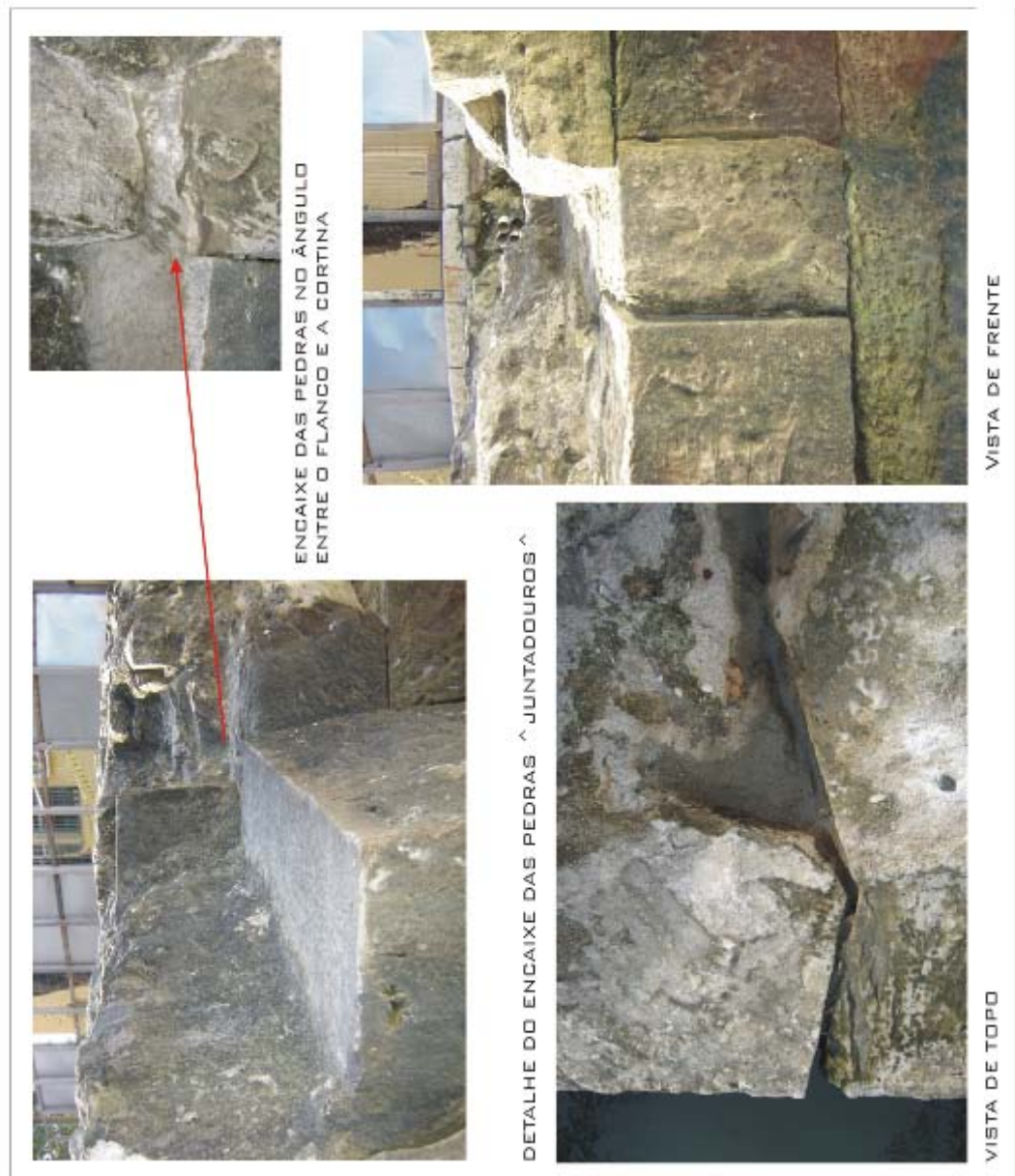
PLANTA BAIXA DA ESTRUTURA

SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



ENCAIXE ESTRUTURAL DAS PEDRAS EM CANTARIA

SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



A paginação da estrutura de cantaria, que corresponde a cortina, flanco e face, é composta por 7 sobreposições de pedras . Cada sobreposição mede em média 0,50m de altura, dando uma altura total, da primeira pedra até o batente, de 3,50m. As outras estruturas que compõem a parte interna do baluarte apresentam uma profundidade média de 2,40m. Toda essa estrutura foi implantada diretamente sobre a areia do istmo. Esse fato foi comprovado pela escavação dos sedimentos até à base das estruturas e confirmado pelas escavações das estacas para o assentamento do muro de arrimo que se está construindo no entorno do monumento. A profundidade atingida tem em média 5,5m, apresentando unicamente areia grossa de praia de cor amarelada.

O levantamento topográfico da escavação arqueológica, em sobreposição à planta do Bairro do Recife de 1888, demonstrou um erro de representação gráfica existente na carta, onde o desenho da junção do dique ao baluarte não corresponde à realidade arqueológica, podendo ainda haver diferenças quanto ao posicionamento das construções e quadras vizinhas.

A junção do dique ao baluarte está na área da face, próximo ao ângulo reentrante que fica entre a face e o flanco. Foram retiradas três pedras de cantaria do baluarte para que as pedras do dique fossem encaixadas dentro da estrutura já existente, de forma a formarem um único corpo, uma única estrutura, um dique em U, onde o fundo seria a parede do baluarte.

Essa área em forma de U, composta lateralmente pelos diques portugueses e tendo como fundo a cortina e o flanco do baluarte, é a única área da escavação que apresenta uma deposição dos materiais arqueológicos em estratigrafia desde o século XVII, quando da construção do baluarte sobre o mar, até a reforma urbana no século XX. Todos os outros sedimentos foram extremamente perturbados por essas reformas.

TÉCNICAS CONSTRUTIVAS - com e sem formas.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



A ARGAMASSA SOBREPÕE A PEDRA IRREGULAR ATÉ O LIMITE DA FORMA, DEIXANDO A SUPERFÍCIE PLANA.

AS CONSTRUÇÕES NÃO ERAM FEITAS DE UMA ÚNICA VEZ, A MEDIDA EM QUE SE CONSTRUÍAM, AS FORMAS ERAM ELEVADAS, ASSIM COMO NA TAIPA DE PILÃO. POR ISSO EXISTE A PRESENÇA DE LINHAS DE ARGAMASSAS E DIFERENÇAS DE PLANOS.

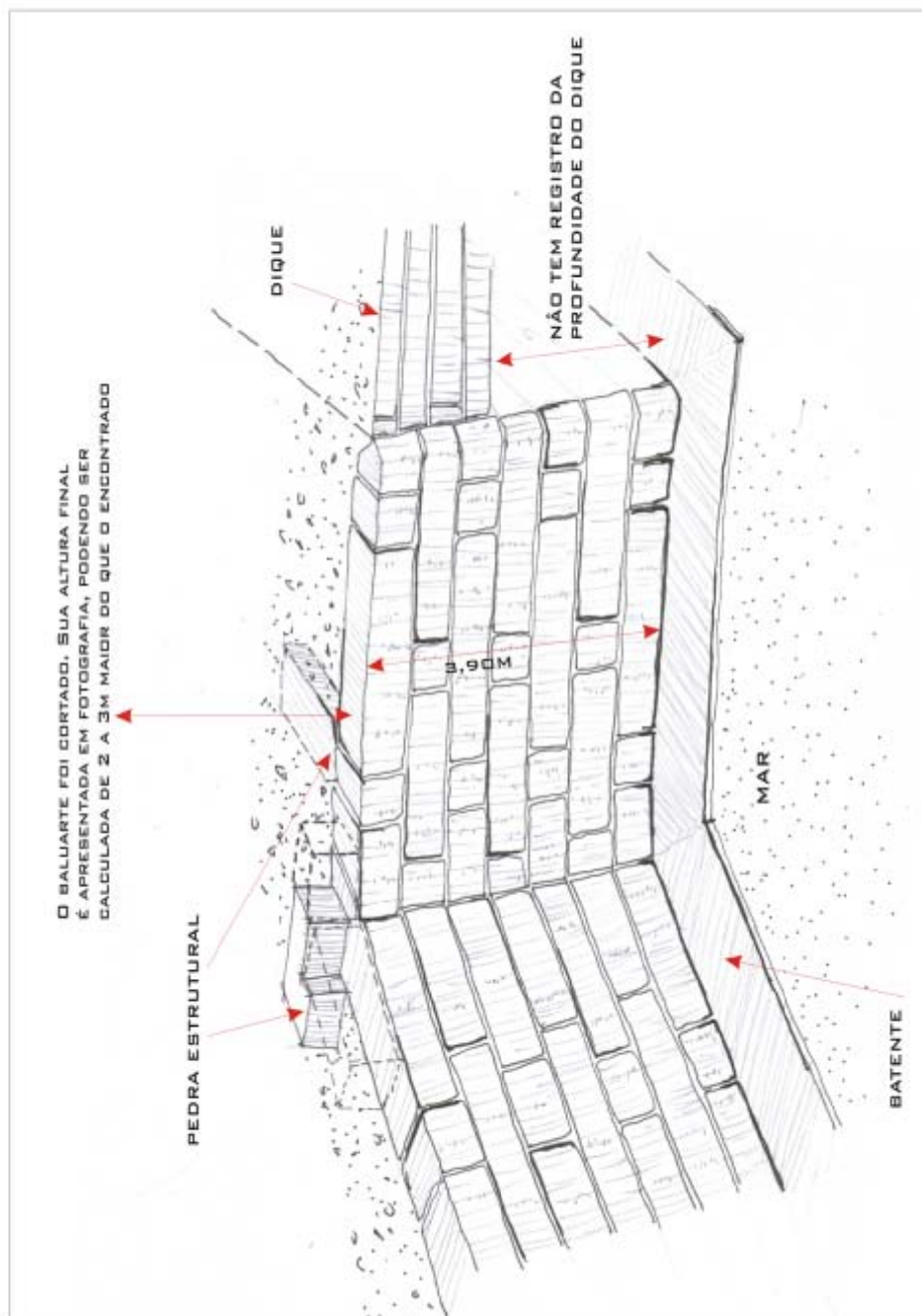


ESTRUTURA CONSTRUÍDA COM OS RECURSOS DAS FORMAS PARA ACOMODAÇÃO DAS PEDRAS DENTRO DA ARGAMASSA.



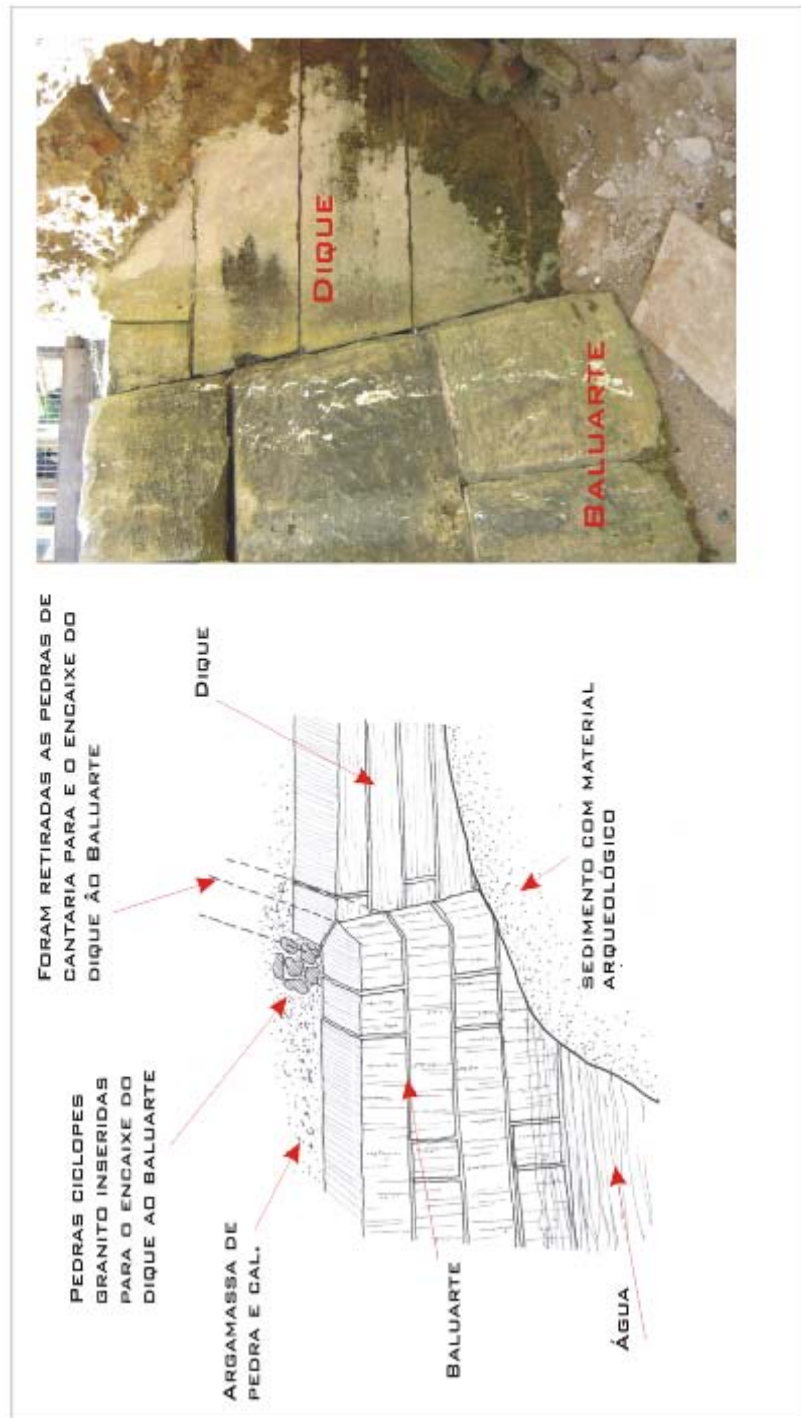
ESTRUTURA POSTERIOR AO BALUARTE MAS, EVIDENCIADA NA ÁREA ESCAVADA, APRESENTADA COMO RESULTADO DE UMA CONSTRUÇÃO SEM O AUXÍLIO DAS FORMAS.

PAGINAÇÃO DA CANTARIA - Localização das pedras estruturais
SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA

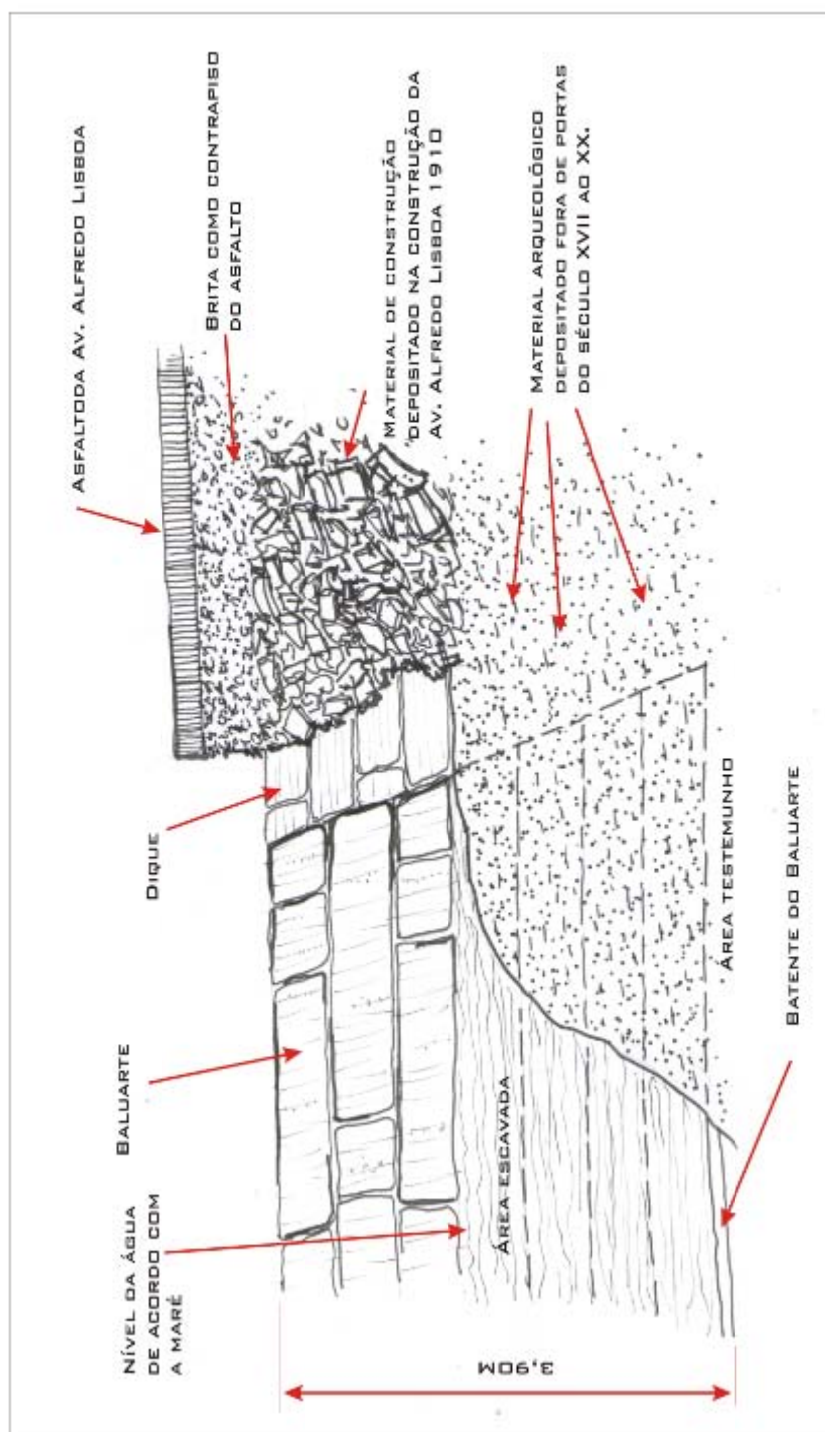


ENCAIXE DIQUE SÉC. XIX E BALUARTE SÉC. XVII

SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



CORTE A-A' - Estratigrafia da área do dique SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



✧ CORTE INDICADO NA PLANTA BAIXA DA ESTRUTURA

Uma sondagem de 12,45m de profundidade foi executada nessa área (fora de portas). A profundidade da estrutura encontrada é de 3,40m, do corte até a base. A sondagem foi iniciada a 1,40m abaixo do início da estrutura, onde se encontra o sedimento com material arqueológico e o nível da água do mar que impediu a total escavação desse setor.

Foi detectada a presença de material arqueológico até uma profundidade de 1,45m do início da sondagem, ou seja, 2,85m do início da estrutura, restando somente 55cm para a base, onde aparece uma areia grossa e preta.

Os dados obtidos nessa sondagem confirmam a hipótese de que o baluarte e o muro foram construídos diretamente sobre a areia da praia, avançando para dentro da água do mar.

PROFUNDIDADE		ETIQUETA
Metros	MATERIAL ENCONTRADO	arqueologia
0,60	Aterro, material arqueológico	3173
1,45	-----	-----
1,95	Areia grossa preta	3174
2,45	Areia grossa branca	3175
3,45	Areia grossa branca	-----
4,45	Areia fina	3177
5,45	Areia fina	3178
6,45	Areia fina	3179
7,45	Argila siltosa verde	3180
8,45	Argila verde e amarela	3181
9,45	Argila verde e amarela	----
10,45	Argila siltosa, pouco arenosa	3182
11,45	Areia fina	3183
12,45	Areia fina	3185

Vestígios arqueológicos

O levantamento topográfico da escavação resultou em uma planta da estrutura arqueológica que possibilitou o confronto entre a realidade arqueológica e a representação gráfica do baluarte na planta de 1771. Essa comparação permitiu identificar as áreas e relacioná-las com os aterros e achados arqueológicos.

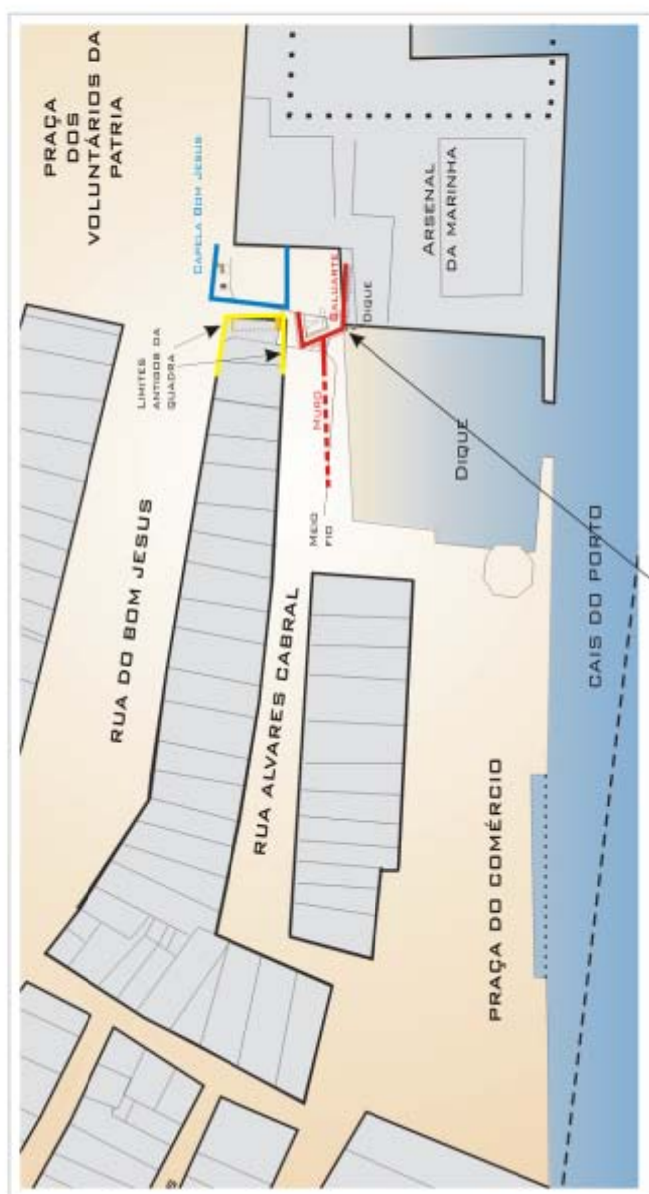
Foram identificadas áreas dentro da cidade, dentro do baluarte e fora de portas. Os aterros das áreas dentro da cidade e do baluarte foram extremamente perturbados pelas reformas urbanas, mas guardam os materiais mais antigos, enquanto a área fora de portas, correspondendo ao dique em forma de U, serviu como depósito das tralhas do cotidiano, desde o séc. XVII até o séc. XX, quando foi preenchida pela metralha de demolição do bairro na reforma urbana concluída por volta de 1912.

Os materiais arqueológicos coletados são diversificados. Aparecem numerosos vestígios de faianças finas e grossas, cachimbos, fragmentos de vasilhas cerâmicas utilitárias, moedas, pequenas balas de chumbo, materiais férreo e vítreo, materiais construtivos, como argamassas, tijolos e telhas. Também foram achados objetos de uso pessoal, tais como: escovas de dente em madeira, complementos do vestuário, jóias, talheres e uma série de outros materiais componentes da tralha doméstica de diversas épocas. Esses materiais, na sua maioria, eram importados da Europa. São recorrentes em escavações realizadas em sítios históricos localizados em diversas cidades do Brasil.

Os materiais estavam muito fragmentados, provavelmente em decorrência das sucessivas perturbações do solo, resultando em uma grande variedade de fragmentos e cobrindo um extenso período. Esses objetos, em sua maioria, são provenientes de países europeus, como é o caso das faianças inglesas e portuguesas, dos cachimbos holandeses e ingleses, e, em menor escala, das porcelanas francesas, chinesas e holandesas.

SOBREPOSIÇÃO DE PLANTAS - escavação, mapa de 1771 e 1888.

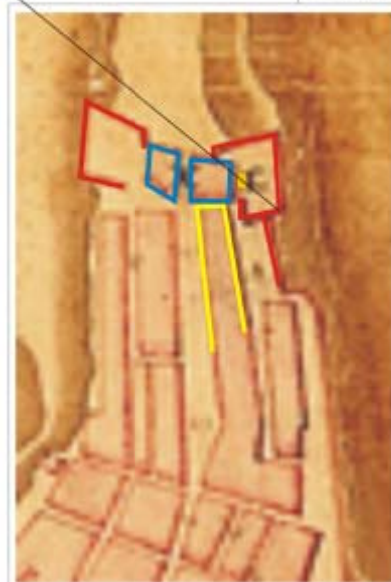
SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



RECIFE 1888 - ADAPTADO DE DOUGLAS FOX

HIPÓTESES

- 1- O DIQUE ERA MAIS PROFUNDO DO QUE SE APRESENTA NA PLANTA DE DOUGLAS FOX.
- 2- O DIQUE ERA MAIS LARGO
- 3- A QUADRA DO BOM JESUS ERA MAIS LONGA E MAIS ESTREITA QUE A ATUAL (VEJA MEIO FIO)



PLANO DA VILLA DE SANTO ANTÔNIO DO RECIFE - 1771
AUTOR NÃO IDENTIFICADO
ORIGINAL DO MANUSCRITO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO
EXÉRCITO - RJ, FONTE: NESTOR GOULART REIS

IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS

SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



Foram coletadas mais de quarenta mil peças, e por se constituírem na sua maior parte de fragmentos nos quais inexitem elementos portadores de informação, foi selecionada, em um primeiro momento, por amostragem, uma coleção que contivesse elementos morfológicos, funcionais ou estilísticos capazes de revelar informações acerca de suas origens e usos. Dessa forma, o tamanho das peças não foi o critério adotado para selecionar a coleção a ser analisada, mas a presença de elementos estilísticos diferenciais do grande conjunto.

Após a triagem do material, deu-se início ao processo de reconstituição das peças por meio da colagem dos fragmentos, com o propósito de observar as formas existentes. Obtiveram-se nesse processo apenas reconstituições parciais de dois pratos de sobremesa, um prato fundo e quatro rasos, uma tigela, uma sopeira e duas xícaras, todos exemplares da faiança fina inglesa.

OBJETOS - Tralhas do cotidiano e vestuário

SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



Louça

1-Faiança portuguesa

Nos séculos XVI, XVII, XVIII e início do XIX, o Brasil dependia do monopólio comercial português, recebendo apenas faianças artesanais produzidas em Portugal. Com a abertura dos portos ao comércio inglês é que se receberá a chamada louça “pó de pedra *stoneware*”, faiança fina, originária principalmente da Inglaterra, da França e da Alemanha e, em menor proporção, da Holanda e Bélgica.

As peças de faiança portuguesa são de espessura mais grossa do que a inglesa, com uma decoração em que predominam listéis, círculos, caracóis, espirais e arabescos elaborados, principalmente em tonalidades de azul. São raras as peças em marrom, verde e amarelo, além de finos traços em preto que, às vezes, contornam filetes azuis. 90% dos fragmentos coletados, a partir dos quais foi possível a observação das formas, são tigelas de pequeno tamanho com pouca variedade de formas.

A partir dos estudos realizados por Brancante (op. cit.) e Albuquerque (1991) foi possível identificar, no conjunto resgatado no sítio, elementos decorativos que se estendem do século XVI ao XIX, conforme será descrito a seguir.

As faianças mais antigas encontradas com produção inicial associada à segunda metade do século XVI são caracterizadas pela presença de tipos nos quais predomina a decoração em azul, com uma sequência de semicírculos concêntricos, que decrescem ou são acrescidos em tamanho. Essa decoração aparece geralmente sobre a base de pequenas tigelas. Esse tipo era destinado geralmente à exportação e teria sido fabricado entre os anos 1575 e 1625, aproximadamente.

Foram identificados ainda alguns fragmentos de tipos associados ao período de transição, do século XVI para o XVII, que são caracterizados particularmente pela introdução do verde e do amarelo na decoração das faianças lusas. Com relação a esses fragmentos, não foi possível identificar as formas dos recipientes.

Em alguns fragmentos de tigelas, com decoração reservada particularmente às bordas, foi identificada uma seqüência de três filetes azuis paralelos, com sobreposição de um traçado em espiral de cor marrom, associado a um padrão decorativo que teve sua origem na segunda metade do século XVII e se estendeu até à primeira metade do século XVIII.

2- Faiança fina inglesa

O padrão mais encontrado de faiança inglesa foi o *Flow Blue* fabricado e amplamente exportado no século XIX, encontrado na forma de fragmentos de xícaras, pratos de sobremesa, travessas e tigelas, com motivos decorativos de florais e paisagens bucólicas. É identificado pelo tipo de estampado em azul e pela tinta que escorre dentro do esmalte produzindo um aspecto borrado e difuso. O período de fabricação dessas primeiras louças foi entre as décadas de 1830 e 1840, tornando-se popular no decorrer de toda a Época Vitoriana (1837-1901).

O segundo padrão mais freqüente identificado foi o *Blue or Green Edged*⁹⁰, também chamado de *Feather Edge*⁹¹ ou *Shell Edge*,⁹² conhecido popularmente no Brasil como “pena de pato”, usado mais amiúde na decoração das louças de cozinha. É caracterizado pela decoração incisa, limitada apenas às bordas, onde é aplicada uma pintura em tons de azul, verde e rosa. Atribui-se o período de sua fabricação ao final do século XVIII e início do século XIX, de origem inglesa e francesa.⁹³

Existe uma variedade na aplicação desse padrão. Foi possível identificá-lo em algumas peças, apenas com a pintura em azul ou verde, sem a decoração incisa. Uma análise posterior poderá indicar a possibilidade de esses fragmentos terem sido fabricados imitando o padrão original, e já em fabricas brasileiras.

Um padrão policrômico, pintado à mão, foi encontrado nos fragmentos de tigela, xícara e pires, caracterizado pela produção com lustre em rosa e pela policromia. Surgiu em

⁹⁰ LIMA Op. Cit.

⁹¹ BRANCANTE, 1994

⁹² FERGUSON, 1999

⁹³ BRANCANTE, op, cit.

meados do século XIX, entre 1820 e 1840. Tem, como temática, as flores estilizadas. Trata-se de uma louça básica, vinculada a serviços de chá e café.

Foi encontrado ainda em fragmentos de faiança fina inglesa, associado a pequenas tigelas, o padrão floral fabricado por *Copeland & Garret*, entre 1833 e 1847. A marca desse fabricante também pode ser identificada na base de uma louça. Uma característica singular desse padrão é a reprodução, na louça, da estamperia utilizada nos papéis de parede.

O padrão *Banded Ware* foi identificado nos fragmentos de xícaras e tigelas grandes e pequenas, tendo como característica principal a presença de traços finos e faixas largas, simétricos e paralelos, nas cores azul, preto, amarelo e vermelho. De produção inglesa entre os anos de 1780 e 1830, teve grande incremento em 1805 (Ferguson, op. cit.).

Entre os séculos XVIII e XIX, houve na Inglaterra a introdução de um novo processo de decoração das louças. O *transfer-printed* foi uma inovação na decoração da cerâmica com a técnica de decalque, promovendo maior rapidez na produção e nitidez nos desenhos. Identificam-se em fragmentos de pratos de sobremesa e xícaras o padrão *Willow Pattern*, conhecido também como o dos “Pombinhos”. Esse padrão seria derivado originalmente dos chineses, fazendo sua aparição na Europa no início do século XIX, com o auge de produção nas décadas de 1820 e 1830, atingindo posteriormente uma standardização. Apresenta variações na tonalidade da pasta, do esmalte e da coloração azul, sendo também fabricado nas cores verde e rosa.

Segundo Brancante, a produção de faianças desse padrão estende-se por toda a Inglaterra até as duas primeiras décadas do século XX e, no Brasil, algumas indústrias, como a Matarazzo, as fabricavam ainda, por volta de 1946.

Outro padrão identificado, também de fabricação sob *transfer-printed* é designado *Red-purple transfer-printed pearlware*, representado por louça com decoração geralmente floral, na cor roxa aplicada sobre esmalte branco. A produção na Inglaterra acontece no período 1818-1864. Fragmentos desse tipo foram achados e colados, reconstituindo parcialmente uma tigela.

O último padrão identificado é um tipo de faiança nas cores creme e branco, associado a pratos, tigelas, xícaras e pires, não apresentando decoração pintada. Esse padrão é denominado *Moulded Ironstone*⁹⁴ com um período de produção mais longo, que se estende de 1813 até a primeira metade do século XX. A marca do fabricante, *Irostone China, J. & G. Meakin, Hanley, England*, aparece em diversos fragmentos.

2.1 Marcas inglesas identificadas

1. *Alma. W.x.JB*: essa marca aparece estampada em louças do padrão designado *flow blue* (azul borrão);
2. *Athenian*: aparece em faianças inglesas associadas ao período da introdução do *transfer-printed*. No fragmento específico, a decoração consiste na aplicação de tonalidade azul sobre o esmalte branco, apresentando elementos decorativos associados a paisagens bucólicas.
3. *Pekin Palm*: trata-se de uma marca relacionada a um padrão que utiliza o azul e o branco na decoração de paisagens bucólicas, também associado ao período de introdução do *transfer-printed* na faiança inglesa.
4. A marca com inscrições fragmentárias do tipo: *Copelan.. Rate Sped..*, pode ser associada ao estilo *flow blue* e foi utilizada a partir de 1847, estendendo-se até à primeira metade do século XX.
5. Os fragmentos de inscrição *...land & Gar...* podem estar associados aos fabricantes da faiança inglesa do tipo floral, conforme já foi referido anteriormente.
6. A marca de faiança inglesa que aparece com maior frequência é a que traz a designação *IRONSTONE CHINA - J. & G. MEAKIN HANLEY ENGLAND* associada, conforme já foi dito, à louça que aparece nas cores creme e branco, sem elementos decorativos pintados, apenas gravados.
7. O padrão designado *Shangai* foi usado no início do século XIX na Inglaterra, pela manufatura *Adams Son*. O fundador, William Addams, faleceu em 1805, e seu filho, Benjamin Adams, dirigiu a fábrica até 1820 (Lima et alii op. cit).

⁹⁴ FERGUSSON, op.cit.

3- Porcelana chinesa

Foram identificados cinco fragmentos de louça chinesa do tipo porcelana, de espessura grossa, tanto na base quanto no bojo e bordas dos utensílios. Os cacos trazem decoração relativa a paisagens, em azul, sobre um fundo de tonalidade cinza.

Materiais similares já foram encontrados em sítios históricos da cidade de São Paulo por Brancante (op. cit.), e em Goiás, por Silva et alii. (1989), que os associaram a bacias, sopeiras e a outros recipientes para acondicionar água.

4- Porcelana holandesa

Em meio à louça identificada no sítio foi possível assinalar um fragmento de porcelana holandesa que apresenta na base do utensílio a marca do fabricante Maestrict, produzido na cidade do mesmo nome. Outros fragmentos associados a esse padrão, por falta de um referencial dos componentes decorativos, não puderam ser identificados.

4.1 Marca holandesa identificada

A marca de procedência indicada traz a inscrição *Made in N... Petru... Regout...Maastrx....* A última palavra, em fragmentos, refere-se à cidade holandesa de Maestrict (Bandeira et alii, 1987).

5- Porcelana francesa

Um outro fragmento de porcelana, trazendo a marca do fabricante na base do utensílio, que indica a sua origem, é de procedência francesa e traz a inscrição *Limoges France*.

As marcas dos fabricantes aparecem de forma geral na base dos utensílios. Com raríssimas exceções, a tendência geral é informar o padrão decorativo, o nome do fabricante, além da cidade e do país.

5.1- Marca francesa identificada

Limoges France: associada a um tipo de porcelana fina fabricada por *Legrand & Cie. Hauteviennne* (BANDEIRA op. cit). Segundo Bracante (op. cit) as porcelanas dessa categoria eram decoradas com flores em rosa e violeta, sendo fabricadas durante a primeira metade do século XIX.

Reaproveitamento da louça para outros fins

Em meio às faianças encontradas, identificou-se a presença de alguns fragmentos que foram reaproveitados para fins distintos, sendo polidos para alcançar uma forma arredondada. Dessa maneira, aparecem objetos com furos, como fusos e botões, além de peças apenas arredondadas que poderiam ter sido utilizadas em jogo de damas. O reaproveitamento desse material é um fato confirmado em outras escavações de sítios históricos do Brasil. (ETCHEVARNE, C. CLIO 2003 p. 103.

LOUÇA - Fragmentos com marcas de fabricantes
SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



LOUÇAS - Fragmentos
SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



Azulejos

Portugal não foi o pioneiro na fabricação dos azulejos, mas foi, sem dúvida, um grande produtor e o maior exportador dessa cultura para as construções brasileiras, em grande parte no século XVIII. A azulejaria começa a ser introduzida na construção civil e religiosa influenciada pela tradição islâmica. A cultura árabe na Península Ibérica ficou marcada pela permanência da prática da cerâmica vitrificada e do azulejo, que acabou sendo difundida por toda a Europa, sendo Sevilha o principal centro produtor.

A palavra azulejo refere-se a um pequeno ladrilho esmaltado, e sua etimologia deriva do termo árabe *ac-zulaca*, *azzelij* ou ainda *azuleicha*, que significa pedra polida.

No Brasil, os portugueses utilizavam azulejos para o revestimento de fachadas. A maior parte das igrejas e conventos portugueses já possuíam azulejos desde o século XVI. Esses primeiros azulejos eram formados de pastas grossas, com dimensões quadradas e em porcelana, muitas vezes com relevos. Compunham desenhos simples de flores, esferas ou pinhas, formando verdadeiros tapetes murais.

A superioridade da técnica da azulejaria holandesa e os belos trabalhos produzidos por pintores holandeses, como Willem van der Kloet e Jan van Oort que reproduziram na azulejaria os motivos e cores da porcelana chinesa, exigiram, de certa forma, modificações e melhoramentos nas olarias portuguesas e na criatividade dos pintores.

Os azulejos holandeses foram também utilizados nas construções pernambucanas. Pode-se observar, no Convento de Santo Antônio do Recife, um magnífico conjunto existente no claustro. Esse tipo de azulejaria das igrejas ficará conhecido como *enkele tegel*, onde o autor se individualiza no motivo isolado e nos quatro cantos pinta ornatos estabelecendo uma ligação decorativa entre as peças.

A pintura dos cantos é conhecida como “cabeça de boi”, produzida no início do século XVII. Os motivos florais estilizados e policrômicos são substituídos por representações mais naturalistas de flores e de frutos. Aparecem as primeiras figurações zoomorfas e antropomorfas, os primeiros barcos e paisagens, soldados e cortesãos. A superfície

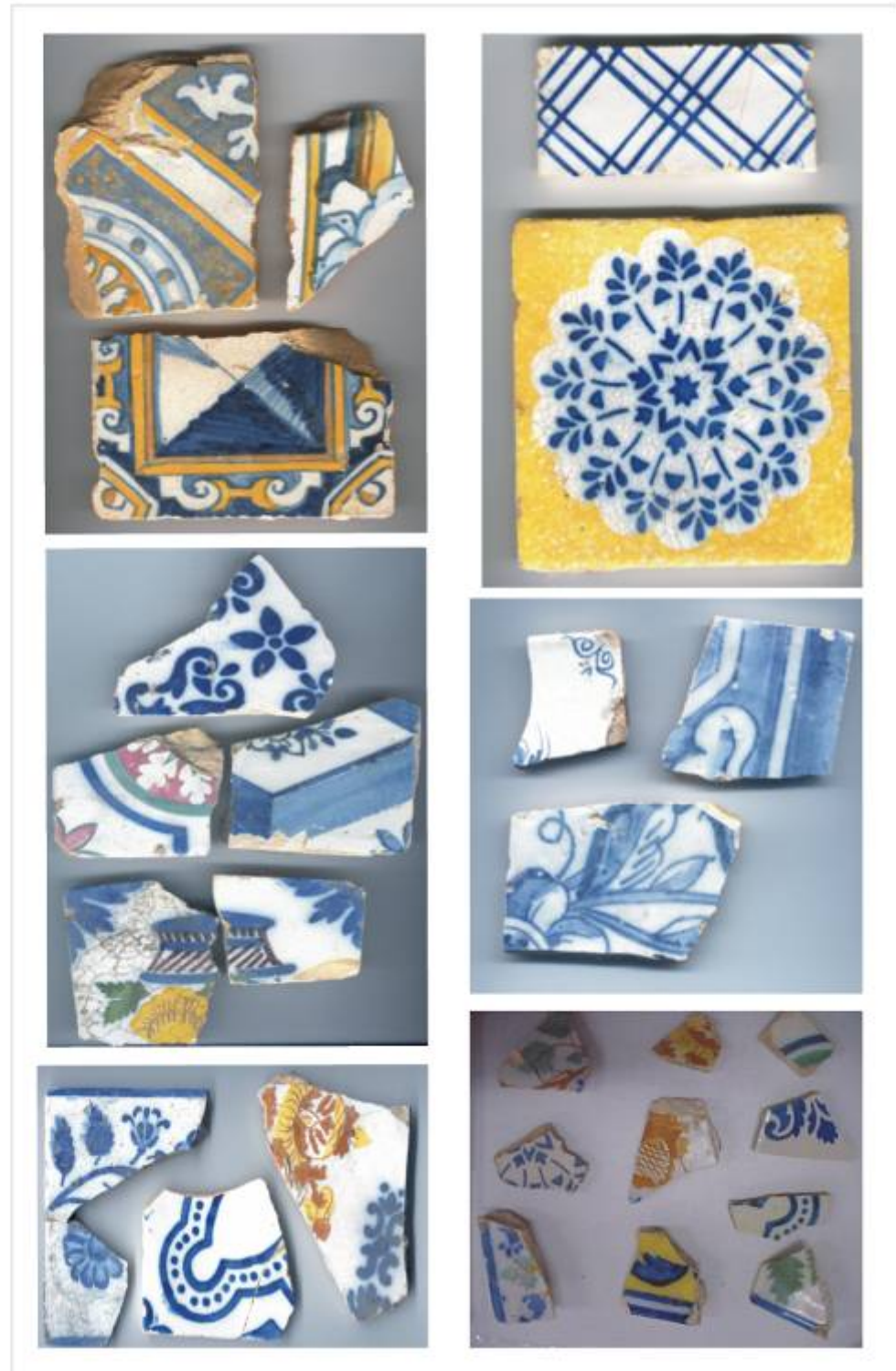
branca, ligeiramente azulada, ocupa a parte principal do azulejo e dela se destacam as figuras. Nesse momento, o azulejo é influenciado pela porcelana chinesa, na qual o azul forte e transparente é o principal motivo de atração. Os principais centros de fabricação parecem ter sido Rotterdam e seus arredores.⁹⁵

Tipologia dos azulejos encontrados na escavação

- 1- Azulejos portugueses de padrão polícromico de pasta grosseira, variando de 1,0 a 1,3 cm de espessura, de cor avermelhada na pasta e desenhos isolados ou formando painéis, geralmente nas cores azul, amarelo e branco.
- 2- Azulejos, provavelmente holandeses, de pasta um pouco mais rígida, porém de grande espessura variando de 0,5 a 0,8 cm, este azulejo de figura avulsa (*enkele tegel*), em que cada pedra contém um motivo, sendo os quatro cantos ornados com um motivo conhecido como “cabeça de boi”, e a presença de painéis florais com a superfície de fundo branca, ligeiramente azulada. Tem a sua fabricação a partir do primeiro quartel do século XVII.
- 3- Azulejo de pasta rígida, com uma média de 0,5 cm de espessura, com motivos florais, árvores e folhas, jarros com flores, padrão com figuras abstratas e ou arabescos, nas cores azul, branco, verde e vermelho. Há também a predominância do azul sobre esmalte branco, provavelmente por influência da porcelana chinesa, dando aspecto borrado. Quase todos apresentam os cantos ornados com folhas ou figuras.
- 4- Azulejos rígidos, com baixa espessura, variando de 0,3 a 0,5 cm, com motivos florais, geométricos e arabescos. Em algumas peças, mostra-se a dificuldade de aplicação de cores tradicionais, como o marrom, que parece soltar-se do desenho, o que não acontece com o azul e o amarelo.

⁹⁵ MELLO E SIMÕES, Azulejos holandeses no Convento de Santo Antônio do Recife.

AZULEJOS - Fragmentos
SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



Cerâmicas

A cerâmica localizada no sítio, dada a peculiaridade do contexto deposicional, pertence a períodos distintos, podendo estar associada a um longo período, entre os séculos XVI e XX, constituindo o material mais abundante. Cerca de 80% dos fragmentos de cerâmica recuperados no baluarte caracterizam-se por uma coloração que cobre várias tonalidades do vermelho, aparecendo em uma grande variedade de formas, como panelas, travessas, recipientes para água, de pequeno e grande porte, tais como potes. Vale ressaltar que grande parte desse material ainda está sendo produzido na atualidade.

Devido à ausência de estudos que servissem como referencial tipológico e à falta de elementos caracterizadores de possíveis padrões que pudessem servir de referencial cronológico, a análise desse material configurou-se como problemática, demonstrando, assim, a necessidade de construção de um quadro tipológico para as cerâmicas relacionadas a esse período histórico, objeto que pode ser mais bem elaborado a partir de escavações de sítios históricos, em que o contexto deposicional seja original, não tendo sofrido perturbações nos pacotes sedimentares que os contêm.

Cerâmica vitrificada ou esmaltada

Em sítios históricos escavados no Nordeste, têm aparecido com freqüência fragmentos de uma cerâmica de coloração amarelo-mostarda nas faces internas e externas, em níveis estratigráficos associados aos séculos XVII e XVIII, com formas relacionadas a utensílios de cozinha, como panelas, travessas e jarras. No século XIX, com a quebra do monopólio comercial luso, podem ter sido substituídas por cerâmicas mais finas providas, agora, de outros lugares da Europa, ou mesmo da produção brasileira.

Segundo Lima, essas louças vidradas teriam vindo de Portugal, já compondo o equipamento doméstico dos primeiros colonizadores, e continuou a ser trazida para o Brasil nos anos posteriores. As notícias referentes à sua fabricação no Brasil em épocas tardias aparecem apenas em documentos datados em torno de 1800.

Grés

Fragmentos de garrafas de grés, representados por gargalos, bojos e bases, aparecendo também exemplares de alça. Esse material era destinado a acondicionar bebidas e azeite. Produzido inicialmente na Alemanha, por volta do século XVI, já no século seguinte passou a ser fabricado em outros países europeus. No século XIX, a Inglaterra o exportaria para o Brasil em quantidade mais significativa, sendo agora utilizado para acondicionar particularmente cerveja, genebra, uma bebida alcoólica popularmente conhecida no Brasil como “zinebra”, além de tinta nanquim. O grés pode ser caracterizado como uma louça vitrificada na parte externa, apresentando coloração variada, nas tonalidades creme, branco e marrom, além da cor azul, que está associada à impressão de marcas e decorações em alto relevo.

Cachimbos

Os cachimbos encontrados foram trabalhados em primeira instância pelos materiais utilizados. Foram encontrados cinco materiais diferentes para sua fabricação. A pasta branca, também conhecida como kaolin, a pasta rosa, a marrom, a madeira e o osso, utilizados como piteiras.

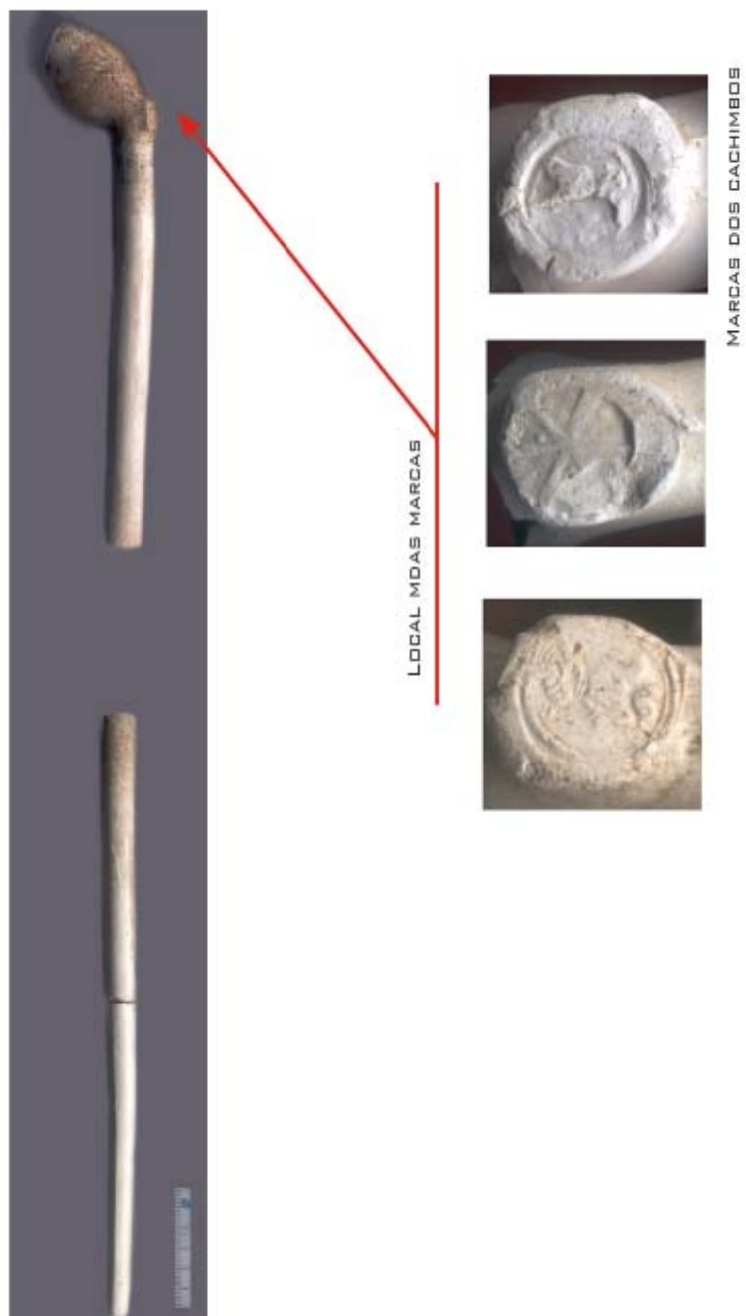
O cachimbo de argila marrom, cujo forninho se acopla a uma piteira de madeira, é encontrado em sítios do Nordeste.

Foi encontrado, a uma profundidade de 2,50m, um fragmento de cachimbo com a data de 1633 e, correspondendo a essa mesma profundidade, mas em outra quadricula, foi coletado um bojo em forma de cariátide e um fragmento de piteira com a forma de uma serpente. As decorações encontradas foram as mais diversas possíveis, localizadas tanto no bojo como nas piteiras, e principalmente no calcanhar. Os motivos decorativos ou marcas de fabricantes eram, em sua maioria, florais ou monogramas, ocorrendo também composições entre imagens e letras.



CACHIMBOS - localização das marcas dos fabricantes

SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



Cachimbo ingleses e holandeses

A baixa do preço do tabaco na segunda metade do século XVII, em decorrência do aumento da produção para o atendimento ao mercado consumidor europeu, ocasionou também o aumento de capacidade dos forninhos nos cachimbos holandeses. É provável que nesse período tenha havido uma alteração das marcas de calcanhar até o terceiro quartel século XVII, que compreenderia o período da ocupação neerlandesa em Pernambuco.

As marcas de duas flores, presentes nas etiquetas nº 1373-5 e 2857-116, deveriam ter uma evolução paralela ao aumento do forninho, mas isso não é evidente, pois tanto o forninho como a marca do cachimbo - etq. 1373-5 - são menores, e apresentam uma melhor técnica de curtimento, enquanto o da etq. 2857.116 é maior, apresentando algumas impurezas na sua pasta.



Marcas no calcanhar dos cachimbos

O *Tudor Rose*, com decoração em alto relevo, era uma marca popular na Holanda, mas também poderia ser de origem inglesa. Nesse mesmo formato de forninho pode ocorrer com o monograma IS. Algumas marcas podem ser tanto holandesas quanto inglesas, segundo comenta U. Pernambucano, citando J. C. Harrington, sobre a primazia inglesa na fabricação do cachimbo europeu, com forninho e piteira constituindo um único corpo.

Outro *Tudor Rose* é o cachimbo de etiqueta 1334. Foi identificado por Oswald (1969) como holandês. A mesma marca foi datada por Atkinson e Oswald (1972) em 1615-40; Duco (1981) a datou em 1630-45. Outra possível marca é a TIP de fabricação holandesa, datado em 1650-70, do fabricante *Thiel Proost* da cidade de Gouda.

Sem dúvida, a mais famosa marca é a EB de Amsterdam, por ter sido exportada em larga escala pelo fabricante *Edward Birds*. Essa informação retifica o percentual de 7,5 dos cachimbos kaolin encontrados na escavação do Baluarte Porta da Terra.

Gilma d'Aquino⁹⁶ faz menção, na sua Dissertação de Mestrado, de que na América do Sul e Central haviam grupos cerâmicos pré-históricos que produziam cachimbos tanto em corpo único, piteira e forninho, quanto só forninho. Existem algumas semelhanças entre o formato das “cabeças de cachimbo” no catálogo do trabalho de G. d'Aquino e as encontradas no baluarte:

1. no encaixe da piteira (decoração e formato);
2. a decoração do “bojo” do forninho;
3. o orifício abaixo do forninho, para ser passado um cordão com a finalidade de pendurá-lo ao pescoço.

⁹⁶ DAQUINO, G. 2003, Revista CLIO Arqueológica, nº 16, p.193.

CACHIMBOS - Marcas
SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



CACHIMBOS - Marcas
SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



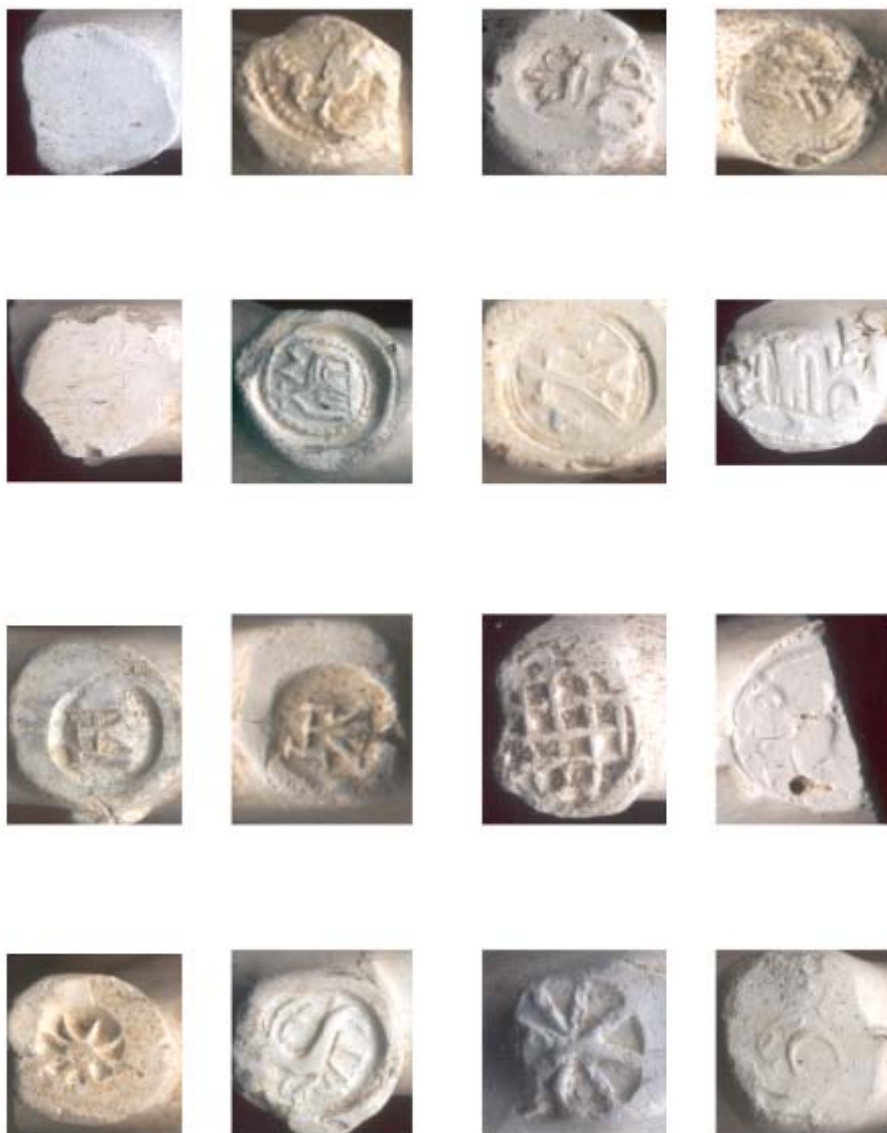
CACHIMBOS - florais
SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



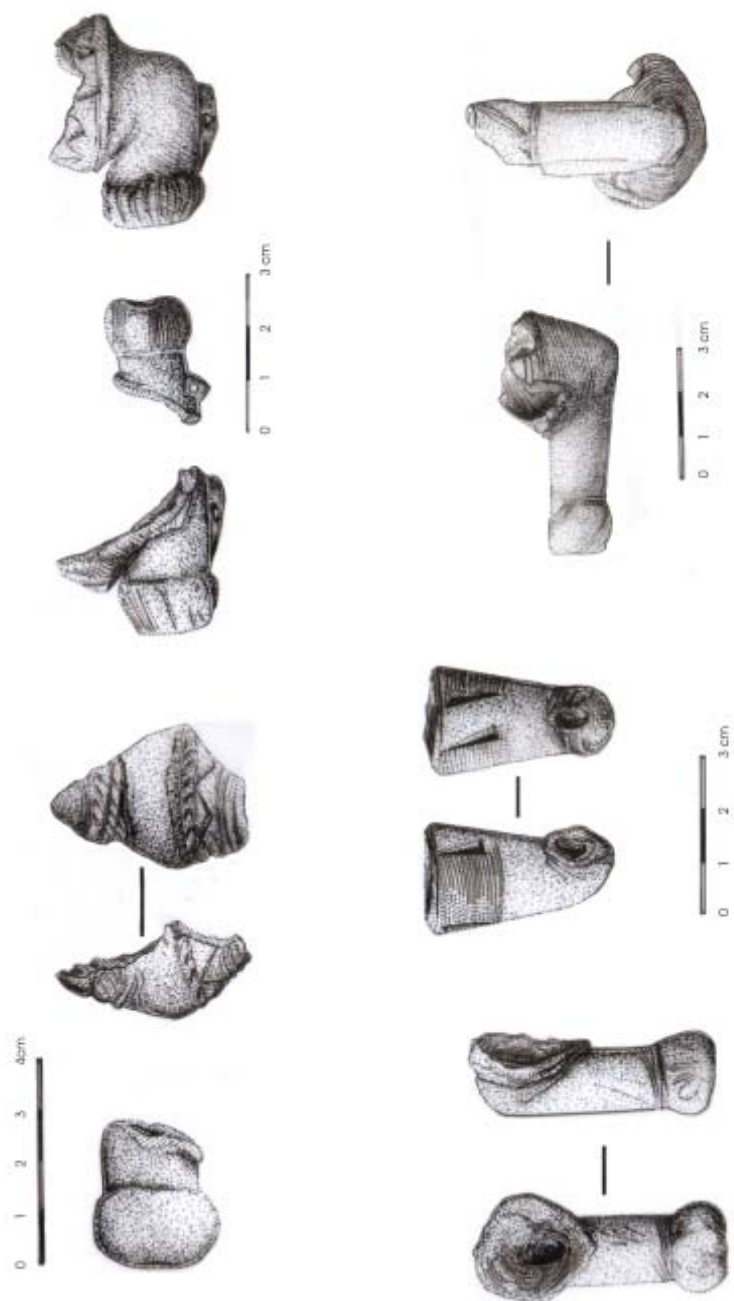
CACHIMBOS - florais
SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



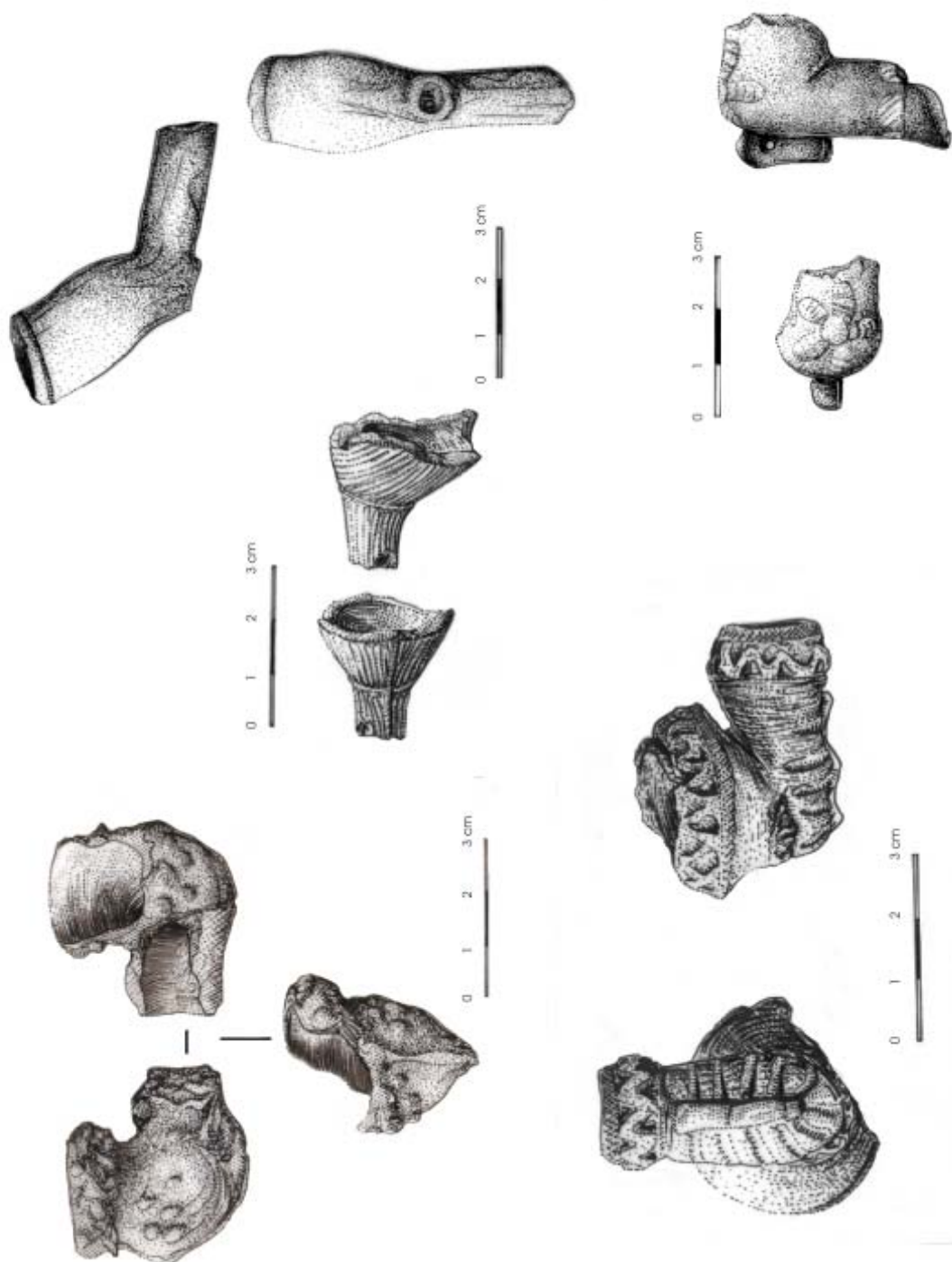
CACHIMBOS - Simbolos
SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



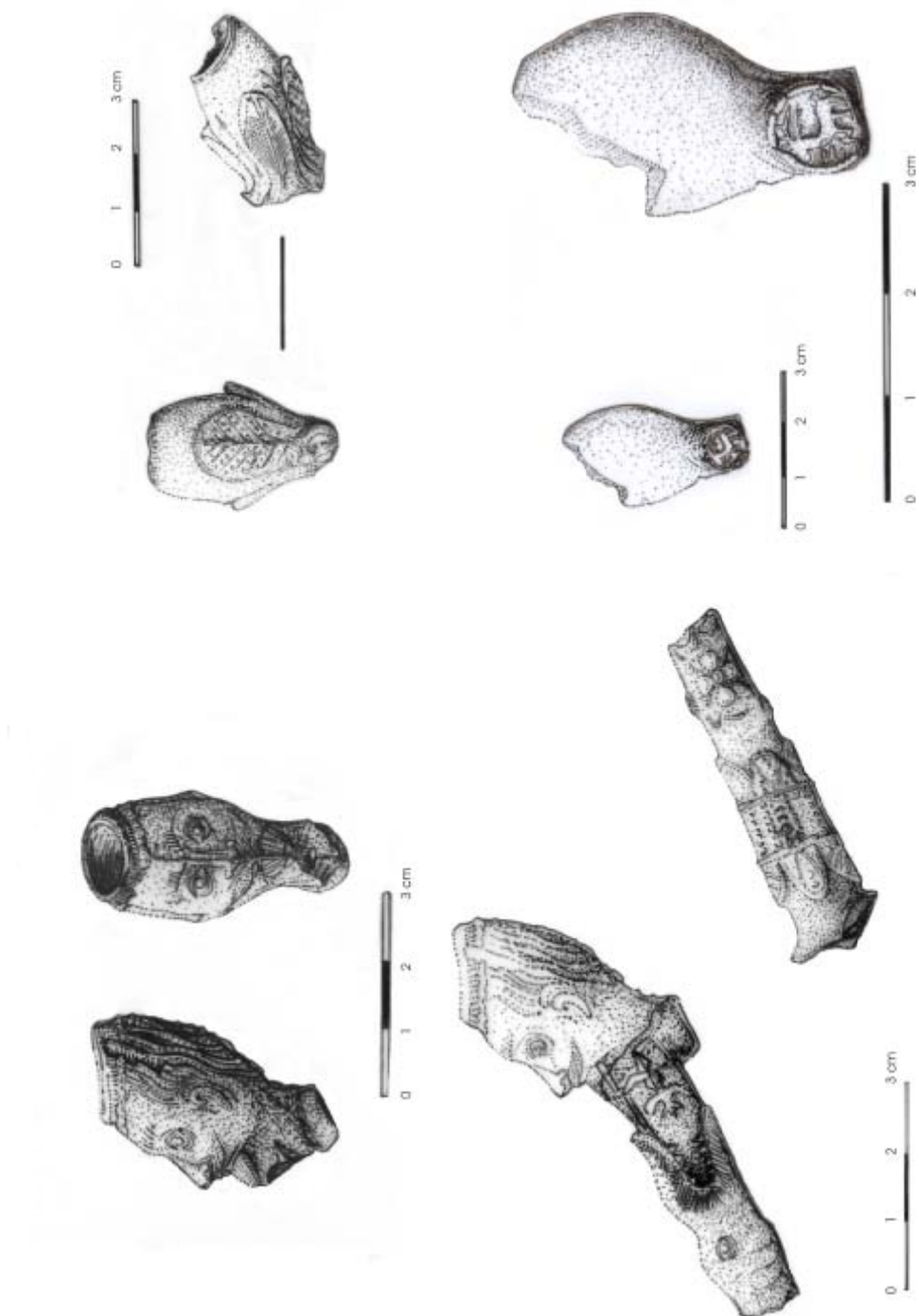
CACHIMBOS - Fornilhos
SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



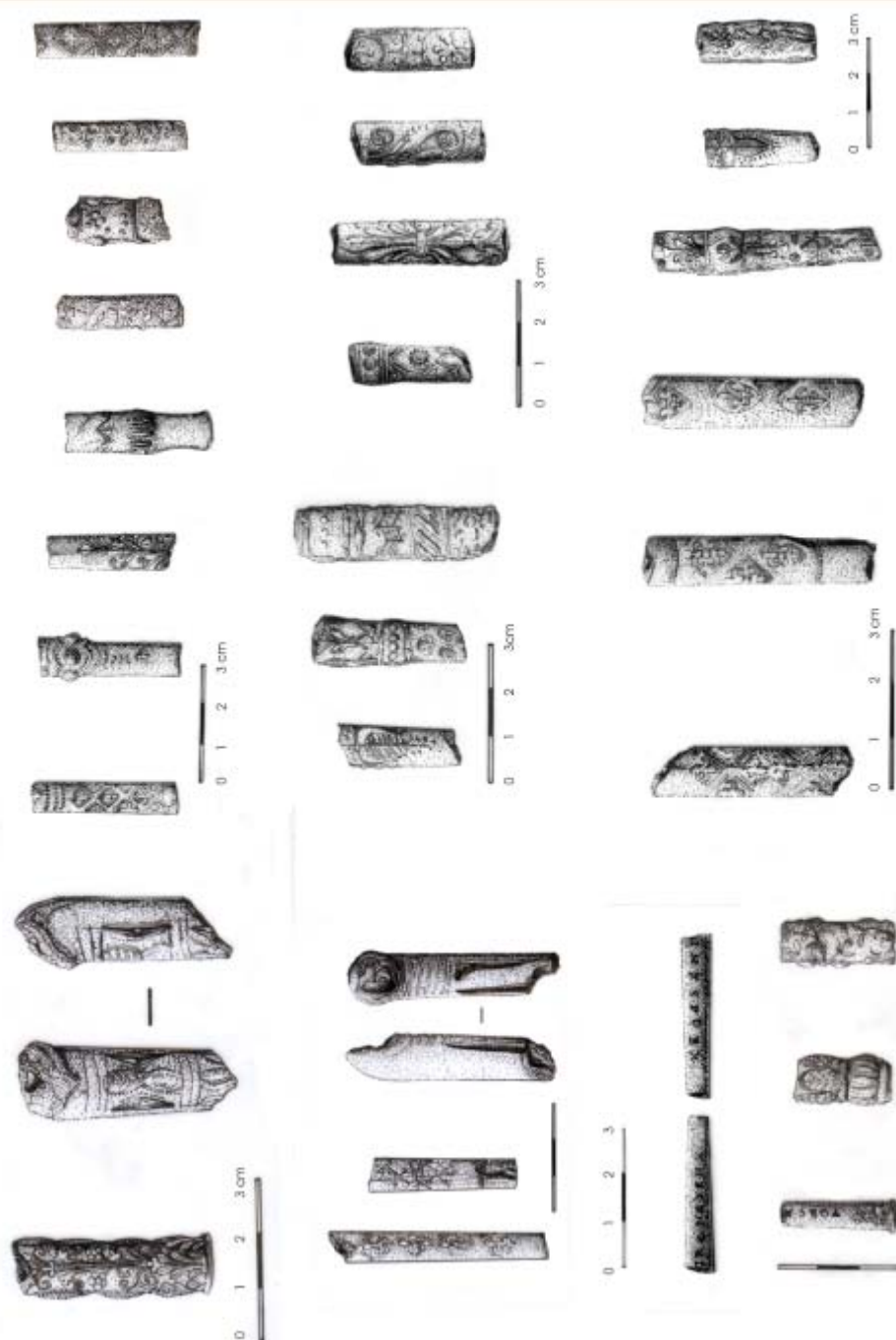
CACHIMBOS - Fornilhos
SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



CACHIMBOS - Fornilhos e piteiras
SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



CACHIMBOS - Piteiras
SÍTIO ARQUEOLÓGICO BALUARTE PORTA DA TERRA



Vidros

O material vítreo resgatado nos aterros do sítio Baluarte Porta da Terra cobre um período de transição do século XIX para o século XX, e é representado por um grande número de fragmentos de garrafas para bebidas alcoólicas, possivelmente vinho ou aguardente, geralmente espessas e com fundos côncavos. Em menor proporção têm aparecido fragmentos associados à vidraria de perfume, remédios, cosméticos, além de outros utilitários, como tinteiros. Em alguns materiais foi possível perceber vestígios de inscrições. No entanto, tais informações não puderam ser associadas a formas identificadas em outras coleções já estudadas. Num mesmo frasco, observam-se os fragmentos de inscrições “PELLE, CABELLO,JANEIRO, ...ÕES, ... DE BARRY” e em outro, “...S ...CING ...ALINE”.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O suposto padrão construtivo, criado para classificar as obras das fortificações do século XVII em Pernambuco, se estendeu além desses elementos de defesa, passando a generalizar a tipologia construtiva atribuindo aos portugueses todas as obras em pedra, e aos holandeses as obras em terra e taipa.

É provável que a inserção deste monumento neste suposto padrão construtivo, tenha ocorrido pela sua forma de baluarte. Mas nem sempre é a função que define a forma. O baluarte e o muro subsequente a ele foi construído com a função principal de proteger as casas da Vila contra o avanço das águas do mar⁹⁷, um muro de arrimo. Recebeu a forma de baluarte para também cumprir a função de defender a porta de entrada da Vila, mas não necessariamente era peça fundamental ao sistema de defesa holandês⁹⁸.

Tanto os holandeses como os portugueses⁹⁹ construíam em terra e taipa no período de guerra. Eram necessárias obras rápidas, com materiais construtivos disponíveis, e disso dependia o sucesso ou a derrota das lutas. As obras em pedra construídas pelos portugueses foram edificadas em período de paz, antes da chegada dos holandeses à Capitania de Pernambuco e, depois da retirada deles, nas reconstruções dos Fortes do Brum, Cinco Pontas e Orange.

Os holandeses eram grandes construtores, e fizeram obras urbanas no Recife que permaneceram até o século XX, como diques, aterros e pontes¹⁰⁰. É no domínio de obras sobre as águas que o holandês deve ser qualificado, e o Baluarte é uma dessas obras.

A iconografia demonstra que nos mapas portuguesas, anteriores a chegada dos holandeses, não existia nenhuma obra em pedra com forma de baluarte. Na imagem

⁹⁷ É relatada, em diversas cartas holandesas, a necessidade de se construir um muro em alvenaria para proteger a Vila do avanço das águas do mar. Documentos Holandeses, Op Cit, p33.

⁹⁸ ROMERO, B.2003, Op. Cit, p 87

⁹⁹ O Arraial do Bom Jesus foi construído em taipa, pelos portugueses em 1630.

¹⁰⁰ MELLO, J.A.G, 1978, p112

T'Recife¹⁰¹ de 1630, que representa o território que foi conquistado, aparece uma bateria construída na entrada do povoado, mas não tem a forma do baluarte.

Em outra imagem, uma carta¹⁰² holandesa, contém as obras conquistadas na invasão representadas com uma bandeira e as construções executadas no primeiro ano da posse são representadas sem bandeiras e em planta baixa, não é representado ainda o baluarte. Este só aparece na carta de Drewisch¹⁰³, um engenheiro holandês, que desenhou os dois baluartes em forma *cornuta* na entrada do povoado e é claramente reconhecido, pela espessura do traço, onde um é construído em pedra e o outro em terra. A partir desse mapa, o baluarte é representado nas iconografias do Recife.

Nos documentos escritos, analisamos a carta do mestre-de-campo-geral da Capitania de Pernambuco, Francisco Barreto de Menezes, a D. João IV, que constata a existência de uma solicitação de Cristóvão Álvares para pagamento por serviços de "arquitetura política e militar" prestados durante 34 anos, dos quais 24 correspondem ao período da ocupação holandesa¹⁰⁴. Na dita carta ilustra-se como um desses serviços, a construção de uma *"forte trincheira de pedra e cal, com uma altura de 3.30m para o lado do mar"*, que por ser um trabalho encomendado por André Dias de França, que substituíra Matias de Albuquerque, remete aos dias que precederam a tomada do Porto dos Arrecifes pelos holandeses¹⁰⁵. Em consequência, a carta, que foi utilizada como parte das provas dos argumentos a favor da autoria portuguesa do muro e do baluarte, não poderia ser proposta como fundamento da arguição. Cristóvão Álvares, engenheiro construtor português, trabalhava tanto para os portugueses, quanto era homem de confiança para as obras holandesas.

Outro aspecto a considerar é que não se pode excluir a possibilidade de que os holandeses tenham utilizado mão-de-obra lusitana, mas a participação desses recursos humanos nessas construções realizadas pelos holandeses não pode capitalizar o mérito da autoria.

¹⁰¹ T'Recife de Pernambuco datado de 1630, tem autor desconhecido, e ilustra o livro de Johannes de Laert, 1644, referência da análise da iconografia é a imagem 4.

¹⁰² Carta topográfica, ano de 1630, autor não identificado, mas pela qualidade gráfica se remete a qualidade gráfica de Andréas Drewisch.

¹⁰³ Carta topográfica datada de 1630, desenhada pelo engenheiro Andréas Drewisch da Companhia das Índias Ocidentais, anexa a relatórios do governador Weerdenburch.

¹⁰⁴ Carta em anexo II.

¹⁰⁵ CALMON, P. 1941, Op. Cit. p85

Face ao argumento de que o baluarte e o muro não tenham sido feitos pelos holandeses, pois não tinham acesso à pedra arenítica, é preciso salientar a veracidade do fato. A pedra teria sido enviada da Holanda, em resposta a uma solicitação escrita feita pelo Governador holandês Weerdenburch, em 3 de abril de 1630¹⁰⁶, justificada pela impossibilidade de aceder aos canteiros de pedra no Brasil. A carta foi enviada, em qualidade de urgência, logo que foi tomada a praça do Porto dos Arrecifes, encaminhada por meio de um barco de transporte de correspondência, que era muito mais veloz que os que transportavam mercadorias¹⁰⁷. O cálculo das datas entre a solicitação e o tempo que levaria o transporte do barco de suprimentos e o aparecimento do baluarte na iconografia do período holandês mostra a viabilidade desse procedimento.

Os dados arqueológicos completam esta argumentação apresentando uma estrutura com alta complexidade na técnica construtiva, que não foi repetida nem imitada em obras portuguesas. O corte dos blocos e a complexidade dos encaixes e fixação desses blocos, demonstram uma obra cuidadosamente planejada.

A sondagem executada até uma profundidade de 12,30m demonstrou que não existia nenhum afloramento rochoso na base que pudesse servir de alicerce, assim, os blocos foram depositados diretamente sobre a areia. O fato do lençol freático se encontrar a 1,50m de altura da base da estrutura comprova que, a construção foi executada dentro da água por um engenheiro experiente em obras de diques, aterros e arrimo.

Da confrontação dos três tipos de fontes, o registro escrito entra em contradição com o registro iconográfico e arqueológico, a favor da hipótese proposta neste trabalho.

O mais chamativo nessa circunstância é o silêncio dos registros documentais sobre a autoria de uma obra de excelente qualidade, realizada com uma técnica de construção particularmente afinada, em que, além da eventual finalidade de defesa, aplica

¹⁰⁶ Documentos Holandeses, Op. Cit. p 33.

¹⁰⁷ SCHMALZ, A. 1960. Cadernos Olindenses, naus, urcas e caravelas, enviadas pelos mercadores judeus de Lisboa ou da Flândia, chegavam constantemente no ancoradouro dos Arrecifes, atraídas pelo lucrativo carregamento de caixões de açúcares, trazendo, como carga de lastro, a mais variada espécie de material de construção.

procedimentos de obra que permitem dar início aos trabalhos de ganho de terras sobre o mar, procedimentos esses que eram uma especialidade dos holandeses que tinham uma tradição de ganhar terrenos ao mar na região de terras baixas das quais eram originários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, M. & LUCENA, V. **Arraial Novo do Bom Jesus**: consolidando um processo, iniciando um futuro. Recife: Graftorre, 1997.
- ALBUQUERQUE, M & LUCENA, V. **Relatório da Escavação do Sítio arqueológico PE**, no Bairro do Recife,
- ALBUQUERQUE, M. LUCENA,V. WALMSLEY, D. **Fortes de Pernambuco**, Imagens do passado e do presente.Recife, Graftorre, 1999.
- ANDRADE, M. C, **Formação Territorial e Econômica do Brasil**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana – 2003.
- ____ARQUIVO ULTRAMARINO, Carta à D. João IV, código de acesso. N^o **AHU_ACL_CU_015, Cx.6, D.534**, ano 1655. Universidade Federal de Pernambuco, Documentação Ultramarina, 11^o andar.
- BARLAEUS, G. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Recife: Fundação de cultura Cidade do Recife, 1980.
- BOXER, C. R, **Os Holandeses no Brasil**– Recife - -CEPE, 2004, 465p (Série Restauração Pernambucana; vol. 6).
- CALMON, P **História do Brasil 1600-1700, A Formação**. Série Brasileira, vol.176-A Companhia Editora Nacional, 1941.
- CASCUDO, L.C, **Geografia do Brasil Holandês**, Coleção dos documentos Brasileiros, José Olimpio Editora – 1945.
- COELHO, D. A. **Memórias Diárias da Guerra do Brasil 1630-1638**. Recife: Fundação de Cultura da cidade do recife, 1981. 395p. (Coleção Recife; vol 12).
- COSTA, P. **Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano**, TOMO XI, 1904.
- ____COMISSÃO EXECUTIVA CENTRAL DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL. **História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo**. Brasília: Edição do estado-maior do exército, 1972.
- DAQUINO, GILMA. **Os cachimbos tubulares falomorfos cerâmicos de Alemquer, Pará**. Revista CLIO Arqueológica 2003, n^o 16, p.193 – Editora Universitária – Recife-PE.
- ____**DOCUMENTOS HOLANDESES**. vol 1, Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1945
- SANTIAGO, D. L, **História da Guerra de Pernambuco** – Recife -CEPE, 2004 595p (Série Restauração Pernambucana; vol. 5).
- SIMONSEN, R.C. – **História Econômica do Brasil, (1500/1820)**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1977.

- HOLANDA, S. B. de. **A época colonial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. v. 2.
- KOSTER, H **Viagens ao Nordeste do Brasil**.- ABC Editora – 2003.
- LUBAMBO, C. **O Bairro do Recife no Início do Século**, uma experiência de modernização urbana, Recife, MDU. 1988.
- MELLO, J. A. G. de. **A Cartografia Holandesa do Recife, estudo dos principias mapas da cidade do período 1631-1648**, IPHAN/MEC, 1976.
- MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1987.
- MELLO, J. A. G. de, **Dois Relatórios Holandeses**, Coleção da Revista História – São Paulo – Brasil.
- MELLO, J. A. G. de, **Fontes para a História do Brasil Holandês**, 1- A economia Açucareira. MEC SPHAN FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA – Recife 1981.
- MENEZES, J. L. da M. & RODRIGUES, M. do R. R. **Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil. Séculos XVI, XVII e XVIII**. Recife: Pool Editorial, 1986.
- MENEZES, J. L. da M. **As portas de um Recife fortificado**. Recife: 2001.
- MENEZES, J. L. da M. **Atlas Histórico Cartográfico do Recife** – Recife FUNDAJ – Editora Massangana – 1988.
- PEREIRA DA COSTA, F.^a **Anais Pernambucanos**, volume 10, 1834 – 1850, Recife, FUNDARPE, 1985.
- PONTUAL, Roberto. **Azulejo, azulejar, azulejaria sua historia no Brasil, de Nassau a Portinari** . Modulo, Rio de Janeiro, n.54, p. 48-53, il., jul. 1979
- REIS, N. G. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- SCHUMALZ, A.C, **Cadernos Olindenses – História**, Edições Kathalon Vol I – 1960.
- SILVA, M.B.Nizza, **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. 1994, Editora Verbo, Lisboa-São Paulo. 840p.
- SIMÕES, J. M.; MELLO, J. A. G. **Azulejos holandeses no Convento de Santo Antonio do Recife**. Recife (PE): Amigos da D.P.H.A.N., 1959..[30]p.
- SIMÕES, J. M. dos Santos. **Presença e continuidade do azulejo português no Brasil**. Colóquio Revista de Artes e Letras, Lisboa, p.16-21, n.9, jun.,1960
- TOCANTINS, Leandro. **Os Azulejos na Arquitetura Brasileira**. Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil, n.23, p.11-15, Maio. 1964.
- WATJEN, H, **O Domínio Colonial Holandês no Brasil – Recife** -CEPE, 2004, 547p (Série Restauração Pernambucana; vol. 7).
- VAINFAS , **Dicionário do Brasil Colonial**, Editora Objetiva, rio de Janeiro 2001, 599p.

ANEXO I

Resumo das cartas Holandesas

MISSIVA DO CORONEL D. VAN WEERDENBOUCH AOS ESTADOS GERAIS, datada de 9 de março de 1630.

Relata à Cia. das Índias Ocidentais a conquista de Olinda, em Pernambuco com todas as suas fortalezas e praças fortes. Alerta para a dificuldade de fortificá-la; contudo, afirma que essa cidade poderá promover o domínio de todo o Brasil, e com poucas despesas, porque, tendo o controle da navegação, poderá conquistar a amizade.

MISSIVA DO CORONEL D. VAN WEERDENBOURCH, EM PERNAMBUCO AOS ESTADOS GERAIS, datada de 3 de abril de 1630.

Ainda relata sobre a dificuldade de fortificar Olinda, constatada pelo próprio engenheiro Commersteyn, da Cia. das Índias Ocidentais. Para ter uma boa visão da área e se defender dos ataques dos brasileiros e negros, mandou cortar a mata entre a montanha e a cidade.

Em visita de inspeção ao Recife, juntamente com Commersteyn, resolveram planejar os seguintes trabalhos:

- Construir uma muralha defendendo as casas de Antônio Vaz que servem de armazém, com uma muralha do lado do continente (concluído).
- Fortificar o convento de Antônio Vaz com quatro muralhas, (Forte Ernesto).
- A Aldeia do Recife onde se encontram os armazéns que foram queimados por Mathias de Albuquerque deve ser murada do lado do rio, em frente ao convento de Antônio Vaz, para proteger os armazéns que não foram queimados e que serão usados como depósitos para mantimentos e munições. A muralha deverá ter o alicerce de pedra e cal, porque o nível da água se eleva e arrasta a areia por entre os molhos de lenha, derrubando a obra.

- Comentam ainda que não têm outro material que não seja madeira e areia, e essa somente quando a água está muito baixa.
- Decidem construir o Forte do Brum como fortaleza principal. A intenção é construir quatro muralhas sobre o alicerce começado por Mathias de Albuquerque. A primeira será feita de molhos de lenha e depois circundada de uma muralha de pedra, porque de terra não há muralhas aqui.

“Executados estes trabalhos o porto, os navios e o recife estarão em perfeita segurança”

É nessa carta que Weerdenbouch diz que o maior obstáculo à construção das obras é que no Recife só há areia e molhos de lenha. E pede providências para *“enviarem tudo quanto é necessário, pois que, não dispondo aqui senão de areia, tudo deverá ser feito em alvenaria”*.

MISSIVA DO GOVERNADOR D. VAN WEERDENBOURCH, EM OLINDA, PERNAMBUCO, AOS ESTADOS GERAIS, datada de 27 de julho de 1630.

Relata algumas obras (muralhas) feitas em Olinda e os ataques dos portugueses à construção do Brum. Para a proteção foram construídas estacadas com tábuas de madeira pregadas de um lado e do outro e cheias com terra, e do lado de fora se construiu a mesma *“estacada”*, mas mesmo assim o inimigo vinha em noites seguidas para incendiá-la. O Brum está sendo construído de faxinas e areia por falta de outros materiais. *“A muralha não pode ser construída no momento por falta de pedreiros, de cal e outros materiais.”*

Continua indicando outra obra que é fortificar com alvenaria todo o redor da Aldeia do Recife, para garanti-la contra a ação da água.

Para a fortaleza de Antônio Vaz, junto ao convento, comenta que será necessário construir muralhas no lado da água (rio): *“Há falta de pedreiros, canteiros, cal e cimento.”*

Nessa carta, é indicada a necessidade de construção de uma obra que pode ser o baluarte ou o Forte Waerdenbouch na confluência dos dois rios: *“É igualmente necessário construir redutos de pedra no recife interior para tornar livre a passagem entre a cidade e a fortaleza em construção em frente a entrada dos navios.”*

MISSIVA DO GOVERNADOR D. VAN WEERDENBOURCH, EM OLINDA, AOS ESTADOS GERAIS, datada de 16 de dezembro de 1630.

Nessa carta fica muito claro o problema com o avanço das águas do mar no Recife. *“Após as chuvas contínuas, um calor excessivo, em seguida falta de faxinas e, além disso, as violentas marés altas que danificaram e demoliram repetidamente nossas fortalezas no recife.”*

No final dessa carta, é acrescentado um P.S.: A chegada dos navios *LaMine de Sel, Le Chameau, Le Cheval Gris, La Frise Occidentale, Les Provinces Unies, L’Éléphant*, com as provisões.

MISSIVA DO GOVERNADOR D. VAN WEERDENBOURCH, EM PERNAMBUCO, AOS ESTADOS GERAIS, datada de 12 de fevereiro de 1631.

Weerdenbouch reclama ao Conselho dos XIX a ordem de fortificar Olinda, apesar do diagnóstico emitido por ele e os engenheiros sobre as dificuldades das ações e os custos. Acrescenta ainda que o solo da região é extremamente pedregoso e em alguns lugares é maciço: *“Em resumo, as razões precedentes parecem-me provar à saciedade, com a devida vênia, que a fortificação da cidade é impraticável e impossível”.*

Nessa missiva, é descrito o início das obras do forte Waerdenbouch ou Três Pontas, no continente, na confluência dos dois rios.

MISSIVA DO GOVERNADOR D. VAN WEERDENBOURCH, EM ANTONIO VAAZ AOS ESTADOS GERAIS, datada de 31 de maio de 1631.

Chegaram o Almirante-general Pater, 5 navios, as provisões e tropas.
Iniciaram-se as atividades para se apoderarem da Ilha de Itamaracá.

MISSIVA DO GOVERNADOR D. VAN WEERDENBOURCH, EM ANTONIO VAAZ AOS ESTADOS GERAIS, datada de 03 de agosto de 1631.

Nessa carta é descrita a tomada de Itamaracá, onde o porto é mais largo e mais profundo, mais cômodo e mais seguro que Pernambuco, além do que existem muitas plantações de cana no entorno. O porto era o espaço português para a comercialização do açúcar e o escoamento do produto para exportação. Relata ainda a construção do Forte de Orange, que protegerá o porto.

Nessa carta, existe uma preocupação do Conselho dos XIX quanto à incansável guerra dos portugueses contra os holandeses. A estratégia sugerida pelos XIX é desalojar de uma vez Mathias de Albuquerque do Forte Real, mas não havia gente suficiente para essa tarefa e ainda vigiarem os postos conquistados.

Esse problema promoveu uma reflexão a Weerdenbouch sobre a estratégia inicial em que se baseou o Conselho dos XIX para conquistar essa região, a qual se resume na conquista dos portos no sentido de fechar o país, forçando os habitantes, pela falta de alimentos e comércio, a entrar em acordo com eles. Weerdenbouch lembra que a agricultura local foi desenvolvida em 70 anos sem guerra, e que os portugueses produziam o suficiente para a sobrevivência sem ajuda externa, e chega à conclusão de que essa estratégia inicial não funcionará. Ele garante que os habitantes guardam a esperança de ser salvos pelo socorro que lhes será enviado, e que só entrarão em entendimento com eles quando houver esse confronto e a Holanda sair vitoriosa, e dessa forma os holandeses poderão mostrar que estão verdadeiramente fixados aqui.

MISSIVA DO GOVERNADOR D. VAN WEERDENBOURCH, DE ANTONIO VAZ, AOS ESTADOS GERAIS, datada de 9 de novembro de 1631.

Nessa carta, Weerdenbouch informa aos XIX a chegada do socorro inimigo e o planejamento da invasão de Olinda. Ele não está de acordo em defender Olinda, porque o inimigo conhece a Vila tanto quanto eles, e reconhece a impossibilidade da defesa.

Reclama que a ordem de destruir a Vila de Olinda foi dada em carta do dia 30 de maio de 1631 e só chegou em suas mãos em 21 de outubro, ficando sem tempo para planejar o feito e retirar todos os pertences, além do que, com a chegada do socorro, não se podia contar muito com o tratamento amável e compreensivo dos habitantes.

“Resolvemos imediatamente, eu e os oficiais militares superiores, abandonar a cidade e arrasá-la inteiramente.” No prazo de 15 dias, seria retirado tudo o que fosse necessário ser transportado.

ANEXO II

Carta – Portuguesa à D. João IV

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO
LABORATÓRIO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - UFPE
código: AHU_ACL_CU_015, Caixa.6, D.534

Trecho do documento traduzido por Romero Bruno

Esse documento trata da reorganização defensiva da Capitania de Pernambuco após o período de guerra contra os Neerlandeses (1630-1654). O Mestre de Campo e General da Capitania de Pernambuco, Francisco Barreto de Menezes (1616-1688), que exerceu o cargo de Capitão-General de Pernambuco (1654-57), providenciou o novo aparelho de defesa da capitania e em particular a defesa do Recife. O documento está transcrito grosseiramente para a grafia atual. As palavras sublinhadas não foram bem identificadas e as que não foram “lidas” foram representadas por reticências.

Recife, 23 de maio de 1655.

*Carta do [mestre-de-campo geral da capitania de Pernambuco], Francisco Barreto, ao rei [D. João IV], sobre as fortificações que **serão necessárias** na capitania de Pernambuco. Anexos: 4 docs.*

Início do documento:

Senhor

*O engenheiro de Pernambuco Christovão Alvarez¹⁰⁸ que a Vossa Majestade serve nesse cargo naquela praça ha trinta e cinco anos, sendo deles, vinte e quatro nas guerras que tão por fiados foram: veio a este Reino tanto a pedir mercês pelos muitos serviços que ha feito como a informar a Vossa Majestade do estado das duas praças que são cabeça daquele do Brasil que são Bahia e Pernambuco as quais **ambas se perderam por falta de fortificação**, até, que vemos que o inimigo que as ocupou tem os desenhos delas tão meudam tirados, que não ha pedra nem buraco, que não tenha colocado em seu lugar que tem bom governo e curiosidade lhe não permitiremos: e sabemos, e sabemos¹⁰⁹ também como experimentou a bondade daquele clima que avaliou pelo melhor do mundo, alegando que todo haviam corrido daquele davam a palma e juntamente com afeição está as drogas daquela terra. E a pouca fez que custaria guardar em havendo interesse depermayo; tudo são motivos que nos estimulam a que consideremos a pouca firmeza destas gentes que com cuidado se trate da prevenção para o tempo futuro; e como um o efeito muito grande sobre esta matéria; achem nas ditas praças, notáveis faltas; umas procedidas de se não fortificar o que convinha: e outras o de fortificar o que não convinha e por ultima conclusão, acho que se devem fazer algumas e arrasar outras. Vim também a conhecer o povo que rende a arte de fortificar por mais destro que seja o teórico dela, faltando-lhe a pratica e experiência da guerra, que como este seja assim a que a dita arte se encaminha: sem o exercício dela, dão os homens em mil absurdos perigosos como se podem ver nas faltas e superfluidades que ha nas ditas praças e tratando primeiro da de Pernambuco: **em que exercitei a arquitetura política vinte e sete anos com que grenqui muitos mil cruzados que gastei nos vinte e quatro anos que exercitei a militar sem mercês nem premio algum**. Se não só por não faltar ao serviço de Vossa Majestade que muito necessitava de minha pessoa digo que ...*

A segurança da Capitania de Pernambuco consta da fortificação de dois portos; que são a Barra e lugar o do Recife; porto daquela dita Capitania. E a vila de Olinda,

¹⁰⁸ Engenheiro militar atuante em Pernambuco desde 1620. Cristóvão Álvares. MELLO, J. A. G. Tempos dos Flamengos. pág 87.

¹⁰⁹ Ocorre repetição.

enquanto do lugar da Barra; não necessita de fortificação que se há de principiar de novo, nem demais que se acabarem as que tínhamos começado, que o holandês não acabou, nem fez mais, que fazer nelas os reparos de terra e madeira que por então lhe pareceram necessários (que as mais que fez, serviam para eles e para nós não) e como aquilo por ser na água são necessárias fortificações de pedra e cal coisa que nas partes do norte se usa poucas vezes de que resulta serem os engenheiros poucos práticos no fabricar tinham aquele exercício, trabalho de andar continuamente com a mão nelas, para fortificação deste lugar houvessem nosso tempo duas tenções e para ambas fiz a traça de que cada um para a sua se ouve por muito mais satisfeito como consta das certidões que no Conselho tenho apresentadas; foi a primeira pelo Capitão Mor André Dias de França que na era de ... **foi governar aquela capitania e intentou cercar aquele lugar com uma forte trincheira de pedra e cal, essa traça lhe fiz e logo se lhe deu principio por minha ordem fundando um meio baluarte de tenaza que lhe ordenei na entrada do dito lugar; e que fez e confinou até altura de quinze palmos pela parte do mar donde abaixa a praia; e cinco ou seis na superfície da terra, e capas de cinco ou seis peças de artilharia faltou a camera com o dito ... tais obras estava dedicado e parou¹¹⁰.**

Com que não terminaria a embarcar-me a este Reino a cobrar uma pouca de fazenda que da legitima de minha sogra me avia ficado: e então o lar remédio para meus filhos, não me consentiu o dito Capitão-Mor dizendo o de quanta importância era a obra que será minha assistência, ficava, perdida, ... imposiste fazer-se, que logo mandava ir deste Reino ordem para que se continuasse; conservar que cons...nha; mas antes que ele mandasse o aviso tornou seg... **Governador Mathias de Albuquerque** (a quem o dito Capitão Mor avia sucedido) por visitador e fortificador daquelas quatro Capitánias do norte, e fazendo-me desembarcar de um navio em que sem dar parte ao Capitão Mor estava embarcado, com a opinião que de mim tinha pelo que lhe havia feito nos seis anos que havia governado antes do dito Capitão Mor: me mandou que logo tratasse do que convinha ao serviço deles, sem me querer admitir petição nem palavras em que lhe pedia que por amor de Deus me concedesse licença por seis meses, me respondeu que nem por seis horas; que lhe fizesse o desenho daquela praça de da Barreta do Curraes que fica légua e meia do Recife para a parte do sul ate Pau

¹¹⁰ 1 palmo = 22 cm, ou seja, 3m,30 cm para o lado do mar e 1m,10cm ou 1m,32cm para o lado da terra.

*Amarelo que fica do Recife para a parte do norte distante de quatro léguas dizendo-me que suposto que trazia engenheiro que se chamava Diogo Paez e vinha trás em outro navio que em... sabia o que tinha e o outro não sabia o que farza; para que me não agastasse que me havia de alcançar de Rei grandiosas mercês e logo ha de....; como se escreveu que me mandasse a praça de engenheiro, fiz o que me mandou; e desconta da fortificação que tínhamos principiado mostrando-lhe a praça que aprovou, salvo a fortificação da tenaza da entrada do lugar que me disse era mui limitada para a que para aquele posto. Em que queria um forte Real muito formoso que logo lhe fizesse a traça para ele procurando-lhe fez nela, a obra que estava tão bem feita como coisa minha; fiz-lhe a traça, que aplaudiu de maneira que disse que só um anjo do céu a pudera fazer melhor para aquele sitio, que homem humano era impossível, e que logo lhe desse ordem para se fazer, e por a fabrica em uso; **Começando-a a dispôs deu ao holandês sobre nos tomou a praça, e com esta as traças que desta e mais fortificações que se intentavam estava em casa do dito governador para as mandar a este Reino, e vendo-as o holandês devagar, chamou uns portugueses que lá haviam ficado prisioneiros e mostrando-lhe a traça do forte Real lhe perguntou quem fizera aquilo, e se era português, e respondendo eles que si, tornarão dizendo, pois tem El Rey este engenheiro e não tem fortificado suas praças: se este forte estivera feito: não era possível que três Holandas tomassem o Recife;** falaram como quem bem entende da matéria porque o disse não admite duvida; e se se fizer dito forte, seguro esta o porto, e também digo, que se não tivéramos sempre os soldados que hoje temos naquela praça bastava atenção de André Dias de França; que como era valente e cada um por si y alguma os demais entendeu que aquilo bastava; Vossa Majestade mandara fazer o que mais convinha ao Real Serviço que e o que eu ... pretendo.*

(...)

Lisboa em três de setembro de 1655.

Capitão Engenheiro Christovão Alvares.

Sobre a fortificação de Pernambuco.

ANEXO III

Resumo dos projetos de melhoramento do porto do Recife – Fonte: Catia Lubambo.

ALFREDO LISBOA – 1887

Abertura da avenida do cais, demolindo o prédio da Associação Comercial e de alguns armazéns junto a ele.

ALFREDO LISBOA – 1888

Criação da rua 13 de maio, que começava na Ponte Buarque de Macedo e terminava na Avenida do Porto.

Alargamento e retificação da Marques de Olinda, com calçada larga.

Alargamento e retificação de várias ruas transversais.

Abertura da avenida do cais, já proposta em 1887.

SUBCOMISSÃO FISCAL E ADMINISTRATIVA DAS OBRAS DO PORTO DO RECIFE – 1902

Abertura da avenida central (Rio Branco).

Alargamento das transversais – Beco Largo e Rua do Bom Jesus.

Abertura da avenida do porto junto ao novo cais.

Uma ponte móvel ligando a estrada de ferro com o Bairro do Recife, entre o Forte de cinco Pontas e o Brum.

Construções de armazéns e linha férrea.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE – SEM DATA.

Criação de uma avenida radial que começa no Cais do Apolo e terminava na avenida do Porto.

SUBCOMISSÃO FISCAL E ADMINISTRATIVA DAS OBRAS DO PORTO DO RECIFE – 1910.

Incluía:

Projeto da subcomissão apresentado em 1907;

Projeto da Municipalidade-Alargamento da Travessa do Apolo;

Projeto do Engenheiro Eduardo M.G. Ferreira.

Alargamento da Rua Marquês de Olinda preservando o Arco da Conceição e demolindo a Igreja do Corpo Santo e o Largo.

Alargamento e retificação de algumas ruas transversais, assim como da rua paralela à direita da Avenida Marquês de Olinda.

ANEXO IV

GLOSSÁRIO

Alicerce – Maciço de alvenaria que serve de base às paredes de um edifício.

Alvanel – O pedreiro que trabalha em obra de alvenaria.

Alvenaria – Obras compostas de pedras ou tijolos, ligadas ou não por meio de argamassas.

Alvenaria de pedra – muro ou parede de larga espessura, constituído de pedra, podendo ser de pedra seca, dispensando argamassa; de pedra e barro com argamassa de terra; ou de pedra e cal, com argamassa de cal e areia.

Aparelhada – Diz-se da peça de pedra ou madeira, desbastada, lavrada ou aplainada, geralmente destinada a trabalhos de acabamento mais cuidado.

Arrimo – Muro de maior espessura, destinado à proteção de aterros ou encostas.

Baluarte ou Bastião – É parte de uma fortificação avançada, composta por dois flancos e duas faces.

Bateria – É uma estrutura de fortificação que fica isolada de uma fortaleza.

Cantaria – Obra de pedra aparelhada. Era geralmente usada nos elementos ou partes mais nobres das construções antigas.

Canteiro – O oficial ou mestre que lava as pedras de cantaria ou o escultor que realiza obras com esse tipo de material.

Cortina – Trata-se de um muro ligando dois baluartes ou fortificações ali existentes.

Cutelo – Maneira de dispor os tijolos na construção de uma parede, ou piso, apoiando-os sobre uma das quatro faces mais estreitas.

Emboço – A primeira camada de argamassa que se assenta na parede antes do reboco.

Estrutura – Como parte da construção destinada à sustentação, geralmente constituída de pilares e vigas. Há casos em que as paredes servem de sustentação, recebendo o nome de paredes estruturais.

Estrutura arqueológica - é a disposição e ordenamento das partes de um sítio.

Equipamento urbano – É utilizado para definir as construções no espaço urbano para o bem de todos. Muros de arrimo, fortes, escadarias, etc.

Face – É cada um dos lados do baluarte, que se encontram em ponta formando o ângulo saliente.

Flanco – É o lado do baluarte que liga a face à cortina da fortificação.

Flanqueamento – Atacar ou defender lateralmente.

Fortes – Construção militar destinada a proteger um lugar estratégico, uma cidade.

Gato – Peça de ferro que, em parede, muro, etc.. Une e segura duas pedras de cantaria.

Gigante – contraforte para escora ou arrimo de determinado muro ou parede de uma construção.

Guarita – Torre ou abrigo nos ângulos de uma construção fortificada, destinado às sentinelas.

Junta seca – Tipo de junta que não apresenta nenhum encaixe entre os elementos em que eles estão apenas encostados. Diz-se de muro, parede ou qualquer alvenaria na qual não se empregou argamassa para rejuntamento de tijolos, pedras, etc.

Juntadouro – Peça de pedra que atravessa completamente uma parede, às vezes ultrapassando sua espessura, servindo como elemento de amarração com outras paredes.

Muro – Parede forte que circunda um recinto ou separa um lugar do outro.

Muralha – Muro que guarnece uma fortaleza ou uma praça de armas.

Paginação – Desenho formado pela composição dos materiais de construção.

Paliçada – Tapume ou cerca de paus fincados na terra para defesa de algum reduto. Cerca ou grade dupla, recheada de barro e fibras vegetais ou outros materiais, que lhe conferem estabilidade e resistência.

Parede - Divisórias que formam vedações externas e as internas de um edifício. Pode ter, além da função de vedação, a de sustentação.

Pedra ciclope – pedra no estado natural sem receber tratamento.

Parede estrutural – Parede que além de constituir uma vedação, suporta por toda a extensão as cargas da construção. É maciça e geralmente de taipa de pilão, alvenaria de pedra, tijolos ou adobe.

Pedra seca – Pedras usadas em muro ou paredes, assentadas à maneira de junta seca.

Pedras sem vento nem quebras – A expressão se refere às pedras de cantaria inteiriças e sem falhas, totalmente maciças, preferidas para serviços finos de acabamento.

Perpiano – Pedras que acompanham a largura de uma parede, sendo aparelhadas em cantaria as quatro faces.

Reduto – Recinto construído no interior ou exterior de fortalezas para aumentar sua resistência.

Sapata – Parte do alicerce mais larga do que as paredes que sobre ele se assentam.

Sebe ou Faxina - Cerca de estacas ou ripas entrelaçadas, para a vedação de terreno.

Estrutura de mesma natureza, usada na construção de paredes de taipa.

Sistema defensivo – Conjunto de fortificações, posicionadas de forma estratégica para defesa de um grande território.

Taipa – Parede de barro socado ou mole, misturado a outros materiais, que lhe emprestam maior plasticidade e resistência, a exemplo de cal, areia, cascalho, fibras vegetais, estrume animal, etc. Recebe várias denominações como taipa de pilão e taipa de sebe.

Taipa de pilão – É o sistema em que as paredes são maciças, construídas apenas de barro socado. Podem incluir em sua espessura reforços longitudinais de madeira. Ao barro são misturados, freqüentemente, estrume, fibras vegetais e cascalho. A espessura é sempre superior a 40centímetros. Diz-se de formigão a taipa a que se associa cascalho ou pedra.

Taipa de sebe – O mesmo que pau-a-pique ou ainda barro de mão, taipa de mão, taipa de pescoção, taipa de sopapo.

Talude – Superfície inclinada, resultante da junção de dois solos com cotas diferentes.

Traça – O mesmo que planta, risco ou desenho de uma obra ou construção.

ANEXO V

LISTA DAS IMAGENS

Localização	13
Quadro I – Fortes de Pernambuco	14
Plano dos Holandeses	25
Arraial do Bom Jesus	33
Imagem da entrada do Povoado – Frans Post	36
Forte do Bom Jesus – Desenho do soldado do Regimento de Olinda	37
Quadro II – Seqüência das imagens analisadas	39
Imagem 01	45
Imagem 02	46
Imagem 03	47
Imagem 04	48
Imagem 05	49
Imagem 06	50
Imagem 07	51
Foto do início da escavação	52
Setorização da escavação	54
Vista de topo, identificação do baluarte e muro	55
Mapa das quadrículas	56
Aterros da cidade	59
Escavação com rebaixamento do nível da água	60
Relação das estruturas encontradas	61
Sondagens e estruturas	62
Estrutura do Baluarte – desenho	65
Encaixe das pedras estruturais	66
Técnicas construtivas	68
Paginação da cataria	69
Dique e Baluarte	70
Corte A-A'	71
Contrastação dos mapas antigos com a topografia da estrutura	74
Identificação das áreas	75
Objetos arqueológicos	77
Foto com as marcas das louças	84
Foto fragmentos de louças	85
Foto Fragmentos de azulejos	88
Foto do cachimbo datado de 1633	91
Localização das marcas nos fornilhos	92
Marcas de calcanhar – etiquetas	93
Lamina cachimbos marcas	95
Lamina cachimbos marcas	96
Lamina cachimbos florais	97
Lamina cachimbos florais	98
Lamina cachimbos fornilhos	99
Lamina cachimbos fornilhos	100
Lamina cachimbos fornilhos e piteiras	101
Lamina cachimbos piteiras	102